

Águas do Tejo Atlântico
Grupo Águas de Portugal
Relatório e Contas
2021



Índice

Mensagem da Presidente.....	5
A EMPRESA.....	7
Quem somos.....	9
Missão, Visão e Valores.....	9
Descrição, Atividade e Presença.....	10
Cadeia de Valor.....	10
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais.....	12
Síntese de indicadores.....	14
Reconhecimento, Prémios e Certificações.....	15
Destaques do Ano/ Principais Acontecimentos.....	15
O NEGÓCIO.....	19
Enquadramento.....	24
A Envolvente.....	24
O Setor.....	32
A Regulação.....	36
Negócio.....	39
Introdução.....	39
Saneamento em Alta.....	39
Outros Negócios.....	40
Sustentabilidade.....	41
Enquadramento.....	41
Stakeholders / Partes Interessadas.....	41
Sistema de Controlo Interno e Controlo de Risco.....	42
Atividade Operacional.....	48
Capital Humano.....	86
Financeira.....	90
Investigação, Desenvolvimento e Inovação.....	103
Eventos Posteriores ao Fecho.....	107
Cumprimento das Orientações Legais.....	108
Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos.....	127
Perspetivas futuras.....	129
Considerações finais.....	131
Proposta de aplicação de resultados.....	132
Anexo ao relatório.....	133
AS CONTAS.....	135
Demonstrações financeiras do exercício de 2021.....	137
Demonstração da posição financeira.....	139
Demonstração dos resultados por naturezas.....	140
Demonstração do rendimento integral.....	141
Demonstração das variações do capital próprio.....	141
Demonstração dos fluxos de caixa.....	142
Notas às demonstrações financeiras.....	143
Certificação Legal de Contas.....	211
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	213

Mensagem da Presidente

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros e Trabalhadores,

O ano 2021 na Águas do Tejo Atlântico fica marcado pela concretização de um conjunto de passos decisivos em direção à visão que todos partilhamos nesta que é a maior empresa de saneamento de águas residuais do país: Ser reconhecida a nível europeu como um exemplo inspirador a seguir, ser reconhecida na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste como uma empresa essencial na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento sustentável da região e ser reconhecida pelos municípios acionistas como um parceiro de referência para sustentabilidade ambiental, economia circular, resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Este ano foi também um ano em que continuámos a sentir os efeitos da pandemia. E mais uma vez, continuou a ser evidente a capacidade de resposta a esta crise e à continuidade, sem interrupções, deste serviço essencial, com a estabilidade que se exigia. Os trabalhadores da primeira linha continuaram a demonstrar o seu empenho e profissionalismo, estando sempre presentes nos momentos mais críticos da pandemia. As equipas operacionais e de suporte continuaram a superar os desafios do dia a dia, num novo ambiente de trabalho, em que os canais de comunicação virtual não diminuíram o empenho de colaboração entre equipas, visando o fim último de prestar um serviço de excelência às populações.

Ao nível da organização interna, destaca-se a estabilização do modelo organizacional da empresa e a clarificação das funções de cada área de responsabilidade, materializada no Manual de Funções da AdTA. Foi um passo decisivo para a melhoria da eficiência dos processos operacionais e de suporte, e contribuiu para um entrosamento mais profícuo entre equipas, objetivo a consolidar em 2022.

A melhoria das condições de trabalho e de segurança continuou a ser uma prioridade em 2021, que terá continuidade nos próximos anos. Foi executada grande parte das medidas do Plano de Reforço de Segurança 2021, o qual passará a ter periodicidade regular e vigência trienal.

Na atividade operacional, realça-se o arranque do Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, que guiará a ação da empresa na melhoria contínua das condições de descarga de efluentes. Em 2021 o cumprimento foi de 99,1% o que, por si só, reflete a eficácia dos processos de tratamento em funcionamento.

É de salientar a aprovação em 2021 do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025, que assegura o financiamento de 4,4 milhões de euros pelo Fundo Ambiental. Este é um projeto verdadeiramente pioneiro e inovador em Portugal, que assenta num trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, tendo em vista encontrar as melhores soluções para a resolução dos problemas associados às descargas de efluentes industriais nas redes de drenagem urbanas, com impacto negativo quer a nível operacional, quer a nível ambiental.

O Plano de Biolamas foi concluído e integra soluções otimizadas de tratamento de lamas, tendo em vista por um lado, a redução da produção de resíduos e por outro lado, a maximização da sua valorização. Este projeto é uma componente da estratégia de transformação das instalações de tratamento do Tejo Atlântico em verdadeiras fábricas de recuperação e valorização de recursos, assentes num modelo de circularidade e de descarbonização do ciclo urbano da água.

É de realçar os desenvolvimentos dos projetos de água para reutilização, os designados projetos ÁGUA +, nos quais as equipas internas trabalharam em conjunto com os nossos municípios parceiros e com a Agência Portuguesa do Ambiente, no desenho de soluções que garantam a utilização deste recurso nas melhores condições de segurança para as comunidades e os setores utilizadores. A etapa de tratamento adicional para produção de ÁGUA + na Fábrica de Água de Beirolas foi concluída e está pronta para produzir água reciclada que irá ser utilizada na rega dos espaços verdes do Parque das Nações – Norte. Em paralelo, continuaram os estudos e as intervenções noutras Fábricas de Água, tendo em vista aumentar significativamente a produção de ÁGUA + para utilização por municípios parceiros.


A obtenção da certificação do sistema de Gestão de Ativos, no âmbito da Norma ISO 55001, valida a aposta da AdTA numa abordagem robusta e em contínua evolução para a gestão sustentável dos seus ativos infraestruturais. Esta é uma prioridade da empresa que deu passos relevantes em 2021, com o desenvolvimento de ferramentas de planeamento e de análise da criticidade e do risco infra-estrutural. Estes avanços concretizados em 2021 foram já integrados nos processos de tomada de decisão para priorização de investimentos a realizar nos próximos anos.

A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma no ano de 2021, com o início do projeto Hidrogasmov, um projeto pioneiro no domínio da descarbonização e valorização da energia produzida nas nossas Fábricas de Água, neste caso em Frielas. Alimentar a frota operacional da Tejo Atlântico com biocombustível é hoje um objetivo cada vez mais real, graças a este projeto. Vamos procurar replicar estes casos de sucesso em 2022, e escalar estas experiências para outras instalações. Deu-se também continuidade aos projetos B-watersmart, ECOVAL, COVIDETEC, ECO2COVID, e foram dados passos decisivos para novos projetos de demonstração a realizar nos “laboratórios vivos” que são as nossas instalações.

2022 será o primeiro ano da era pós-covid, e são já perceptíveis algumas das consequências que irão afetar com maior ou menor impacto a nossa atividade. Temos por certo contextos cada vez mais complexos, mais multifacetados e também mais desafiantes. Estamos preparados, com entusiasmo, espírito de equipa e proatividade para superar estes novos desafios, mantendo o rumo traçado de evolução



para o novo paradigma do saneamento 4.0, assegurando a excelência nos objetivos basilares da Tejo Atlântico. A responsabilidade é grande, e a vontade de fazer sempre melhor, é ainda maior.



Termino com uma referência muito especial a todos os trabalhadores desta Empresa, que são o seu ativo mais valioso. Os resultados alcançados devem-se a cada um dos 383 trabalhadores. Constituímos uma equipa coesa, profissional, focada. No seu trabalho diário, os nossos trabalhadores enaltecem a importância deste serviço, essencial e indispensável para todas as comunidades e municípios servidos pela Águas do Tejo Atlântico. Começámos a caminhada há muito delineada de combater a precariedade na nossa Empresa, de repor os salários devidos pelas funções há muito desempenhadas, ao abrigo do processo de reclassificações, e estamos empenhados em promover uma maior igualdade salarial, com base na avaliação do desempenho, para o universo dos trabalhadores oriundos de culturas empresariais diferentes que estão no ADN da Tejo Atlântico. É um caminho difícil, também pelas limitações, consabidas, com que se confrontam as empresas públicas, mas sabemos para onde queremos ir e é esse o nosso compromisso.



Alexandra Serra



Handwritten initials and signature in blue ink, including the word "assin" below the marks.

Relatório de Gestão A Empresa

Quem somos

Missão, Visão e Valores



A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada sociedade ou AdTA), é uma sociedade do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e nos programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A AdTA pretende ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa, trabalhando diariamente para:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Gerir os ativos físicos, permitindo otimizar a relação entre os riscos, os custos e o desempenho, numa perspetiva integrada do seu ciclo de vida, e assegurando que os mesmos cumprem o seu propósito, gerando valor;
- Executar o investimento necessário na prossecução da nossa missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Orientar a conceção do sistema para a economia circular, garantindo uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, na reutilização da água residual tratada e na procura de novas soluções para as lamas do processo;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho seguro e saudável, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da prevenção dos riscos;
- Conferir responsabilidade e motivação aos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, envolvendo-os através da consulta e da participação, fomentando o trabalho em equipa, e promovendo a formação contínua;
- Estabelecer uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência dos respetivos desempenho e modelo de gestão.

A atividade da AdTA pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, indicados no quadro abaixo.

Valores éticos do Grupo AdP e princípios de atuação

O Grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

sem 

Descrição, Atividade e Presença

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi constituída em 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

O referido sistema multimunicipal, gerido e explorado pela AdTA, integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no sistema multimunicipal de abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo que a seguir se identificam:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho, e gerido pela então SANEST, S.A.;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e gerido pela então SIMTEJO, S.A.;
- Componente de saneamento do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e gerido pela então Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cuja gestão se encontrava delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL).

O Sistema da atual sociedade integra como utilizadores de saneamento de águas residuais 23 municípios, a saber:

- Alcobaça;
- Alenquer;
- Amadora;
- Arruda dos Vinhos;
- Azambuja;
- Bombarral;
- Cadaval;
- Caldas da Rainha;
- Cascais;
- Lisboa;
- Loures;
- Lourinhã;
- Mafra;
- Nazaré;
- Óbidos;
- Odivelas;
- Oeiras;
- Peniche;
- Rio Maior;
- Sintra;
- Sobral de Monte Agraço;
- Torres Vedras;
- Vila Franca de Xira.



O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (AdLVT), entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL, por gestão delegada da AdLVT, assegurado a exploração e gestão do sistema por conta da AdTA até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º do referido diploma e em conjugação com o respetivo Contrato de Concessão.

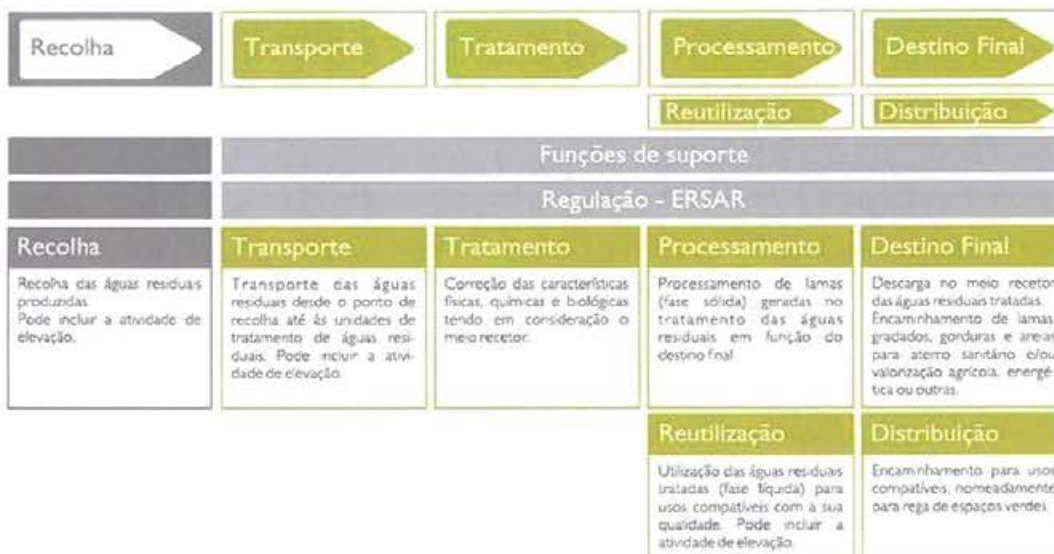
Cadeia de Valor

A empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribui para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta de seguida expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.

Handwritten notes and signatures:
 A
 h
 H
 acw

Operação - Saneamento





Estrutura acionista

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos com um Capital Social de 113 527 680 euros, integralmente realizado.

Em 2017, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à AdTA pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

Com esta aquisição em 2018, o capital social registou uma redução das ações próprias de 6.458.431 para 2.521.433 ações.

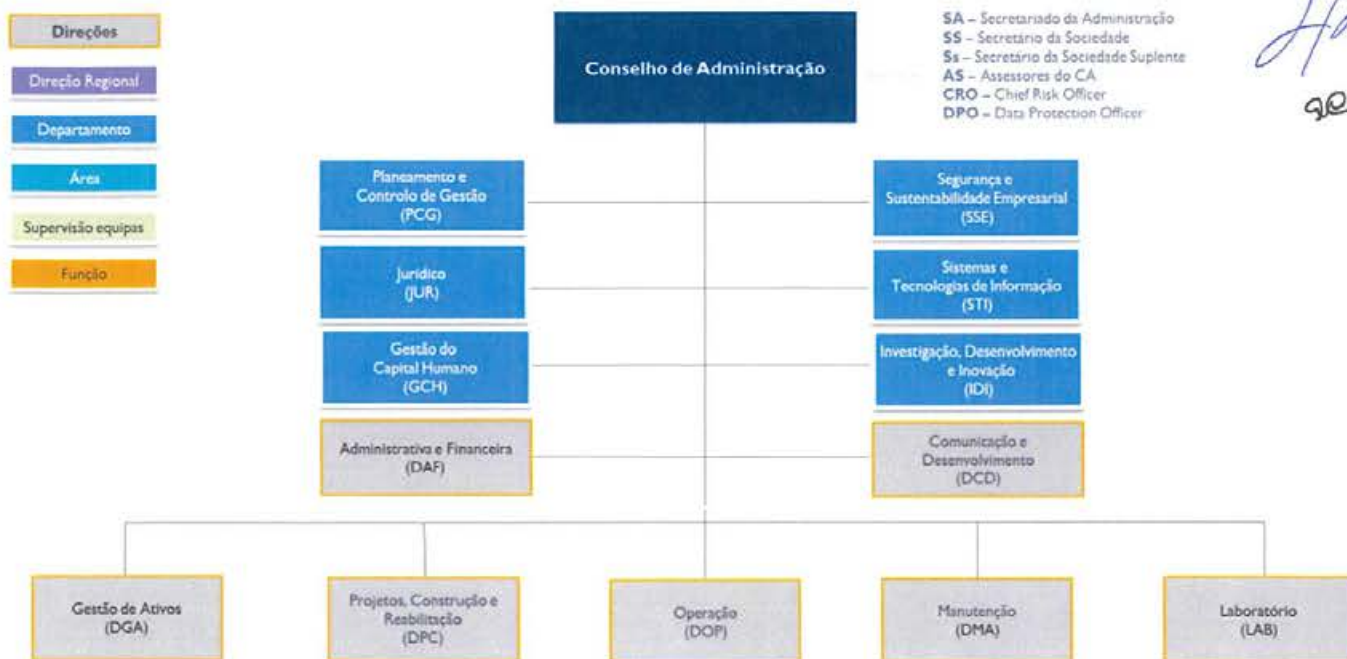
No final do exercício o Capital Social da AdTA estava repartido da seguinte forma:

Acionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		N.º Total de Ações Subscritas	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912 €	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921 €	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856 €	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003 €	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431 €	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542 €	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735 €	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998 €	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253 €	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244 €	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618 €	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708 €	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165 €	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724 €	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237 €	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004 €	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768 €	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438 €	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623 €	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638 €	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
TOTAL	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680 €	100,00%

Estrutura organizacional

O desenvolvimento da atividade efetuou-se com base no organograma implementado no final de 2020, que visou sobretudo clarificar as atribuições de cada Direção e Departamento, arrumando as direções operacionais de acordo com o ciclo de vida dos ativos, conforme se apresenta de seguida:

u B PS
A
HP
ger



Órgãos sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Presidente da Câmara Municipal da Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

Vice-presidente | Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária | Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | Eng.ª Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra

Vice-Presidente Executivo | Eng.º Hugo Filipe Xambre Bento Pereira

Vogal Executivo | Dra. Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa

Vogal Não Executivo | Eng.ª Simone Ferreira Pio

Vogal Não Executivo | Dra. Sónia Raquel Conchinha Pacífico

Vogal Não Executivo | Eng.º José Manuel da Costa Baptista Alves

Vogal Não Executivo | Dr. Armando Jorge Paulino Domingos

CONSELHO FISCAL

Presidente | Dr. Armando José de Sousa Resende

Vogal Efetivo | Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

Vogal Efetivo | Dra. Patrícia Isabel Sousa Caldinha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ROC Efetivo | Dr. José Alves Bizarro Duarte

ROC Suplente | Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Dra. Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal Efetivo | AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2021, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

Síntese de indicadores

Indicadores financeiros	unidade	2019	2020	2021
Volume de negócios	MEur	83,2	83,5	82,7
Resultado operacional	MEur	12,8	11,3	9,4
EBITDA Ajustado ¹	MEur	41,5	38,2	34,4
Resultado líquido	MEur	4,3	3,7	3,8
Resultado líquido sem DRG	MEur	14,0	11,8	11,0
OPEX ² (CMVMC + FSE + Pessoal)	MEur	41,5	44,7	47,3
PRC (OPEX ² / Volume de negócios)	%	50%	54%	57%
PRC (OPEX ² / Volume de negócios) sem impacto COVID19	%	-	52%	55%
Endividamento bruto	MEur	222,2	212,2	201,0
Endividamento líquido	MEur	126,6	116,0	120,6
Dívida bruta de clientes	MEur	12,2	10,9	10,3
Dívida líquida de clientes	MEur	12,2	10,9	10,3
Infraestruturas operacionais brutas (DUI bruto)	MEur	877,6	894,7	916,1
Infraestruturas operacionais líquidas (DUI líquido)	MEur	447,2	441,6	443,0
Investimento do ano	MEur	16,2	17,4	21,7
Ativo total	MEur	629,1	610,5	596,0
Passivo total	MEur	513,2	494,9	480,2
Capital próprio	MEur	115,9	115,6	115,8

¹ Resultado Operacional + Amortizações + Perdas por Imparidade - Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Gastos.

² OPEX de 2020 e 2021 deduzido de subsídios à exploração.

Indicadores de atividade	unidade	2019	2020	2021
Efluente faturado	Mm ³	182,2	181,8	181,6
Efluente tratado ¹	Mm ³	185,1	193,6	184,2
Efluente recolhido	Mm ³	189,1	197,4	186,6
Municípios servidos	nº	23	23	23
Municípios abrangidos	nº	23	23	23
População servida	Mhab	2,3	2,3	2,3
Número de colaboradores no final do ano	nº	369	370	383

¹ Efluente tratado, efluente transportado e água reutilizável.

Infraestruturas	unidade	2019	2020	2021
Número de ETAR	nº	103	103	100
Número de Estações Elevatórias	nº	268	271	279
Emissários Submarinos	nº	5	5	5
Rede de coletores ¹	Km	1 100	1 109	1 131

⁽¹⁾ Inclui condutas elevatórias

Reconhecimento, Prémios e Certificações

Durante o ano de 2021, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., obteve uma Menção Honrosa ao projeto Peixes Nativos, alcançando o segundo lugar na edição do "Prémio Guarda-Rios", uma iniciativa do GEOTA com o apoio da Tejo Atlântico e que distingue as práticas positivas e as negativas nos rios portugueses.

A empresa recebeu também um diploma da APEE – Associação de Ética Empresarial por boas práticas em Responsabilidade Social.

Em março de 2021, a Águas do Tejo Atlântico recebeu a auditoria externa que lhe atribuiu a certificação do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com a norma ISO 55001. Está assim certificada a atividade de Gestão de Ativos na empresa, que assegura que no apoio à tomada de decisão ao longo do ciclo de vida dos ativos existe equilíbrio entre custo, risco e desempenho.

Destaques do Ano/ Principais Acontecimentos

À semelhança do ano anterior, 2021 continuou a ser fortemente marcado pela situação epidemiológica do vírus SARS-CoV-2, caracterizada por um conjunto de restrições e constrangimentos que implicaram alterações e reajustamentos à organização de trabalho, com impacto significativo na atividade diária da Águas do Tejo Atlântico, S.A..

De entre as medidas excecionais e temporárias decretadas no âmbito da pandemia COVID-19, o prolongamento da implementação do regime de teletrabalho obrigatório, para todas as atividades compatíveis com esta modalidade de trabalho, e a manutenção das equipas no terreno em horários desfasados para garantir a prestação do serviço essencial à população, foram as que mais efeito tiveram para a Águas do Tejo Atlântico, S.A.. Foi mantido o esforço de reorganização dos meios humanos e técnicos iniciado em 2020, tendo sido necessário o recurso à prestação de trabalho temporário para colmatar algumas falhas de recursos humanos estruturais e pontuais para fazer face ao isolamento de pessoas em situação de risco, em isolamento profilático e infetadas por força da COVID-19. Não obstante, o empenho diário das equipas operacionais da #Linhadafrente constituiu um enorme desafio, demonstrando um claro compromisso dos trabalhadores com a Tejo Atlântico e com a importante missão de proteção e preservação do meio ambiente.

A Águas do Tejo Atlântico manteve sempre a prestação do serviço público de tratamento de águas residuais sem quaisquer interrupções, com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras da Direção Geral de Saúde e garantindo a proteção do ambiente e da saúde pública e o bem-estar social.

Verificou-se a alteração da composição dos membros do Conselho de Administração da sociedade, eleitos para o mandato 2020-2022, no decurso da renúncia do Presidente e do Vogal Executivo, ocorrida a 29/9/2021. Na mesma data foram cooptados por deliberação do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, dois novos membros para o exercício das mesmas funções.

Na sequência da reestruturação orgânica efetuada em outubro de 2020, procedeu-se em 2021 à estabilização e clarificação das funções de cada área de responsabilidade, tendo sido aprovado, em maio de 2021, o Manual de Funções que define a estrutura orgânica da empresa e as funções de cada unidade orgânica que a constitui.

A AdTA, em 2021, apresenta uma situação económico-financeira estável. Mesmo com o incremento de gastos provocado por diversas circunstâncias inadiáveis, a sociedade alcançou um EBITDA ajustado de 34,4 milhões de euros e recuperou a totalidade do défice tarifário acumulado proveniente da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. A atividade de 2021 permitiu ainda consolidar essa recuperação, pois o desvio positivo de recuperação de gastos apurado no ano, no valor de 9,9 milhões de euros, gerou um superavit de 6,9 milhões de euros. Importa referir que o valor do desvio apurado no ano está sujeito à apreciação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), no âmbito da avaliação do cumprimento dos critérios de eficiência produtiva que foram previamente estabelecidos por esta.

O volume tratado de águas residuais foi cerca de 184 milhões de metros cúbicos, com um cumprimento de licenças de descarga de 99,1%.

Este ano foi definido o Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH), que consistiu na análise dos incumprimentos das FA em 2020 e na necessidade da adaptação aos novos títulos de utilização. Faz também parte integrante deste plano, a monitorização dos meios recetores onde são descarregados os efluentes tratados, com o objetivo de avaliar o impacto das infraestruturas da AdTA no meio recetor.

No que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas entraram em serviço novas Estações Elevatórias e diversos Intercetores e Condutas Elevatórias, numa extensão total de cerca de 7,7 km, designadamente:

- Nove Estações Elevatórias: A-da-Pêrra (Mafra), Torre Penalva, Casal de Além 1 e Casal de Além 2 (Azambuja), Óbidos, Feteira, Moledo e Reguengo Pequeno (Lourinhã), e Maceira 5 (Torres Vedras);
- Cinco Emissários: Rio da Silveira (Vila Franca de Xira), Póvoa de Manique (Azambuja), Casais do Moinho, Feteira e Moledo (Lourinhã), e Ribaldeira (Torres Vedras);
- Nove Conduta Elevatórias: A-da-Pêrra (Mafra), Câmara de Carga de Casal de Além, Casal de Além 1, Casal de Além 2 e Torre de Penalva (Azambuja), Feteira, Moledo e Reguengo Pequeno (Lourinhã) e Ribaldeira (Torres Vedras).

Durante o ano foram adjudicadas empreitadas no valor de cerca de 10 milhões de euros, consignadas cerca de 15 milhões de euros e efetuadas receções provisórias de cerca de 10 milhões de euros.

De entre as empreitadas que decorreram no ano de 2021, destaca-se pela sua complexidade e dimensão de investimento a Conceção- Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I. Esta empreitada tem um valor de adjudicação de 4,8 milhões de euros e serve uma população de 230 000 habitantes do Concelho de Lisboa. Brevemente será inaugurada uma “nova” Fábrica de Água, completamente remodelada e atualizada. As intervenções efetuadas compreendem a beneficiação da construção civil, de órgãos de tratamento e redes de drenagem de águas residuais, bem como o fornecimento e montagem de equipamentos e de instrumentação de controlo do processo e de supervisão.

Está em curso uma forte aposta na introdução da metodologia “Building Information Modelling” (BIM) no desenvolvimento de projetos-base e de projetos de execução e no sentido de essa metodologia ser também utilizada não só na fase de obra mas também na operação, manutenção e gestão dos ativos das infraestruturas, isto é, ao longo de todo o seu ciclo de vida. Com esta aposta pretende-se que a AdTA passe a ser uma das entidades impulsionadoras da utilização da tecnologia BIM no Setor da Água em Portugal. Presentemente encontram-se já a ser desenvolvidos com base nesta metodologia os projetos para concurso da remodelação da FA de Arruda dos Vinhos, da FA de Torres Vedras e da FA de Santa Cruz, estando ainda previsto alargar esta metodologia a outros projetos.

Em 2021 foi dada continuidade à implementação do Plano de Reforço de Segurança adotado no final de 2020. O Plano contempla um conjunto abrangente de medidas de reforço de proteção e segurança dos trabalhadores e das instalações, que passa pelas seguintes componentes: (i) organizacional; (ii) de auditorias/inspeções e vistorias; (iii) de melhoria das condições físicas de segurança das instalações e dos equipamentos; (iv) de melhoria das condições de resposta em caso de emergência; (v) de sinalização e segurança; (vi) de procedimentação de segurança; (vii) de formação e melhoria das competências; e (viii) de melhoria da informação e da comunicação. De entre as diversas medidas implementadas, destacam-se:

- A criação de grupos de trabalho multidisciplinares para determinação de medidas estruturais de melhoria a curto, médio e longo prazo, nomeadamente na Fábrica de Água da Guia;
- O lançamento de empreitadas dedicadas ao reforço da segurança estrutural de todas as infraestruturas;
- O reforço da capacitação dos trabalhadores, através de formação e várias ações de treino.

Foi mantido o foco da sociedade na manutenção preventiva e preditiva, conforme planeado, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva. Deu-se sequência ao processo de elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - Reliability Centered Maintenance, na zona Sul do sistema, tendo-se concluído o ano dentro dos objetivos estabelecidos.

Dando cumprimento ao compromisso de melhoria contínua assumido, enquanto pilar da Política de Sustentabilidade Empresarial, a Tejo Atlântico manteve, durante o ano de 2021, a certificação do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de:

- Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001);
- Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001);
- Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), com o alargamento do âmbito à totalidade das instalações, mantendo o compromisso para com a salvaguarda das condições de segurança e saúde dos seus trabalhadores;
- Gestão da Energia.

Em março de 2021 foi realizada a auditoria externa que atribuiu à empresa a certificação do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com a norma ISO 55001. O âmbito da certificação abrange 3 subsistemas – Alcântara, Guia e Santa Cruz, que representam

aproximadamente 47% da capacidade total de tratamento de águas residuais. Está assim certificada a atividade de Gestão de Ativos na empresa, que assegura que no apoio à tomada de decisão ao longo do ciclo de vida dos ativos existe equilíbrio entre custo, risco e desempenho. Verificou-se ainda o alargamento do âmbito da certificação em segurança e saúde no trabalho à totalidade das infraestruturas (100%), completando um ciclo de certificação iniciado em 2019, com 56% das infraestruturas incluídas.

Em setembro de 2021 realizou-se online a 5.ª edição do "Caminho da Inovação", evento dedicado à inovação do setor da água que pretende trazer para a primeira linha o futuro da água, a partilha de conhecimento e a apresentação de *case-studies* inovadores. O tema central da edição deste ano foi a "Água e o Pacto Ambiental", e contou com painéis de diversos oradores.

Ao nível do desenvolvimento empresarial foi dada continuidade ao trabalho de afirmação e consolidação dos novos conceitos e o seu enquadramento no âmbito da economia circular, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento.

Tal como nos anos anteriores a AdTA continuou a sua aposta na inovação, dando continuidade aos projetos e estudos em curso e iniciando outros estudos e projetos orientados para as linhas de inovação e investigação, de onde se destacam:

- Reutilização de Água+: Continuação da empreitada do piloto de reutilização da FA de Alcântara e aos processos de avaliação do risco da reutilização e de licenciamento de Beírolas e Frielas. Continuação dos estudos de comparação da rega de espaços verdes com água potável, água subterrânea e água+ no âmbito dos projetos MAARTE e Interreg CEMOWAS2;
- Hidrogasmov e Solargamov – Piloto já em funcionamento para demonstração das tecnologias de produção de biometano a partir do biogás produzido na FA de Frielas e de metanação para produzir metano sintético, combinando-o com hidrogénio verde;
- Plano de biolamas - Análise técnica e económica de soluções de tratamento complementar de lamas desidratadas, incluindo a centralização de lamas, com vista à redução dos encargos associados à gestão deste subproduto e à otimização da produção de biogás;
- B-WaterSmart - Aplicação de uma abordagem sistémica de inovação em larga escala para demonstrar tecnologias e soluções de gestão inteligente de dados para múltiplos utilizadores e setores e criar novos modelos de negócios assentes na economia circular e inteligência hídrica;
- ECOVAL - Gestão e recuperação de resíduos orgânicos e lamas do tratamento de águas residuais para a produção de ácidos gordos voláteis (AGV);
- COVIDTECT - Detecção, quantificação e modelação de SARS-CoV-2 em águas residuais como ferramenta de alerta precoce para a disseminação do vírus na comunidade;
- Eco2Covid - Desenvolvimento de plataformas para deteção e monitorização em águas do Coronavírus.



h M
aein
HP

Relatório de Gestão O Negócio

Handwritten initials

Linhas estratégicas

Orientações Estratégicas e Missão

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e nos programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água, enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e na melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas por despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto ministério setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas, designadamente da AdTA, no exercício da respetiva atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Deveres e responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas

Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A. deverá:

- Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.

- Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais.
- Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- rein
- 
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2020/2022.

Enquadramento

A Envolvente

Contexto macroeconómico¹

A pandemia COVID-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvançam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

Zona do Euro

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Espera-se agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que

¹ Fonte: FMI *World Economic Outlook*; European Commission *Economic Outlook*; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

continue a cair para 3,2% em 2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que o crescimento registre uma forte recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema de dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas se apresentam globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e medidas de apoio em termos de políticas.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	4,8%	-8,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,0%	-7,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,9%	-0,1%
Taxa de desemprego	6,6%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,30%	0,42%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

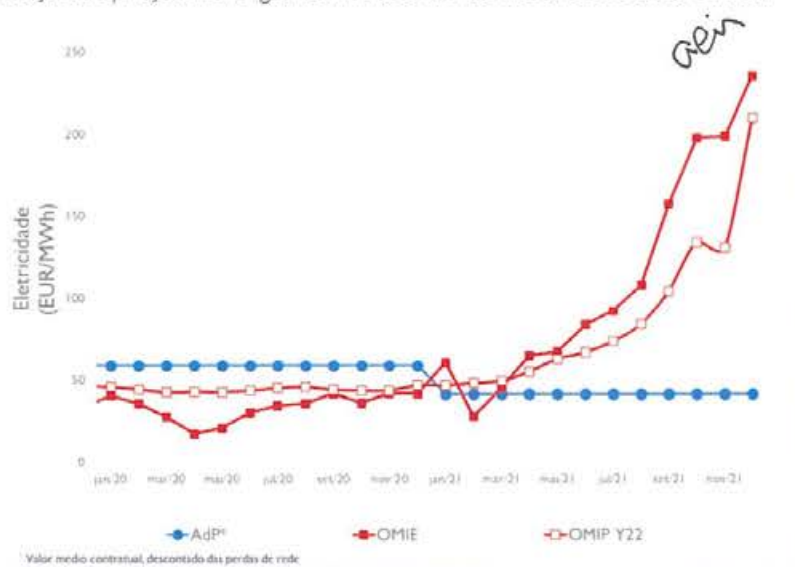
As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – pandemic emergency purchase programme). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

A Energia no Grupo AdP

O preço da energia elétrica em Portugal

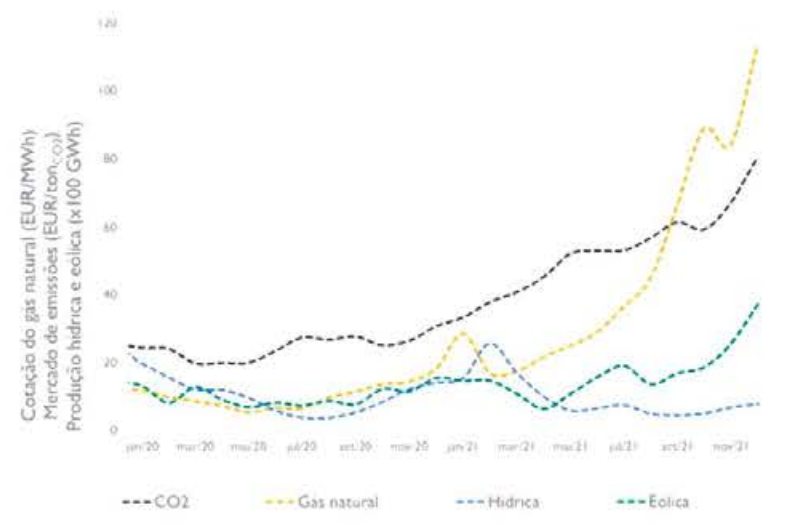
Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021.



h
BB
BB
BB

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO2 (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO2 para as cotações do gás natural e do CO2, respetivamente.



Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	111,99	33,99	229,5%
Alemanha	96,85	30,47	217,8%
França	109,17	32,20	239,0%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	90,04	44,51	102,3%
Alemanha	90,15	43,67	106,4%
França	96,68	46,09	109,8%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49.512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do Covid-19.

Handwritten signatures and initials: "acu" and several illegible signatures.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020 - e a produção de energia eólica foi de +7,1%.

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recordar-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67° C, inferior em 0,55° C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

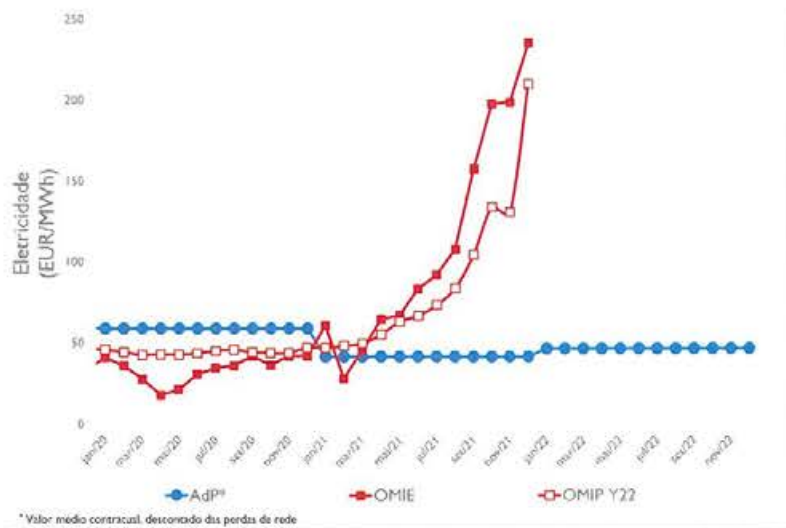
Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras centralizadas que teve como inovação apresentar preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de euros entre 2020 e 2022 (-44,9%).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com constrangimentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE, o preço do futuro de energia para 2022 (OMIP Y22) e a curva dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.

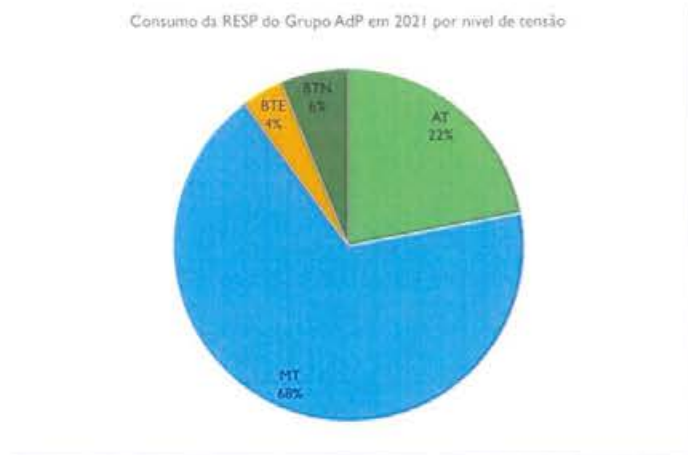


Handwritten notes in blue ink:
 Ren
 n
 B
 A
 H

Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).



No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).

Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2021 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+3,1%).

Handwritten signatures and initials: "aci", "M", "B", "AD".

Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

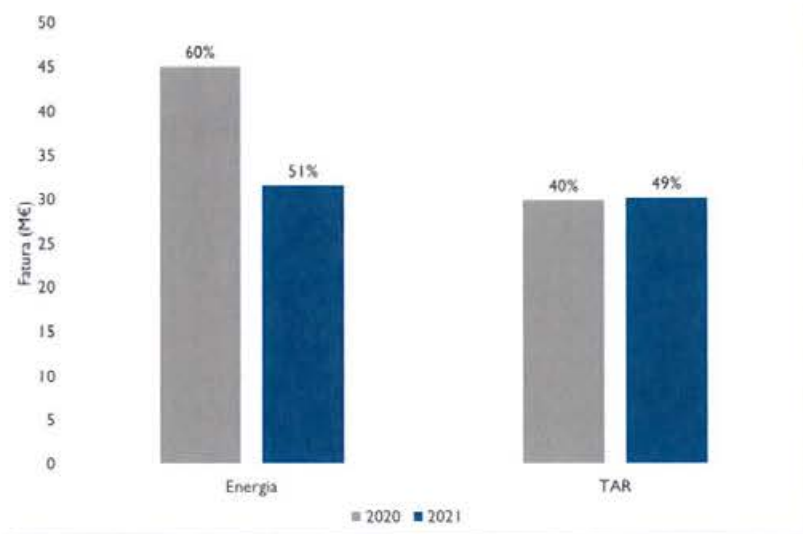
O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de euros (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,41 e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).



Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (versus 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1.235,3 milhões de m³ (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 versus 671,5 milhões de m³) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 versus 549,6 milhões de m³).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,5961 kWh/m³ em 2021, versus 0,6590 kWh/m³ em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m³ e de 0,5111 kWh/m³ para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1.421 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões – e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 7.579l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6.803 l/dia, tendo sido de 7.806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1% face a 2020 (2,381 milhões de euros, sem IVA incluído) e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 33,5 milhões de km (o que representa cerca de 836 vezes o perímetro da Terra).

A estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, os quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).



E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente – está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

O Setor

O setor a nível mundial²

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução da carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indelmentáveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descurar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este sector abundante em dados, mas com muitas lacunas na informação. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, conseqüentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

² Fonte <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A pandemia COVID-19

A pandemia do COVID-19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os insights científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma Task Force de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a Task Force da IWA COVID-19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial.

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao sector, o que possibilitou uma reação eficaz.
- A Assembleia Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comités Especializados da EurEau (EUI - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões à data obtidas é que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

No universo do Grupo AdP merece especial referência a parceria estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid Just-in-Time", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia de COVID-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.

O abastecimento e o saneamento em Portugal³

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

rei
11
[Handwritten signatures and initials]

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none">▪ 9,7 milhões de habitantes servidos▪ 96% de alojamentos servidos▪ 186 litros: consumo médio diário de água por habitante▪ Tarifa média ponderada: 0,5519€/m³▪ Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta) 99,53%	<ul style="list-style-type: none">▪ 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem▪ 86% de alojamentos servidos▪ 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento▪ 86% de alojamentos servidos com tratamento▪ 1,9 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente▪ Tarifa média ponderada: 0,5393€/m³

Dados RASARP 2021 – ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais, a gestão de águas pluviais -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais. Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases;

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
- Despacho n.º 5316 /2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT PENSAARP 2030).



No contexto de Pandemia, Portugal, em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e 34/2017, de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido de promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas estão desenvolvidos e implementados planos de contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial."

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa Zero a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso "Business Ambition for 1.5°C" da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto "Rumo à COP26" agora assinado por mais de 80 empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A Regulação

Enquadramento Regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Com a publicação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, ocorreram alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2021, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP manteve também durante o ano de 2021 a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta do Guia Técnico n.º 27 – Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação em novembro de 2021.

Durante 2021, realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária para o segundo período tarifário dos SMM cujos contratos assim o determinavam, perspetivando que os mesmos se concluíam até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro.

AdTA – Atividade em “alta”

A AdTA é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a AdTA as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidas para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

As tarifas, os rendimentos tarifários e a CTA aplicadas na faturação durante o ano de 2021 pela AdTA, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR.

O contrato de concessão determina que a rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2021, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,30%.

O diploma constituinte da AdTA, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto lei n.º16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da AdTA, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Tendo por base os DRG brutos, validados pela ERSAR, em 2021, verificaram-se 38 mil EUR de encargos não aceites por aquela entidade reguladora.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam registados nas contas cerca de 9,9 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade da AdTA.

Regulação da qualidade do serviço

A AdTA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR em janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AdTA.

Regulação da interface com o utilizador

A AdTA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a AdTA dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Durante o ano de 2021 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

Negócio

Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma empresa multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, que resulta da cisão, em 2017, da empresa multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

O sistema multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de 23 Municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no sistema multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo sistema em 2021 foi de 2,3 milhões de habitantes.

Saneamento em Alta

A exploração e a gestão do sistema inclui o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

No esquema apresentam-se os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, a produtos e a subprodutos da sua atividade de exploração em 2021:



A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas aléneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente e da ação climática, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Outros Negócios

Nos termos do Contrato de Concessão da AdTA, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os Municípios;
- Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

Sustentabilidade

Enquadramento

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A nossa estratégia de sustentabilidade até 2025 está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

Stakeholders / Partes Interessadas

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da AdTA (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A AdTA (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



sei
 h
 R
 RR

Através dos diversos serviços, a sociedade pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos Stakeholders acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a Comissão Executiva e os Stakeholders, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da AdTA neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

Deveres especiais de prestação da informação

A AdTA cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, e assegura o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de Stakeholders.

Sistema de Controlo Interno e Controlo de Risco

A Águas do Tejo Atlântico e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Tejo Atlântico se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Handwritten signature and initials: H. A. B. P. acir

Avaliação dos Riscos

- Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e iterativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização.

Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do Controlo Interno (CI) e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 na Águas do Tejo Atlântico foi dada continuidade ao mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. Pese embora trabalho já desenvolvido, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída no início de 2022.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação na empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da Águas do Tejo Atlântico, através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Tejo Atlântico sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP e na Águas do Tejo Atlântico, prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

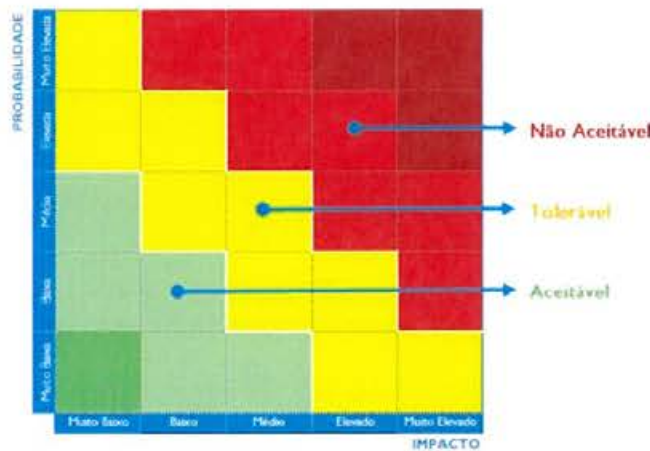
A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large arrow pointing left and several illegible signatures.

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Tejo Atlântico, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas do Tejo Atlântico e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a Águas do Tejo Atlântico se encontra exposta, são os seguintes:

- R235 - Falha das medidas de cibersegurança – Infraestruturas e/ou medidas de segurança cibernética na organização ultrapassadas ou obsoletas, devido a cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, resultando em perturbações económicas e perdas financeiras para a organização;
- R124 - Gestão do conhecimento – Risco de perda de conhecimento por parte da organização, decorrente da inexistência ou desadequação dos procedimentos de retenção e partilha de conhecimento dentro da organização;
- R125 - Gestão da inovação – Risco de uma inadequada definição da estratégia de inovação tecnológica do Grupo, que impeça o atingimento dos objetivos definidos e obtenção de vantagem competitiva;
- R127 - Reputação e imagem – Risco de degradação da imagem da organização perante o exterior e seus stakeholders, com consequentes perdas financeiras, por via direta ou indireta e de forma sustentada ou não;
- R211 - Perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas – Consequências irreversíveis para o meio ambiente, a atividade económica e destruição permanente do capital natural;
- R212 - Falha na ação climática – Falha da organização em fazer cumprir ou investir em medidas eficientes de adequação às alterações climáticas, de mitigação de danos e de preservação dos ecossistemas, assegurando a transição para uma economia neutra em carbono. Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de atividade da organização;
- R213 - Eventos climáticos extremos – Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de eventos climáticos extremos: frentes frias, incêndios, inundações, ondas de calor, seca extrema, tempestades e tornados, etc.;
- R214 - Desastres naturais – Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de desastres geofísicos: terremotos, deslizamentos de terras, tempestades geomagnéticas, tsunamis, atividade vulcânica, etc.;
- R231 - Resultados adversos dos avanços tecnológicos – Consequências negativas de avanços tecnológicos na organização: inteligência artificial (IA), interfaces cérebro-computador, biotecnologia, geoengenharia, computação quântica, etc.;
- R236 - Segurança da informação – Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação;
- R237 - Falha da governação tecnológica – Falta de estrutura e/ou regulamentação definida, para o uso de redes digitais e tecnologia, potenciando a existência de infraestruturas, protocolos, e interfaces incompatíveis;
- R238 - Plataforma tecnológica – Risco de incapacidade ou dificuldade na resposta às necessidades do negócio, devido a inexistência ou desalinhamento do planeamento estratégico das Tecnologias de Informação (equipamentos, infraestruturas, software), face a estratégia da organização;
- R331 - Relações laborais, saúde e segurança no trabalho – Risco de falha no funcionamento da Organização, decorrente de situações laborais adversas (greve, mau ambiente, más condições de trabalho, entre outras) ou de uma inadequada política de recursos humanos e de condições de saúde e segurança no trabalho;
- R333 - Gestão de talentos – Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de:
 - o um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da organização;
 - o uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho;
 - o uma política de formação desalinhada com o incremento de competências; e

opin
L
A
B
P
R

o uma ineficiente política de gestão de carreiras;

- R342 - Capacidade técnica e humana – Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio;
- R345 - Infiltrações de saneamento em alta – Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento "em alta", diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, por avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas;

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

RISCO FINANCEIRO

O risco financeiro encontra-se desenvolvido no Ponto 2 do capítulo do "Cumprimento das Orientações Legais".

Atividade Operacional

Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes

Em termos operacionais a Águas do Tejo Atlântico, S.A., é constituída por 14 Centros Operacionais (CO), divididos em duas zonas geográficas de acordo com o sistema multimunicipal, a zona Sul (TA Sul), e a zona Norte (TA Norte).

No final de 2021, o conjunto de infraestruturas operadas pela Tejo Atlântico incluía 100 Fábricas de Água, em funcionamento, (68 na TA Norte e 32 na TA Sul), 279 estações elevatórias (179 na TA Norte e 100 na TA Sul), 895 km de emissários e interceptores (462 km na TA Norte e 433 km na TA Sul) e, 236 km de condutas elevatórias (160 km na TA Norte e 76 km na TA Sul).

Quadro 1-Descrição do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Fábricas de Água (Quant.)	Estações Elevatórias (Quant.)	Emissários e Interceptores (km)	Condutas Elevatórias (km)	Capacidade total da s FA (milhões de m ³)	População equivalente de dimensionamento (e.p.)
SUL	ALC	1	11	19,5	5,1	66,2	756 000
SUL	ALV	1	7	14,1	6,3	17,2	153 878
SUL	BST	2	8	19,8	3,3	24,1	383 510
SUL	CDE	1	9	157,4	20,3	63,1	903 069
SUL	CHE	1	4	2,5	2,6	19,2	210 698
SUL	FRI	2	6	115,6	5,2	26,0	711 805
SUL	MFR	14	35	58,3	17,9	6,5	119 864
SUL	VFX	10	20	45,7	15,6	6,9	99 813
NORTE	AAR	31	26	78,7	23,2	6,6	104 755
NORTE	ANZ	6	12	34,8	15,9	10,3	158 160
NORTE	BCO	10	31	81,6	29,8	4,0	60 443
NORTE	LPE	10	33	98,3	24,5	5,6	83 889
NORTE	TVD	11	77	168,7	66,3	9,6	187 443
Total		100	279	894,8	236,1	265,3	3 933 327

NOTA: ALC- Alcântara; ALV- Alverca; BEI- Beirolas; CES – Costa do Estoril; CHE- Chelas; FRI – Frielas; MAF- Mafra; SJT- São João da Talha; VFX-Vila Franca de Xira; ANZ- Alcobça/Nazaré; ARS- Alenquer/Arruda dos Vinhos/Azambuja/Rio Maior/Sobral Monte Agraço; BCO-Bombarral/Cadaval/Óbidos; LPE- Lourinhã/Peniche; TVD – Torres Vedras.

No ano de 2021 entraram em funcionamento nove Estações Elevatórias, seis Emissários e nove Condutas Elevatórias.

Quadro 2-Descrição das novas infraestruturas

Direção Regional	Centro operacional	Subsistema	Município	Infraestrutura	Entrada em funcionamento	Emissários, Intercetores e Conduções Elevatórias (km)
SUL	MFR	A-da-Pêra	Maia	EE A-da-Pêra	junho 21	-
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	EE Torre Penalva	julho 21	-
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	EE Casal de Além 1	outubro 21	-
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	EE Casal de Além 2	outubro 21	-
NORTE	BCO	Chameca	Obidos	EE Obidos	janeiro 21	-
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	EE Feteira	abril 21	-
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	EE Moledo	abril 21	-
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	EE Reguengo Pequeno	abril 21	-
NORTE	TVD	Maceira	Tomes Vedras	EE Maceira 3	janeiro 21	-
SUL	ALV	Alverca	Vila Franca de Xira	Emissário Rio da Silveira	outubro 21	0,77
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	Emissário Póvoa de Manique	novembro 21	0,27
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	Emissário Casas do Moinho	abril 21	0,50
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	Emissário Feteira	abril 21	0,14
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	Emissário Moledo	abril 21	0,01
NORTE	TVD	Dois-Portos	Tomes Vedras	Emissário Ribaldeira	outubro 21	0,04
SUL	MFR	Foz do Lizandro	Maia	CE A-da-Pêra	junho 21	0,40
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	CE Câmara de Carga Casas de Além	outubro 21	0,20
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	CE Casal de Além 1	outubro 21	0,44
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	CE Casal de Além 2	outubro 21	0,67
NORTE	AAR	Vila Nova de São Pedro	Azambuja	CE Torre de Penalva	outubro 21	0,29
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	CE Feteira	abril 21	1,55
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	CE Moledo	abril 21	0,88
NORTE	LPE	Zambujeira	Lourinhã	CE Reguengo Pequeno	abril 21	1,40
NORTE	TVD	Dois-Portos	Tomes Vedras	CE Ribaldeira	outubro 21	0,16
Total						7,73

NOTA: As instalações de A-da-Pêra e Óbidos deixaram de funcionar como Fábrica de Água e passaram a funcionar como Estação Elevatória.

Quadro 3-Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Volume tratado (milhões de m ³ /ano)	Energia Consumida (GWh/ano)	Energia Produzida (GWh/ano)	Lamas (milhares Ton/ano)	Água + (milhões de m ³ /ano)
SUL	ALC	44,1	20,5	0	42	0,42
SUL	ALV	5,9	4,3	0	6	0,15
SUL	BST	19,6	9,7	1,9	17	0,15
SUL	CDE	51,3	17,1	12,3	29	0,02
SUL	CHE	12,1	4,9	0,6	13	0,88
SUL	FRI	21,5	10,6	2,8	15	0,46
SUL	MFR	5,2	4,2	0	7	0,11
SUL	VFX	3,7	2,3	0,5	3	0,02
NORTE	AAR	4,9	3,5	0	4	0,07
NORTE	ANZ	3,9	2,8	0	6	0,03
NORTE	BCO	2,8	2,5	0	3	0,01
NORTE	LPE	3,0	2,1	0	4	0,01
NORTE	TVD	6,1	5,3	0	8	0,15
Total		184,2	89,6	18,1	157	2,5

O volume tratado de águas residuais foi de 184,2 milhões de metros cúbicos, atingindo os 69% da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 99,1%.

No processo de tratamento das Fábricas de Água foram geradas 157 mil toneladas de lamas, que devidamente acondicionadas, foram aplicadas como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de Água+ produzida para uso interno e uso externo foi 2,5 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,4% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte em alta e para o tratamento de águas residuais foi de 896 GWh.

A Energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 18,1 GWh, o que corresponde a uma taxa de cobertura global de 42% do consumo de energia elétrica nas Fábricas de Água, considerando a energia consumida nas instalações de tratamento onde a energia é produzida.

Nos quadros 4 e 5 apresentam-se a comparação, nos anos 2021, 2020 e 2019, dos principais dados e indicadores operacionais.

Quadro 4-Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2021	2020	2019	% 21/20	% 20/19
Água residual tratada	milhões de m ³	184,2	193,6	185,1	-5%	5%
Água residual não tratada	milhões de m ³	2,5	1,5	1,7	69%	-12%
Consumo de energia total	GWh	89,6	89,3	87,4	0%	2%
Consumo de energia FA	GWh	76,3	75,7	74,4	1%	2%
Consumo de energia EE	GWh	13,4	13,6	13,0	-2%	4%
Consumo de reagentes	Ton	12 963	11 836	10 354	10%	14%
Consumo de Água Potável	milhões de m ³	0,5	0,2	0,2	155%	9%
Consumo de Água +	milhões de m ³	2,2	2,3	2,4	-3%	-3%
Valorização de Lamas	Ton	156 674	148 027	162 551	6%	-9%
Produção de areias e gradados	Ton	6 936	6 490	5 796	7%	12%
Produção de Água +	milhões de m ³	2,5	2,6	2,7	-3%	-4%
Produção de Energia	GWh	18,1	16,2	16,2	12%	0%
Qualidade das águas residuais	%	99,1	99,6	99,6	-0,5 p.p.	0,0 p.p.

Quadro 5-Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2021	2020	2019	% 21/20	% 20/19
Energia total/Volume tratado	kWh/m ³	0,487	0,461	0,472	6%	-2%
Energia FA/Volume tratado	kWh/m ³	0,414	0,391	0,402	6%	-3%
Reagentes/Volume tratado	g/m ³	70,389	61,139	55,949	15%	9%
Água Potável/Volume tratado	m ³ /m ³	0,003	0,001	0,001	168%	4%
Água +/Volume tratado	m ³ /m ³	0,012	0,012	0,013	2%	-7%
Lamas/Volume tratado	kg/m ³	0,851	0,809	0,878	5%	-8%
Areia e gradados/Volume tratado	kg/m ³	0,038	0,034	0,031	12%	7%

O ano de 2021 continuou a ser marcado pela pandemia COVID-19, tal como aconteceu em 2020. Com um melhor conhecimento sobre o vírus SARS-CoV-2, com a vacinação, com a aplicação de medidas de proteção individuais e com o empenho dos trabalhadores, foi possível garantir o funcionamento das infraestruturas da Tejo Atlântico, protegendo os meios recetores e o meio ambiente, permitindo que não se agravasse a crise sanitária que estamos a atravessar.

O empenho diário das equipas operacionais da #Linhadafrente constituiu um enorme desafio, demonstrando um claro compromisso dos trabalhadores com a Águas do Tejo Atlântico e com a importante missão de proteção e preservação do meio ambiente. Foi necessário manter uma organização rigorosa dos recursos escassos de operação, com flutuações no seu número, conforme foram surgindo casos positivos de COVID-19, ao longo do tempo.

Foram elaborados e implementados Planos de Contingência prevendo as ações necessárias, em caso do surgimento de casos Covid 19, criando desfasamento de horários e reserva de Operadores fora do local de trabalho, para compensar ausências forçadas, em caso de contacto ou infeção. Também os espaços comuns foram reorganizados e promovidas desinfecções regulares de instalações e viaturas de serviço. Foram definidas hierarquias de etapas de tratamento em cada Centro Operacional para serem desativadas, caso as circunstâncias o exigissem, prolongando o mais possível o tratamento das águas residuais. Estes planos de contingência abrangeram ainda os Fornecedores e Prestadores de Serviços considerados críticos, tais como os referentes ao fornecimento de reagentes ou transportadores de resíduos (incluindo lamas).

A difícil gestão das equipas operacionais ao longo do tempo, com necessidade de recrutamento de trabalho temporário o que se revelou de uma dificuldade extrema face ao mercado de trabalho e aos baixos valores de remuneração oferecidos para o desempenho de tarefas com complexidade em termos técnicos e de contexto, veio demonstrar a fragilidade da empresa relativamente a este tema, que se traduz numa baixa valorização dos recursos humanos, que começam a estar muito desajustados face ao mercado de trabalho.

Esta "gestão de crise", implementada em 2020, manteve-se durante todo o ano de 2021, mesmo tendo em conta a melhoria da situação pandémica, ocorrida no verão, e o seu posterior agravamento desde novembro até final do ano, com aparecimento de uma nova variante, altamente contagiosa embora menos gravosa em termos de saúde. Foi no final do ano de 2021, que se assistiu a um agravamento mais pronunciado da pandemia, obrigando novamente à implementação de todas as restrições de contacto e de trabalho em Equipa.

A Operação das infraestruturas da Águas do Tejo Atlântico é uma atividade contínua e ininterrupta, e tendo isso em conta, foi possível manter um elevado nível de serviço devido à atitude evidenciada pelos colaboradores da empresa, que demonstraram uma elevada dedicação à sua missão, disponibilizando-se e cumprindo o Plano de Contingência, que foi sendo adaptado em resultado das sucessivas aprendizagens deste novo mundo.

Para além das atividades relacionadas com a gestão da pandemia de COVID-19, a Águas do Tejo Atlântico manteve também o foco na melhoria e sistematização contínua da informação. A implementação da base de dados de operação, no início de 2019 e do NAVIA da Águas do Tejo Atlântico, no início de 2020 permitiram a desmaterialização do papel na operação e tiveram um papel fundamental em tornar coesa toda a área da concessão da empresa, uniformizando os processos e instrumentos operacionais.

No ano de 2021 o cumprimento das licenças de descarga foi condicionado sobretudo pelas fragilidades resultantes do estado de conservação das infraestruturas, que apresentam avarias sucessivas, as dificuldades de contratação, as descargas de efluentes industriais em algumas Fábricas da Água, e pela emissão de novas licenças de descarga com maiores restrições relativamente à qualidade de descarga de águas tratadas.

No decorrer do ano foi apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) o Plano Estratégico de Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (PECTURH), que consistiu na análise dos incumprimentos das Fábricas de Água em 2020 e na necessidade da adaptação às novas licenças, que obrigariam a um investimento de mais de 45 milhões de euros, não previstos na Concessão da Águas do Tejo Atlântico para adaptação aos novos valores e parâmetros impostos nas TURH. Foi apresentado, como parte integrante deste plano, o plano de monitorização dos meios recetores onde são descarregados os efluentes tratados das FA e as EE da Águas do Tejo Atlântico, com o objetivo de avaliar o impacto das infraestruturas no meio recetor.

A monitorização do meio recetor arrancou em agosto de 2021 e terá a duração de 3 anos, existindo o compromisso de envio de toda a informação à APA.

O presente ano, foi um ano particularmente sensível na FA da Guia, devido ao trágico acidente ocorrido no final de 2020. Houve a necessidade de reorganizar o CO da Costa do Estoril, pouco a pouco, com o objetivo de melhorar a força anímica das equipas envolvidas. Nos restantes Centros Operacionais, foi realizado um trabalho de reforço de formação em matérias de segurança e saúde no trabalho.

Resultante da evolução pandémica, sentida ao longo do ano de 2021, e com o desenvolvimento de novas realidades ao nível do comércio internacional de matérias-primas e energia, sentiu-se uma evolução de preços, a ritmo superior ao da inflação, e que se prevê que irá ter um forte impacto no ano de 2022.

O crescente custo do destino final das lamas resultantes do tratamento das águas residuais, sem a implementação de alternativas que tornem a Águas do Tejo Atlântico independente das soluções tradicionais, configura um risco e uma incerteza para atividade de operação. Por outro lado o custo crescente dos adubos e nutrientes agrícolas revela-se uma oportunidade para a criação de alternativas para a utilização das lamas, existindo o potencial para a criação de valor e a redução dos custos operacionais.

A evolução salarial em Portugal, superior à evolução das remunerações na Tejo Atlântico, a escassez de mão-de-obra especializada no mercado, ao nível de operadores e de técnicos superiores, configuram um risco elevado para a atividade operacional no futuro.

Água residual

Em 2021, o volume tratado de águas residuais foi de 184,2 milhões de m³, o que corresponde a uma média diária de 504,6 milhares de m³/dia e representa uma redução de 5% face ao valor de 2020. O volume de água residual tratada na TA Norte foi de 20,7 milhões de m³ e na TA Sul de 163,5 m³, que correspondem respetivamente a 11% e 89% do volume total de água residual tratada.

Na Figura 1 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2021, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

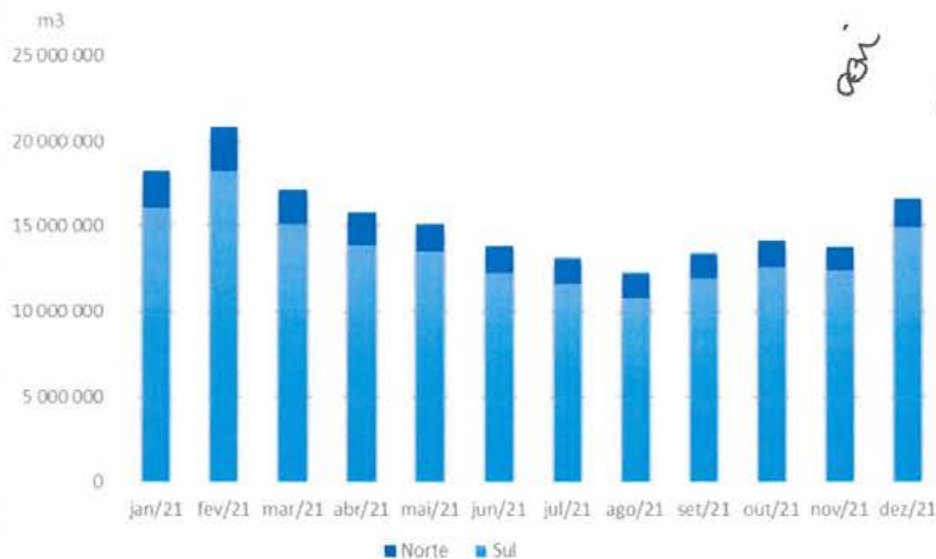


Fig.1- Evolução mensal do volume de água residual tratada por TA.

Em 2021, o volume de água residual não tratada foi de 2,5 milhões de m³, que corresponde a 1,3% do volume de água residual tratada, na Águas do Tejo Atlântico e representa um acréscimo de 69% face ao valor de 2020. O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos. Este acréscimo de caudal não tratado em 2021 face ao ano anterior, resultou de uma avaria na FA de Alcântara em janeiro de 2021, onde foram perdidos cerca de 1,2 milhões de m³ de água residual bruta em 9 dias.

O volume de água residual não tratada na TA Norte foi de 0,2 milhões de m³ e na TA Sul de 2,3 milhões de m³, que corresponde a 0,6% e 1,4 % do volume total de água residual tratada, respetivamente.

Na Figura 2 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual não tratada durante o ano de 2021, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

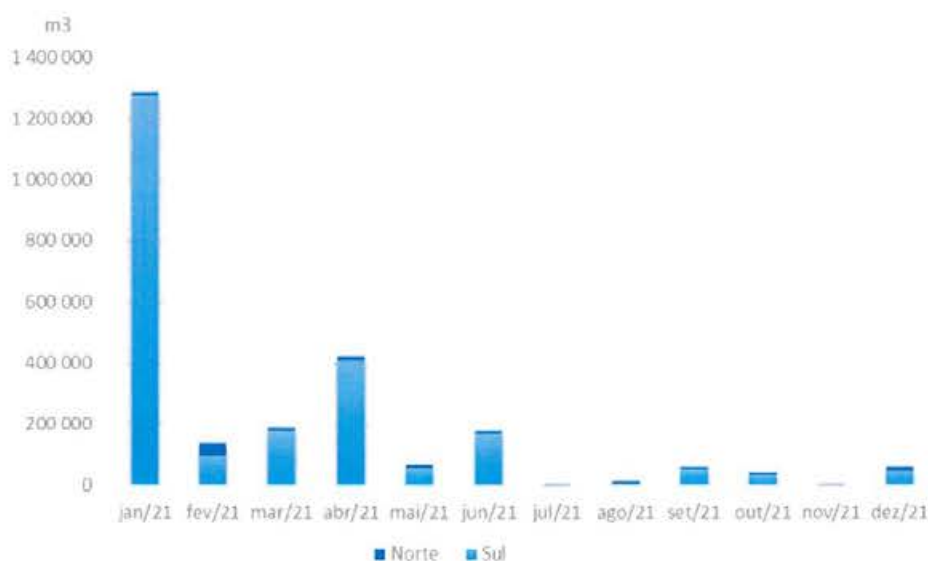


Fig.2 - Evolução mensal do volume de água residual não tratada por TA.

Principais dados operacionais

Energia

Handwritten notes and signatures:
acir
[Signatures]

Em 2021, a energia total consumida foi 89,6 GWh que corresponde a uma média diária de cerca de 0,245 GWh, e representa um valor equivalente ao de 2020.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 76,3 GWh (85%) e a energia para o transporte e elevação foi de 13,4 GWh (15%).

A energia total consumida na TA Norte foi de 16,3 GWh e na TA Sul de 73,3 GWh, que corresponde respetivamente a 18% e 82% da energia total consumida.

Na Figura 3 é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2021, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

Em 2021, a energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 18,1 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 49,6 MWh/dia e representa um valor equivalente ao de 2019.

Destaca-se o acréscimo de produção, face a 2020, nas FA de Frietas, Vila Franca de Xira e Guia. O decréscimo na FA de Chelas deveu-se à obra de remodelação em curso, que implicou a paragem da digestão anaeróbia e consequentemente a produção de biogás.

Na Figura 4 é apresentada a evolução mensal da energia produzida durante o ano de 2021, distribuída por Fábrica de Água.



Fig.3 - Evolução mensal do volume da energia consumida por TA

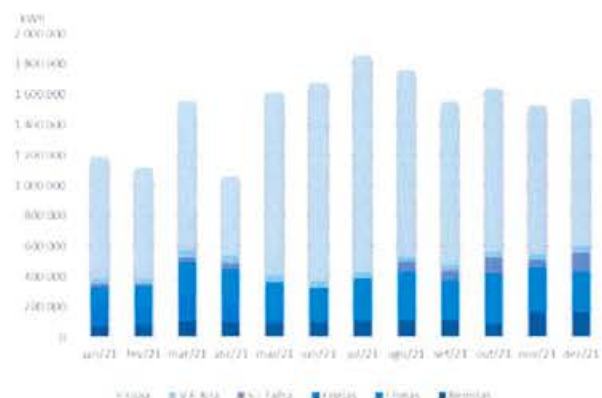


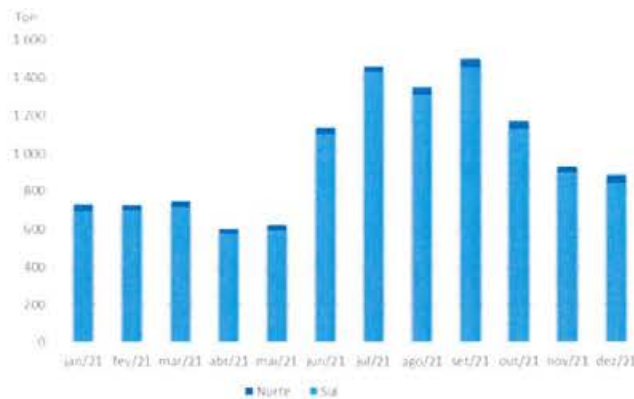
Fig.4 - Evolução mensal do volume da energia produzida por FA

Reagentes

Em 2021, o consumo de reagentes foi de 12 963 Ton, que corresponde a um consumo médio diário de 35 Ton/dia, e representa um aumento de 9% face ao valor de 2020, justificado pela necessidade de reforçar a segurança ambiental e a proteção da saúde pública.

O consumo de reagentes na TA Norte foi de 485 Ton e na TA Sul de 12 478 Ton, que corresponde respetivamente a 4% e 96 % do consumo de reagentes.

Na Figura 5 é apresentada a evolução mensal do consumo de reagentes durante o ano de 2021, distribuído pela TA Norte e TA Sul.



deix
 23
 B
 [Handwritten signatures]

Fig5 – Evolução mensal do consumo de reagentes por TA

Água

Em 2021, o consumo de água potável foi de 460,9 milhares de m³, que corresponde a um consumo médio diário de 1,3 milhares de m³/dia, e representa um aumento de 154% face ao valor de 2020.

O acréscimo de consumo de água potável nos meses de janeiro a novembro foi devido à necessidade de uma intervenção no sistema de produção de Água+, por avaria do sistema da FA da Guia.

O consumo de água potável na TA Norte foi de 39,6 milhares de m³ e na TA Sul de 421,3 milhares de m³, que corresponde respetivamente a 9% e 91 % do consumo de água potável.

Na Figura 6 é apresentada a evolução mensal do consumo de água potável durante o ano de 2021, distribuído pela TA Norte e TA Sul.



Fig6 – Evolução mensal do consumo de água potável por TA

Lamas

Em 2021, a valorização de lamas foi de 156 674 Ton, que corresponde a uma média diária de 429 Ton/dia, e representa um acréscimo de 6% face ao valor de 2020.

A valorização de lamas na TA Norte foi de 25 104 Ton e na TA Sul de 131 570 Ton, que corresponde a 16% e 84 % da valorização de lamas.

Na Figura 7 é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2021, distribuída pela TA Norte e TA Sul.



Handwritten notes and signatures:
 A
 L
 aciu
 P
 S
 H

Fig7 – Evolução mensal da valorização de lamas por TA

Areias e gradados

Em 2021, a produção de areias e gradados foi de 6 936 Ton, que corresponde a uma produção média diária de 19 Ton/dia, e representa um acréscimo de 7% face ao valor de 2020.

A produção de areias e gradados na TA Norte foi de 978 Ton e na TA Sul de 5 958 Ton, que corresponde a 14% e 86% da produção de areias e gradados.

Na Figura 8 é apresentada a evolução mensal da produção de areias e gradados durante o ano de 2021, distribuída pela TA Norte e TA Sul.



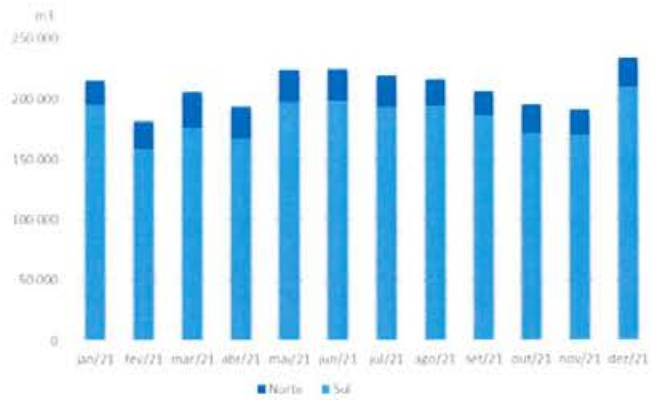
Fig8 – Evolução mensal da produção de areias e gradados por TA

Água+

Em 2021, a produção de Água+ foi de 2,5 milhões de m³, que corresponde a uma produção média diária de 6,1 milhares de m³/dia, e representa uma redução de 3% face ao valor de 2020. A produção de Água + na TA Norte foi de 286,9 milhares de m³ e na TA Sul de 1,9 milhões de m³, que corresponde a 13% e 87 % da produção de Água +.

A redução nos meses de janeiro a novembro foi devida a uma intervenção, no sistema de produção de Água+ na FA da Guia.

Na Figura 9 é apresentada a evolução mensal da produção de Água + durante o ano de 2021, distribuída pela TA Norte e TA Sul.



rei

[Handwritten signatures and initials]

Fig.9 - Evolução mensal da utilização de água* por TA

Controlo Analítico

Na atividade durante o ano de 2021 destaca-se:

- A manutenção da operacionalidade em regime presencial e remoto em contexto do Plano de Contingência COVID-19, incluindo a realização dos respetivos ciclos de auditorias de acreditação e certificação e auditorias de diagnóstico na unidade operacional não acreditada;
- A transição da acreditação para o novo referencial normativo NP EN ISO 17025:2018;
- A obtenção da acreditação flexível intermédia;
- A realização de obras de melhoria da Unidade Laboratorial de Beirolas;
- A expansão da base de dados InLABLIMS para a Unidade de Santa Cruz e a codificação de todos os pontos de colheita a norte com sistema normalizado em vigor na Águas do Tejo Atlântico para este efeito;
- O arranque de nova versão web de consulta de dados-Portal H2Online- Resultados analíticos de toda e para toda a empresa;
- A apresentação de pedidos de extensão da acreditação para dois novos métodos de ensaio nas unidades de Beirolas e Frielas;
- O início da validação de métodos na unidade de Santa Cruz e ciclo de auditorias internas de diagnóstico;
- A integração da gestão do contrato externo de ensaios da TA norte;
- A integração no quadro de pessoal de 2 técnicos superiores;
- A realização de quatro sessões de formação remota no âmbito da amostragem-Módulo I para equipas de TA norte;
- A participação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do "Plano para a Gestão de Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste", aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro.

Estes processos foram da maior importância para o Laboratório, em especial a obtenção da transição da acreditação para o novo referencial da norma ISO 17025:2017, a obtenção da acreditação flexível intermédia, a extensão do âmbito para um novo método com recurso a um sistema de robotização e a apresentação de mais dois pedidos de extensão.

Realizaram-se as auditorias internas e externas de acreditação com resultados extremamente positivos, destacando-se a ausência de constatações na área técnica de físico-química e um muito baixo índice de constatações para as restantes áreas (uma no Sistema de gestão e uma para Microbiologia).

Destaca-se ainda, pela sua importância transversal a toda a empresa, a expansão da base de dados InLABLIMS para a unidade de Santa Cruz e o arranque do Portal H2Online, o que permitiu uniformizar o modo de controlo e disponibilização dos resultados analíticos dos programas de monitorização sob responsabilidade da Direção de Laboratório, facultando o acesso remoto aos dados analíticos por parte da Direção Regional Norte, contribuindo desta forma para o processo de digitalização em curso na Empresa.

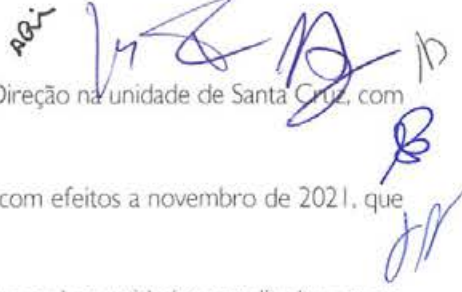
Na otimização de recursos, assinala-se a importância que assumiu a realização de obras de remodelação parcial da unidade de Beirolas, que permitiram requalificar integralmente três salas e melhorar espaços e áreas comuns, salientando-se a melhoria das condições de trabalho ao nível técnico e de segurança.

A manutenção de equipas qualificadas em quantidade e qualidade, foi um dos grandes desafios dos anos anteriores que se perpetuou pelo ano 2021, em especial em contexto de ano pandémico. Neste âmbito sublinha-se, pela importância estrutural, a integração no quadro de pessoal de dois técnicos superiores de Laboratório, permitindo a consolidação e o robustecimento das equipas técnicas indispensáveis à atividade e aos requisitos de acreditação.

Indo ao encontro dos objetivos da empresa, no domínio do eixo estratégico I-cultura de grupo, objetivo estratégicos I-Investir nas pessoas- Apostar na formação e qualificação, foram realizadas, no 1.º trimestre do ano, quatro ações de formação internas, por via remota, para as equipas da DOP TA norte, asseguradas com recursos internos do Laboratório, que se traduziram na melhoria dos processos de colheita nas FA da região norte, através da melhor capacitação dos técnicos de operação nesta valência.

No âmbito de novos desenvolvimentos internos assinala-se ainda:

- Os pedidos de extensão da acreditação para dois novos métodos nas unidades de Beirolas e Frielas, para os quais já se obteve a acreditação com efeitos a 2 fevereiro de 2022;

- AGI 
- O início da implementação de procedimentos de controlo qualidade transversais a toda a Direção na unidade de Santa Cruz, com a validação do método de ensaio para CQO;
 - A integração da gestão do contrato externo de ensaios para reporte legal de DOP norte, com efeitos a novembro de 2021, que implicou a dotação na área de Planeamento de mais um técnico superior;
 - O funcionamento em produção da base de dados Inlabstocks no módulo de reagentes para as duas unidades acreditadas e a sua configuração para os módulos de materiais e consumíveis.
 - A participação no grupo de trabalho responsável pelo "Plano para a Gestão de Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período até 2025", um instrumento de importância decisiva e estratégico para a atividade da Empresa
 - A preparação dos termos de referência com vista à realização do estudo de desenvolvimento estratégico de LAB.

Externamente assinala-se:

- A participação nas XII Jornadas de Engenharia 2021, com a apresentação de uma comunicação subordinada ao tema: "Proposta de Recomendação para a caracterização microbiológica das águas residuais hospitalares- O caso de estudo: Lisboa", em coautoria com o líder de projeto de caracterização microbiológica das águas residuais hospitalares- a Câmara Municipal de Lisboa e restantes parceiros do projeto (IST, ARS-LVR, DGS, INSA);
- O acompanhamento de dois estágios curriculares na unidade de Santa Cruz, os quais permitiram dar continuidade ao papel de apoio da Tejo Atlântico através da sua Direção de Laboratórios na formação de novos quadros técnicos para o mercado, tendo o trabalho desenvolvido contribuído para os estudos de validação de métodos em curso;
- Deu-se continuidade à representação de LAB nas comissões técnicas/sectoriais da Relacre - Associação De Laboratórios Acreditados Portugal: GT3-Amostragem; GT5 – Metrologia Química, CTR04 – Metrologia; GT8- Microbiologia; Comissão Sectorial de Águas (como elemento de co – coordenação).

Atividade analítica interna

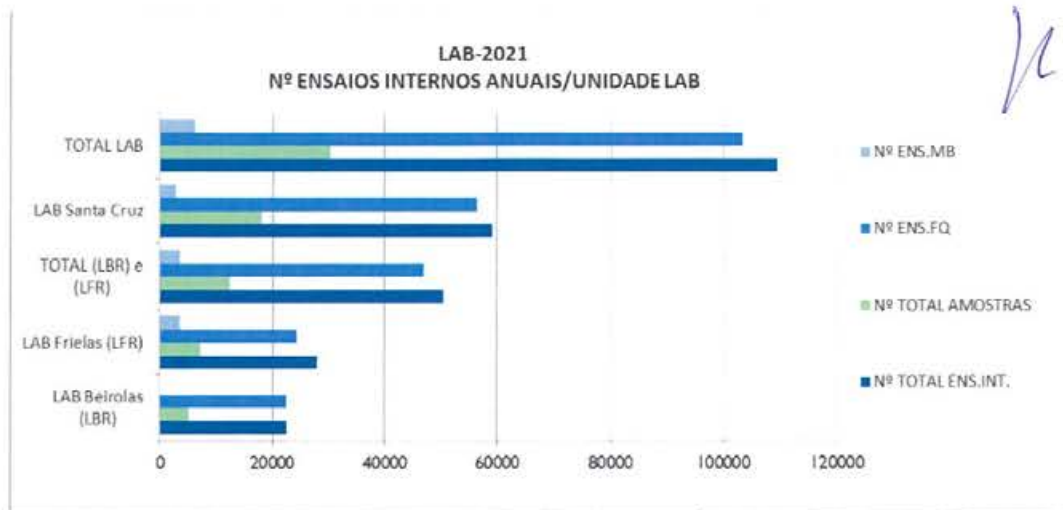
O controlo analítico assegurado integra 32 Fábricas da Água da TA Sul e 68 FA da TA Norte.

O controlo legal e operacional (PCQO) dos sistemas de saneamento DOP Sul é efetuado quase na totalidade nos Laboratórios de Beirolas e Frielas, sendo os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito. Esta situação deve-se ao facto de a Direção de Laboratório não dispor de meios humanos e materiais, designadamente em termos de infraestruturas, para a realização da totalidade das determinações definidas, designadamente para os programas PRTR (Pollutant Release Transfer Register) e PGL (Plano Geral de Lamas).

Os laboratórios da empresa asseguraram, durante o ano de 2021, a receção, a gestão e a análise de 30.363 amostras e 109 479 ensaios, o que traduz um incremento, respetivamente, de cerca de 4 % e 42% em relação ao ano de 2020, refletindo, por um lado, a retoma plena dos planos analíticos que, em 2020, sofreram reduções, fruto do Plano de Contingência COVID-19 e, por outro, as novas exigências das licenças de descarga que aumentaram significativamente as necessidade de reporte e de controlo de processo.

Para os ensaios internos, a distribuição e o peso relativo por unidade laboratorial (Beirolas, Frielas e Santa Cruz) e por área técnica apresentada está apresentada no gráfico 1.

Salienta-se que, em 2020, fruto do contexto pandémico, o número de ensaios internos globais de autocontrolo tinha registado um decréscimo de 5,2% em relação ao ano de 2019, pelo que, do incremento evidenciado em 2021, cerca de 36,8% se deve efetivamente as novas ou reforçadas necessidades de controlo analítico.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'aei' at the bottom.

Gráfico 1- Número de ensaios anuais por unidade LAB/Área Técnica (FQ ou MB)
Legenda (MB-microbiologia; FQ-físico-química)

Durante o ano de 2021 a área de análise microscópica viu muito comprometida a sua atividade face ao reduzido número de efetivos de que a Direção dispõe para esta área (um técnico), sendo afetada sempre que este se ausenta ou está deslocado para apoio ao controlo analítico de química e microbiologia.

Salienta-se ainda a realização de ensaios /procedimentos alocados ao controlo de qualidade interno, que não são contabilizados nestes quantitativos e que representam, em especial para os ensaios no âmbito da acreditação, um acréscimo de cerca de 30% sobre os efetivamente contabilizados.

Na atividade analítica da Direção, destaca-se a relevância da integração da unidade laboratorial de Santa Cruz, representando esta em 2021 cerca de 54% do trabalho analítico assegurado, sendo que todo este contributo analítico é executado fora do âmbito da acreditação. O estado de acreditação dos ensaios está expresso no gráfico 2, sendo que dos 55,8 % de ensaios realizados fora do âmbito da acreditação, 3,3 % são assegurados nas unidades de Beirolas e Frietas e 99,7% são assegurados na unidade de Santa Cruz.

ESTADO DE ACREDITAÇÃO DOS ENSAIOS (%)

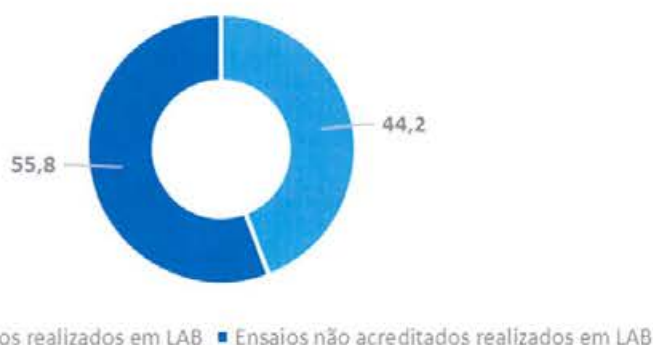


Gráfico 2- Estado de Acreditação dos ensaios/ uni LAB (% total dos ensaios internos)

Atividade analítica com recurso a contratação externa

No que concerne ao controlo analítico assegurado pela Direção de Laboratórios, dos 128 385 ensaios que integram análises internas e externas, foram efetuados com recurso a contratação externa cerca de 14,7%, sendo que 94,8% dos ensaios contratados estão alocados a DOP norte e 5,2% a DOP sul.

A partir das unidades acreditadas, o recurso a contratação externa para ensaios na matriz água e lamas, representou 1,9% do total de trabalho analítico gerido a partir destas unidades e 0,8% do total ensaios (internos e externos) assegurado por LAB.

Esta situação, apesar de parecer evidenciar uma redução de contratação externa, resulta do facto de a contagem de parâmetros para alguns ensaios (PAH, PCB, PCDD/F), entre outros, ter passado a contabilizar apenas o resultado das somas dos compostos específicos que integram os grupos funcionais, bem como do facto de o número de ensaios internos também ter aumentado significativamente.

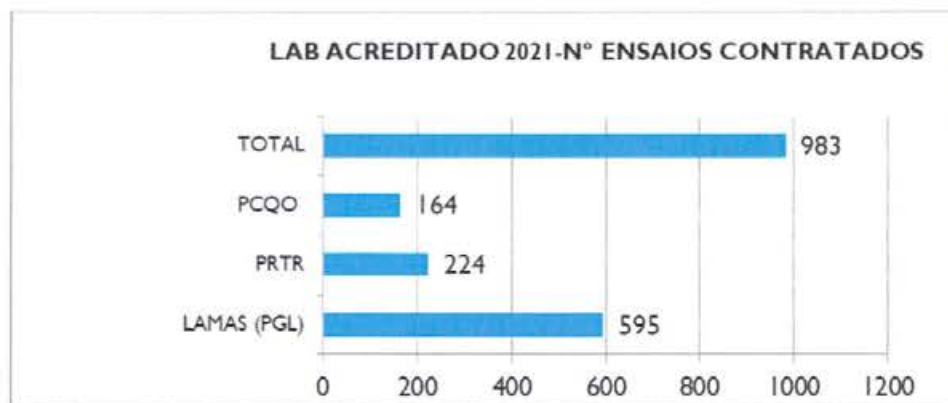


Gráfico 3 - Número de ensaios anuais contratados externamente por tipo de plano analítico (Zona Sul)

Os quantitativos analíticos associados ao controlo legal das instalações de DOP norte, foi da responsabilidade da Direção de Operação até outubro de 2021. O Laboratório externo acreditado assegurou, no ano de 2021, a realização de cerca de 17923 ensaios, representando estas cerca de 23% do controlo analítico associado a DOP norte e 14% no total de ensaios internos e externos assegurados por LAB.

O número de análises por plano de controlo analítico, encontra-se explicitado no gráfico 4.



Gráfico 4 - Número de ensaios anuais contratados externamente por tipo de plano analítico (Zona Norte)

Legenda: PLAM-plano controlo legal de lamas (PGL); PETAR-plano controlo de efluente tratado; PARNU- Plano de controlo de águas residuais não urbanas; PAB- Plano controlo de afluentes brutos

O número total de ensaios (internos e contratados), para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional de DOP Sul e outros, estão identificados no Gráfico 5.

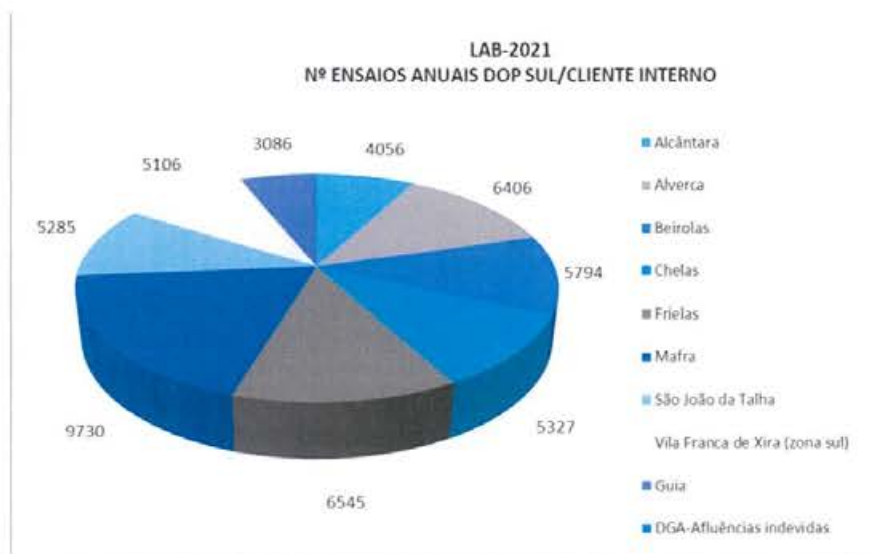


Gráfico 5- Número de ensaios anuais, internos e externos por Clientes Internos (DOP e outros, nas unidades LAB acreditadas)

O número total de ensaios internos para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional de DOP Norte estão identificados no Gráfico 6:

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '10' and various scribbles.

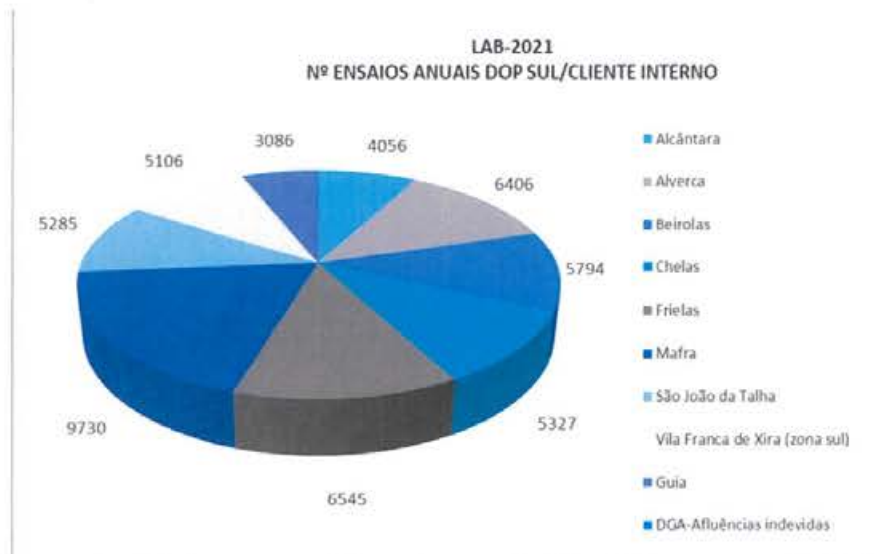
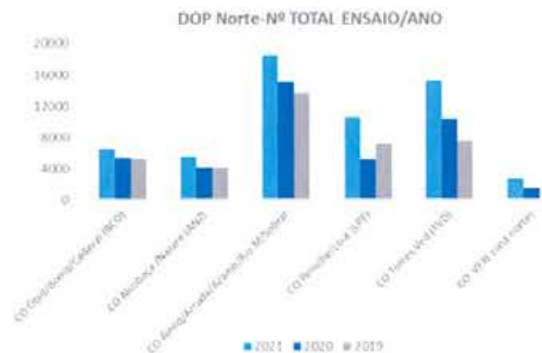
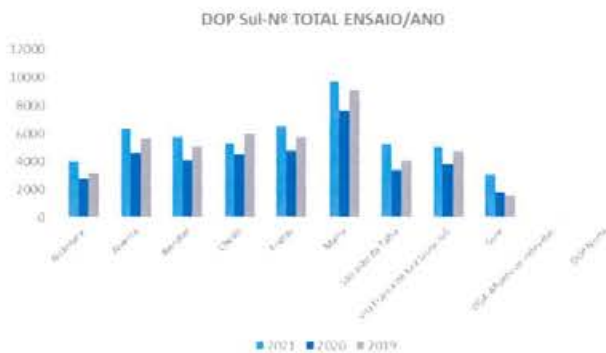


Gráfico 6- Número de ensaios internos por Clientes Internos de LAB (DOP norte na unidade LAB de processo)

O gráficos 7 e 8 resumem o perfil evolutivo do número de ensaios por centro operacional na região sul e norte, no período compreendido entre 2019 a 2021, sendo que este intervalo é relevante na medida em que o ano 2020 foi atípico, uma vez que as medidas do plano de contingência implicaram reduções no primeiro semestre do ano.



Gráficos 7 e 8 - Perfil evolutivo do número de ensaios por Centro Operacional entre 2019 e 2021

Evidencia-se o incremento de controlo analítico interno para todos os Centros Operacionais da Tejo Atlântico, sendo que:

- Na região norte, a percentagem de aumento de controlo analítico mais expressiva aconteceu no CO de Torres Vedras, em que mais do que se duplicou o volume de ensaios entre 2019 e 2021 (103%), logo seguido de Lourinhã-Peniche, onde o volume de ensaios passou a ser de cerca de uma vez e meia (incremento de 47%);
- Na região sul, os incrementos mais expressivos registaram-se na Guia que quase duplicou (incremento de 94%) o volume de ensaios, seguida de São João da Talha (29%) e Alcântara (27%).

A Direção de Laboratório assegurou ainda a componente analítica em estudos e projetos de inovação conduzidos em parceria com o Departamento de IDI, as Direções DOP e DGA, a AdP SGPS e outras entidades parceiras.

Os projetos nos quais a Direção participou estão resumidos no quadro:

Componente analítica para projectos/estudos LAB 2021

Projectos /Estudos AdTA	Infra-Estrutura	Unidade Laboratorial
Projecto Covidetect	Beirolas, Guia e Alcântara	Beirolas
Projecto SARS Control	Beirolas, Guia e Alcântara	Beirolas
Projecto Circ-Rural	Charneca	Santa Cruz
Projecto B-Water Smart	Alcântara	Beirolas e Frielas
Projecto Aquacorp	São João da Talha	Frielas
Monitorização do Parque Industrial do Carregado	Afluências Indevidas	Beirolas e Frielas
Otimização da desinfeção na FA da Zambujeira	Zambujeira	Santa Cruz

Quadro I - Projetos/estudos para os quais foi assegurada componente analítica em LAB.

Destes projetos destaca-se a conclusão dos trabalhos relativos ao projeto Covidetect e o início do projeto SARS control, bem como a monitorização do Parque Industrial do Carregado. A colaboração neste âmbito testemunhou o empenho e o papel de LAB nas vertentes da inovação e do desenvolvimento da Tejo Atlântico

Atividade em contexto pandémico

Merece um especial enquadramento a atividade desenvolvida em contexto pandémico, salientando-se, no âmbito dos planos de contingência estabelecidos, a manutenção permanente da atividade operacional completa em regime presencial, com algumas funções a serem exercidas em regime de teletrabalho parcial, em especial nos períodos de maior agravamento de contágios.

O contexto de pandemia trouxe à atividade da Direção de Laboratório riscos que se encontram elencados na respetiva matriz de riscos e oportunidades como riscos gerais relacionados com a pandemia de Coronavírus:

- Ausência de colaboradores, motivada por: quarentena ou isolamento profilático;
- Incumprimentos dos objetivos de qualificação do pessoal;
- Inexistência de stocks de EPI/fardamento adequados;
- Falhas no fornecimento de reagentes/padrões/meios de cultura/materiais diversos por limitação de circulação de pessoas e bens;
- Falhas no fornecimento de serviços, nomeadamente, calibração e manutenção de equipamentos, formação, auditorias, contratação externa de ensaios;
- Incumprimento dos PCQO/PCQAR por falhas de recursos humanos e materiais;
- Incumprimento dos Planos de Controlo da Qualidade por falhas de recursos humanos e materiais;
- Incumprimento do Plano de EIL (Ensaio interlaboratoriais ou de aptidão).

Apesar de nenhum dos riscos identificados ter colocado em causa o cumprimento da missão da Direção de Laboratório, estes representaram um desafio de gestão e operacionalização em todas as equipas. Salienta-se, de entre todos, a necessidade de uma estrutura de recursos humanos que permita, nestas circunstâncias, o funcionamento de equipas em espelho e a qualificação de pessoal de forma suficientemente abrangente para garantir o necessário grau de redundância, com especial criticidade na equipa de Santa Cruz.

Também na gestão de stocks de bens e materiais se refletiram as dificuldades sentidas ao longo de 2021, com atrasos nas entregas por falta de matérias-primas nos fornecedores, tendo sido efetivados stocks de segurança na medida da disponibilidade no mercado e da capacidade de armazenamento interno.

Conceção e Construção de Infraestruturas

Em 2021, a atividade do Departamento de Estudos e Projetos da Direção de Projetos, Construção e Reabilitação, não deixando de ser marcada pela pandemia COVID-19, traduziu-se em concretizações importantes do ponto de vista do prosseguimento de estudos e projetos assentes nos vetores:

- Aumento da cobertura dos sistemas drenagem e incremento do desempenho global – relativos à conceção de novas infraestruturas;
- Melhoria estrutural, funcional e operacional – relativos à reabilitação e remodelação de infraestruturas existentes;
- Melhoria da qualidade de serviço e da eficiência das operações – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes, em particular, de Fábricas de Água (FA);
- Melhoria das condições de proteção e segurança dos trabalhadores – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes, em particular, FA e EE;
- Inovação – relativos à utilização da metodologia “Building Information Modelling” (BIM) no desenvolvimento de projetos.

Destacam-se, como trabalhos mais relevantes, os seguintes estudos e projetos:

- No domínio da infraestruturização – Intercetores e sistemas elevatórios do subsistema da Foz do Lizandro – fase III (Mafra); Descarregadores D19 e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara (Lisboa), Emissário de ligação das infraestruturas do CAS de Runa (Torres Vedras);
- No domínio da melhoria operacional das instalações – Estação elevatória do Terreiro do Trigo (Lisboa), Remodelação do emissário de Famões (Odivelas);
- No domínio da reabilitação de infraestruturas – Emissário de Barcarena - fase II (Oeiras e Sintra), Emissário de Porto Salvo (Oeiras), Emissário do Jamor (Oeiras e Sintra), Emissário de São Martinho do Porto (Alcobaça);
- No domínio da requalificação ambiental da envolvente – erradicação de descargas: Amoreira (Cascais), Marianas (Cascais e Sintra) e Sassoeiros (Cascais e Sintra);
- No domínio da infraestruturização tendo em conta a presença de aflúencias indevidas – controlo de caudais pluviais: Caparide (Cascais e Sintra) e Laje (Oeiras e Sintra);
- No domínio da melhoria das condições de proteção e segurança dos trabalhadores – Reabilitação das tampas do poço da estação elevatória inicial da FA da Guia FL. Relocalização do concentrador de gorduras da FA da Guia FL e a Reabilitação do sistema pneumático de transporte de gradados e areias da FA da Guia;
- No domínio da melhoria da qualidade de serviço e da eficiência das operações – remodelação da FA da Ericeira (Mafra), Remodelação da FA de Arruda dos Vinhos, Remodelação da FA de Torres Vedras e Remodelação da FA da Encarnação (Mafra).

O ano 2021 revelou-se, uma vez mais, atípico no que diz respeito à realização de investimentos devido aos constrangimentos associados à pandemia de COVID-19, tendo-se registado durante todo o ano as principais dificuldades encontradas nos três últimos trimestres do ano anterior.

De facto, na área dos estudos e projetos, a pandemia de COVID-19 continuou a criar dificuldades acrescidas na componente da recolha de dados de base, ao condicionar os reconhecimentos de campo, as visitas a instalações existentes, os estudos de implantação de infraestruturas, os levantamentos topográficos e cadastrais, as prospeções geológico-geotécnicas, em suma, todas as tarefas que requerem a movimentação de equipas de trabalho no terreno.

Mas também nos trabalhos de gabinete se sentiram dificuldades na discussão por via telemática das componentes essenciais dos projetos, particularmente, peças desenhadas, esquemas de dimensionamento e mapas de medições devido à sua dimensão e especificidade, o que levou a maior demora na obtenção de esclarecimentos e consequentemente dos resultados pretendidos.

No decurso dos procedimentos para contratação de empreitadas verificaram-se igualmente várias dilações de prazos para apresentação das propostas, decorrentes de solicitações de interessados por motivo de dificuldade na obtenção de preços e de condições de fornecimento de materiais e equipamentos oriundos do estrangeiro.

Por sua vez, na área das obras, tanto na construção nova como na reabilitação, a pandemia de COVID-19 também continuou a criar bastantes obstáculos, tendo-se verificado, por um lado, constrangimentos ao pessoal, nomeadamente, em termos de deslocações, de alojamento e de alimentação, bem como de movimentação nos locais das obras e nos acessos às frentes de trabalho, e por outro lado, constrangimentos à produção e transporte de elementos a incorporar nas obras, com particular destaque para o fornecimento e aprovisionamento de materiais e equipamentos provenientes do estrangeiro. Aliás, continua a verificar-se um marcado incumprimento dos prazos de fornecimentos internacionais, gerando grande incerteza no planeamento das atividades associadas. Tudo isto conjugado,

produziu uma acentuada redução no rendimento de execução dos trabalhos e traduziu-se num atraso expressivo na finalização das empreitadas.

Por fim, pode dizer-se que a futura evolução da pandemia COVID-19 terá uma influência marcante na realização dos investimentos, pois esta atividade sofre bastantes constrangimentos ao seu normal desenvolvimento por efeito das medidas nacionais e internacionais de combate a esta doença.

Em termos de inovação encontra-se em curso uma aposta forte na implementação da utilização da metodologia "Building Information Modelling" (BIM) no desenvolvimento de projetos-base e de projetos de execução, no sentido de essa metodologia ser também utilizada na fase de obra e, posteriormente, nas fases de operação, manutenção e gestão dos ativos das infraestruturas, isto é, ao longo de todo o ciclo de vida da infraestruturas.

Embora a metodologia BIM já não seja propriamente uma inovação a nível internacional, é-o no nosso país, e é importante que a Águas do Tejo Atlântico possa ser uma das suas entidades impulsionadoras, dado que a plataforma de trabalho BIM permite uma forma de organização da informação e de comunicação entre os intervenientes mais eficiente, sendo uma metodologia de trabalho mais colaborativa e que aplica processos mais ágeis.

Presentemente, encontram-se já a ser desenvolvidos com base na metodologia BIM os projetos para concurso da remodelação da FA de Arruda dos Vinhos, da FA de Torres Vedras e da FA de Santa Cruz, estando previsto alargar esta metodologia a outros projetos logo no seu início.

O quadro seguinte apresenta o investimento associado às principais empreitadas que decorreram durante o ano de 2021.

Principais empreitadas de 2021	mEur
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	4 676
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2 216
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 1 e 2	1 942
Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	1 163
Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barril	721
Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	530
Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	506
Conceção/Construção Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das FA de Beirolas, Frielas e S. João da Talha - PEPE	458
Conceção/Construção remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da FA de São João Talha	423
Construção By-Pass ao Poço de Grossos (FA Alcântara) e Reabilitação do Circuito Hidráulico (Falésia–Costa do Estoril)	380
Empreitada de Reparações de Serralharias várias na Fábrica de Água da Guia	340
Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	290
Reabilitação de Tampas do Poço da Estação Elevatória Inicial na FA da Guia FL	272
Fornecimento e Montagem de parafusos de Arquimedes na Fábrica de Água de Beirolas	229
Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	212
Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da FA de Beirolas	209
Substituição de equipamento no Subsistema da Costa do Estoril	197
Fornecimento e montagem de sistema difusão de ar do tipo "bolha fina" para as ETAR de Chelas e Frielas -Fase II	193
Execução do troço jusante do Intercetor do Rio da Silveira (Alverca) e Reab. do Emissário de Descarga de Dois Portos	182
Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	176
Beneficiação da segurança e acessibilidades nas estações elevatórias de Alcântara	176
Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Á-da-Perra	168
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além	163
Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	147
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte	133
Relocalização do Concentrador de Gorduras na FA da Guia FL	130
Fornecimento e Montagem de Iluminação LED nas Fábrica de Água de Alcântara, Guia, Beirolas e Frielas	129
Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	110
Fornecimento e Montagem de Variadores de Velocidade no Âmbito da ISO 50 001	103
	16 574

De entre as diversas obras destacam-se:

Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril

- Empreiteiro: Sade – *Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique*
- Valor de Adjudicação: 965.011,39 €
- Prazo de execução: 365 dias
- Data da Consignação: 01/07/2020

Handwritten notes and signatures:
A
M
aei
JR

A obra consiste na construção de 4 estações elevatórias (EE de Charneca, EE do Barril Sul, EE do Barril Oeste e EE de Casais de Areia), 2048 m de condutas elevatórias e cerca de 1700 m de condutas gravíticas. Abrange a Freguesia da Encarnação, nomeadamente os lugares de Azenha dos Tanoeiros, Barril, Casais da Areia, Casal da Breguia, Casal da Forcada, Casal das Azenhas, Casal dos Paixões e Charneca, no Concelho de Mafra, sendo a população servida de 2.981 habitantes



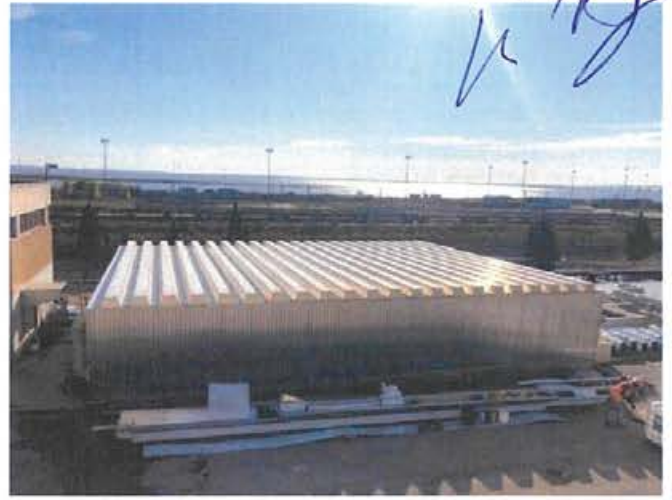
Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha – Fase I

- Empreiteiro: Consórcio DST – Domingos da Silva Teixeira / DTE – Instalações Especiais
- Valor de Adjudicação: 2.231.456,08 €
- Prazo de execução: 455 dias
- Data da Consignação: 20/07/2020

A obra tem previstas diversas intervenções de reabilitação de construção civil, nomeadamente na elevação inicial, desarenação/desengorduramento, homogeneização, espessamento de lamas, caixa de alimentação dos digestores, tanque de lamas digeridas, circuito de escorrências, edifício de exploração e sala de quadros.

Também estão incluídas intervenções nos equipamentos metalomecânicos e eletromecânicos nas zonas da elevação inicial, tratamento físico-químico, espessamento de lamas, linha de biogás, desidratação de lamas e decantação secundária. A estes trabalhos encontram-se associados diversos trabalhos de instalações elétricas, automação e supervisão.

acm
AA
HR



Empreitada de Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além

- Empreiteiro: Submerci
- Valor de Adjudicação: 419.628,08 €
- Prazo de Execução: 270 dias
- Data de Consignação: 18 de maio de 2020

As intervenções compreenderam a segunda fase de construção do Subsistema de Vila Nova de São Pedro, no concelho de Azambuja, e visaram encaminhar para tratamento as águas residuais produzidas nas povoações de Torre de Penalva, Casal de Além e Carrascal, através da construção de 3 estações elevatórias, condutas elevatórias e coletores gravíticos, servindo uma população de 438 habitantes.



Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I

- Empreiteiro: Consórcio Suez / Ecociaf
- Valor de Adjudicação: 4.791.402,00 €
- Prazo de Execução: 425 dias
- Data de Consignação: 18 de janeiro de 2021

As intervenções compreendem a beneficiação da construção civil, englobando edifícios industriais, em órgãos de tratamento e redes de drenagem de águas residuais e de escorrências do tratamento; o fornecimento e montagem de equipamentos metalomecânicos, eletromecânicos, elétricos e instrumentação de controlo do processo; e a remodelação das instalações elétricas, automação e sistema de supervisão. População servida: 230.000 habitantes equivalentes. Concelho de Lisboa.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



Empreitada de Reabilitação de Tampas do Poço da Estação Elevatória Inicial na FA da Guia – Fase Líquida

- Empreiteiro: Ampireflex - Engenharia, Ambiente e Construção
- Valor de Adjudicação: 274.986,09 €
- Prazo de Execução: 60 dias
- Data de Consignação: 12 de abril de 2021

Os trabalhos objeto do contrato compreenderam a substituição das tampas do poço das bombas da estação elevatória inicial da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida, no concelho de Cascais, consistindo na remoção da estrutura e tampas existentes de PRFV, adaptação da estrutura de betão armado existente às novas tampas metálicas a construir e instalar, e o fornecimento de um pórtico ligeiro motorizado para apoio à movimentação das novas tampas.



Empreitada de Relocalização do Concentrador de Gorduras na FA da Guia – Fase Líquida

- Empreiteiro: Amplireflex - Engenharia, Ambiente e Construção
- Valor de Adjudicação: 225.013,91 €
- Prazo de Execução: 90 dias
- Data de Consignação: 20 de maio de 2021

rei
A
M
B
P
H

Os trabalhos objeto do contrato compreenderam a relocalização do concentrador de gorduras da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida, no concelho de Cascais, consistindo no desimpedimento e adaptação estrutural do novo local, desmontagem e remontagem do órgão no novo local, prolongamento dos circuitos hidráulicos, elétricos e de comando, e execução do revestimento dos pavimentos das zonas envolventes.



Empreitada de Fornecimento e Montagem de Parafusos de Arquimedes na Fábrica de Água de Beirolas

- Empreiteiro: EcoFMeq - Engenharia, Equipamentos e Ambiente
- Valor de Adjudicação: 247.282,57 €
- Prazo de Execução: 240 dias
- Data de Consignação: 24 de setembro de 2019

Os trabalhos da empreitada compreenderam a reconstrução das camas de betão dos parafusos de Arquimedes, a remoção e colocação de novas guardas de proteção, escadas e coberturas nos canais, a instalação dos novos parafusos de Arquimedes e a remodelação das instalações elétricas e de comando. Esta empreitada sofreu uma grande dilatação do prazo de execução devido aos constrangimentos nacionais e internacionais relacionados com a COVID-19, nomeadamente, no que diz respeito ao fornecimento dos equipamentos. Concelho de Lisboa.



Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega

- Empreiteiro: SADE - CGTH
- Valor de Adjudicação: 638.622,41 €
- Prazo de Execução: 365 dias
- Data de Consignação: 25 de março de 2021

(Handwritten signatures and initials)

A empreitada teve por objeto a reabilitação do Intercetor da Asseiceira, no concelho de Mafra, numa extensão total de 2.091m em tubagem de PEAD, com diâmetros DN250 e DN315, e a reabilitação de um troço do interceptor da Póvoa, entre a caixa 18 e a caixa 11, numa extensão de 223m, com diâmetro DN400. Na cabeceira do interceptor foi instalada uma câmara de controlo de caudal, para 14 l/s e um poço de grossos. O caudal máximo transportado, no troço final de chegada à ETAR, é de 45 l/s. As infraestruturas incluídas nesta intervenção servem uma população da ordem de 7440 habitantes.



Empreitada de Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I

- Empreiteiro: Limpa Canal – Soluções Ecológicas
- Valor de Adjudicação: 1.970.000,00 €
- Prazo de Execução: 180 dias
- Data de Consignação: 16 de abril de 2021

A empreitada consiste na reabilitação do emissário de Barcarena ao longo de cerca de 6,6 km, nos concelhos de Sintra e de Oeiras, abrangendo a reabilitação de tubagem e de câmaras de visita, através de intervenções que visaram a melhoria da condição estrutural e operacional do mesmo, melhorando as condições de funcionamento da infraestrutura.





em
A
B
B
H

Empreitada de Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na Fábrica de Água de Frielas

- Empreiteiro: ENC Power
- Valor de Adjudicação: 629.225,00 €
- Prazo de Execução: 240 dias
- Data de Consignação: 15 de dezembro de 2020

A empreitada compreendeu trabalhos de construção civil na execução das estruturas de suporte dos equipamentos e trabalhos de instalação de vários equipamentos, para além do novo grupo motogerador, nomeadamente, na linha de água quente, permutador de calor de gases de escape, permutador de placas do calor total e aero-arrefecedor e, na linha de biogás, filtro de carvão ativado, compressor de biogás e sistema de arrefecimento e desumidificação do biogás. Concelho de Loures.



Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "ain" and several illegible signatures.

Apesar do ano de 2021 ter sido marcado pela pandemia, pode considerar-se que a operacionalidade da atividade da manutenção não sofreu perturbações significativas, mesmo considerando algumas limitações pontuais de meios e algumas dificuldades de aprovisionamentos (não muito significativas).

A aposta da AdTA na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, prosseguiu de acordo com o planeado. Deu-se sequência ao processo de elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - Reliability Centered Maintenance, na zona Sul, tendo-se concluído o ano dentro dos objetivos estabelecidos, ou seja, abrangendo um total de 16% dos equipamentos. No que diz respeito à reformulação dos Planos de Lubrificação o objetivo de se conseguir um total de 65% dos equipamentos da zona Sul, foi, também, conseguido.

No que diz respeito à implementação dos planos de manutenção preventiva, podemos distinguir vários aspetos:

- A implementação regular da manutenção preventiva especializada contratualizada, designadamente em termos de sistemas UV, grupos de cogeração, grupos de emergência, centrífugas, elevadores e plataformas elevatórias, sistemas AVAC, grupos eletrobomba (parcial);
- Reforço da execução dos planos de manutenção preventiva existentes – fechou-se o ano com uma taxa de execução acumulada (2017-2021) de manutenção preventiva de 83,8% e um aumento do número de horas de manutenção preventiva imputados de 18,2% face a 2020 (21726 horas no total);
- Execução a 100% dos novos planos de lubrificação (complementada pela execução dos planos anteriormente vigentes e ainda não reformulados);
- Insuficiência de recursos para arranque da implementação dos planos de manutenção preventiva reformulados (metodologia RCM), decorrentes da demora na contratualização do novo contrato de manutenção Sul (que incorpora um aumento importante de meios dedicados à execução da manutenção preventiva e preditiva);
- Reforço da execução dos planos de manutenção preventiva na zona Norte.

A capacidade de execução da manutenção preventiva decorre de forma muito significativa (e total, na Zona Norte) da disponibilidade de meios nos contratos de manutenção em vigor.

Relativamente a estes contratos, que se podem considerar os mais relevantes em termos de desempenho da manutenção:

- O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Sul, que manteve o desempenho anteriormente verificado, ou seja, com a qualidade média dos meios afetos ao contrato satisfatória, mas com a equipa sujeita a mudanças regulares, o que provoca sempre alguma instabilidade e leva a que a equipa possa não estar completa, situação potenciada pela dificuldade em recrutar meios. O prestador de serviços tem vindo a compensar estas lacunas disponibilizando meios para outras atividades fundamentais, como é o caso em que foram afetos à manutenção preventiva elementos provenientes de outras áreas da empresa contratada. O prazo do contrato vigente teve de ser alargado atendendo à demora no processo de concurso do contrato que lhe irá suceder – as demoras decorrem de alguns aspetos do procedimento tais como o prazo, metodologia de avaliação e necessidade de visto prévio pelo Tribunal de Contas. Foi ainda preparado um procedimento destinado a suceder ao contrato em vigor, considerando um aumento de meios, essencialmente dedicados à manutenção preventiva e preditiva, com um prazo de 7 anos para maior atratividade de recursos humanos com as competências adequadas e necessárias;
- O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Norte, que apresentou um desempenho bastante satisfatório reforçando as melhorias de serviço face ao contrato anterior.

Para além dos recursos externalizados, o desempenho da manutenção depende dos recursos internos, especialmente para as áreas de maior valor acrescentado (e com maior dificuldade de colmatação via recursos externos). Em termos de recursos internos, ocorreram as seguintes alterações:

- Saída de um Técnico de Automação;
- Reforma de Eletricista;

- Reforma de Serralheiro;
- Recrutamento de Supervisor de Automação;
- Aprovação de Regime de Prevenção para a Automação (Zona Sul), apesar de apenas com um único técnico afetado (prevenção parcial).

As saídas por reforma encontram-se a ser colmatadas com recurso a recrutamento, podendo considerar-se este processo uma oportunidade de refrescamento da equipa, com potenciais resultados muito positivos.

As alterações ocorridas no Departamento de Instrumentação e Automação podem ser consideradas globalmente positivas, mas estas atividades continuam a deparar-se com uma falta de meios que condiciona fortemente o desempenho de área tão sensível e estratégica. Na impossibilidade de reforçar a equipa com meios internos (o que se considera o mais adequado atendendo à sensibilidade da área), foram considerados meios no contrato de manutenção Sul, atualmente em processo de contratação.

A escassez de meios humanos reflete-se, igualmente, no Departamento de Otimização e Métodos e no Armazém e na Supervisão de Armazém o que pode comprometer o cabal cumprimento das atribuições da Direção de Manutenção.

Como previsto e por ser estratégico em termos de manutenção, a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a trabalhar na utilização crescente dos armazéns para disponibilizar em tempo adequado os stocks de bens e artigos necessários aos trabalhos a desenvolver. A codificação sistemática dos bens e o correspondente armazenamento têm vindo a ser alargados para dar resposta a um aspeto premente na atividade, que decorre da multiplicidade de contratos de aquisição geridos. O trabalho ocorre de igual forma nos Armazéns Sul e Norte, sendo no entanto de referir que qualquer limitação pontual de meios humanos (férias, baixas e outras ausências) implica o “bloqueio” dos workflows definidos.

De forma a assegurar a disponibilidade de bens e serviços para execução dos trabalhos de manutenção, foi desenvolvido um programa intensivo de implementação de procedimentos de contratação. Apesar de grande parte das necessidades estar contratada, existe um Plano de Compras para implementar (novos contratos e renovação de contratos existentes) para os quais não existem meios suficientes e o que poderá condicionar a disponibilidade de bens e serviços. A contratação e todos os seus trâmites (preparação de especificações e Cadernos de Encargos, participação em Júri – esclarecimentos, análise e avaliação de propostas, análise de pronúncias – repetição de procedimentos desertos ou extintos) implica um consumo de recursos muito significativo da equipa da Manutenção. A gestão de muitas dezenas de contratos de aquisição de bens e serviços necessários ao “dia-a-dia” da manutenção também implica um consumo significativo de recursos que no passado eram dirigidos para atividades de manutenção de muito maior valor acrescentado.

Em 2021 continuou a ser dada uma importância muito significativa ao sistema de gestão de manutenção (Aquaman), em duas vertentes específicas:

- Melhoria da qualidade da informação em Aquaman;
- Reforço da informação em termos de Gestão de Ativos.

Foram rececionados no ano de 2021, 8509 pedidos de intervenção, o que representa uma média de cerca de 23 pedidos por dia, traduzindo-se num crescimento de 13,2% para o período homólogo anterior. No mesmo período foram geradas 30188 ordens de trabalho, um acréscimo de 5,2%, das quais 66,3% foram relacionadas com manutenção preventiva.

Na manutenção de construção procedeu-se à beneficiação de instalações e infraestruturas por forma a repor ou melhorar a condição física e funcional das mesmas. Estas empreitadas e prestações de serviço procederam igualmente à reposição e melhoria de condições de segurança tanto na vertente de *security* como de *safety*.

Empreitada de Melhorias de Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes

Esta empreitada foi concluída em novembro de 2021. À data de conclusão dos trabalhos estavam processadas 410 ordens de Trabalho

As principais atividades desta empreitada são semelhantes às anteriores empreitadas de Reparações Gerais, ou seja, executar intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral.

Empreitada de Reparações de Serralharias Várias na Fábrica de Água da Guia

Esta empreitada foi concluída em 2021 e teve como principais objetivos a substituição das claraboias originais do edifício concluído em 1994, bem como a substituição de múltiplos vãos interiores e exteriores deste edifício e recinto.

Prestação de serviços de manutenção corrente de edifícios de Fábrica de Água e EE - por Lotes I e II

Foram realizados trabalhos que englobam manutenções correntes de pequena monta desde a substituição de uma torneira à afinação de portas, pinturas, substituição e reparação de guardas, vedações, ou seja, trabalhos de manutenção das especialidades de canalização, Águas do Tejo Atlântico, S.A. | 2021 | Relatório e Contas | 72

eletricidade e serralharia de interiores. Refira-se que parte destes trabalhos, em especial os exteriores de metalomecânica ligeira têm influência direta em melhorias de segurança.

aci
M
B
M

Prestação de serviços - Fornecimento de materiais em inox e alumínio para instalação no Alçado Oeste do edifício de exploração da Fábrica da Água da Guia – Fase Líquida

Execução de trabalhos de que incluíram o fornecimento de materiais que visaram a beneficiação de vãos metálicos nomeadamente os do alçado oeste do recinto antigo.

Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021

A atividade desta empreitada consiste em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral. A Empreitada foi concluída em 2021 com realização de 63 ordens de trabalho.

Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - lote 1 e 2

No final de 2021 a empreitada estava nas últimas fases de de execução contratual encontrando-se em falta a realização de alguns trabalhos pontuais e o fecho documental nomeadamente, a finalização de elementos como PSS, Compilação Técnica e Telas finais.

Lote 1:

A atividade deste lote consiste em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral. Inclui, também, alguns trabalhos específicos e pré-determinados como por exemplo, a substituição de comportas na base da elevação inicial da Fábrica da Água de Beirolos. Até ao final de 2021 foram processadas 697 Ordens de Trabalho.

Lote 2:

Este lote tem por principais objetivos a beneficiação da caixa de transição da elevação inicial na Fábrica da Água da Guia, trabalhos de reparação de estruturas de betão de órgãos de tratamento ao nível dos recobrimentos e de fissuras tendo medições específicas em Fábricas da água como São Martinho do Porto, Guia, Malveira, Alcântara, entre outras. Inclui também intervenções com o mesmo caráter das restantes empreitadas com a designação "Reparações Gerais", contudo mais direcionadas para a beneficiação de coletores sem abertura de vala, bem como execução de trabalhos de beneficiação de coberturas e pinturas e ainda trabalhos de metalomecânica, seja de substituição de tampas, escadas entre outros trabalhos, desta especialidade, de modo a repor as condições de segurança das instalações.

Prestação de serviços de piquete de inspeção e reparação de estruturas em PRFV

Esta prestação de serviços prevê a execução de trabalhos de substituição de tampas e guardas em FA e EE. Os trabalhos podem incluir a substituição por elementos de Poliéster Reforçado a Fibra de Vidro (PRFV), inox ou alumínio. Inclui também a elaboração de projeto de dimensionamento para múltiplos casos tipo.

O Departamento de Manutenção de Construção Civil assumiu em 2021 a responsabilidade pela realização das inspeções de construção civil. Durante o ano, por ausência de meios, não foi possível executar trabalhos de inspeção de forma sistematizada (foram realizadas inspeções pontuais), mas apenas estruturar os objetivos do trabalho. Encontra-se em contratação um recurso humano para poder dar sequência à atividade sistemática.

Gestão de Ativos

Estudos Estratégicos

No decurso da reestruturação orgânica efetuada em final de 2020 e implementada no decorrer de 2021, procedeu-se ao reforço da equipa de Estudos Estratégicos com vista à prossecução dos objetivos funcionais de realização de estudos para avaliação do potencial de otimização dos processos associados às várias FA, mormente na reengenharia de sistemas e processos de tratamento, tratamentos complementares de lamas, recuperação de nutrientes e produção de energia.

No que concerne à Água para Reutilização (ApR), enfatizam-se os seguintes projetos durante o ano de 2021:

- Desenvolvimento do Plano Estratégico para utilização de ApR em Loures, Amadora e Odivelas;
- Estudo para a eficiência do uso da ApR na agricultura através da criação de Aproveitamentos Hidroagrícolas no Rio Sizandro e Alcabrichel (Município de Torres Vedras);
- Definição das soluções a adotar e instrução do processo de licenciamento de ApR das FA da Guia, Frielas, Chelas e Beirolas (Classe B);
- Conclusão da empreitada de Conceção Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da FA de Beirolas e da Linha de Investigação e Desenvolvimento de Reutilização da Fábrica de Água de Alcântara, cujas respetivas candidaturas ao POSEUR obtiveram taxas de financiamento mínimas de 70%;
- Análise de viabilidade do projecto de reutilização na construção da rede do Metro de Lisboa.

Promoveram-se diversas reuniões com os vários municípios integrados na área da Águas do Tejo Atlântico, no âmbito do Plano de Ação para a Reutilização na AdTA.

Em 2021, procedeu-se ao desenvolvimento do Modelo Técnico e Económico enquadrador da atividade principal de produção e fornecimento de Água Reutilizada.

Adicionalmente, procedeu-se à elaboração de:

- Estudo de avaliação da solução de encerramento da ETAR de A-da-Perra e encaminhamento das águas residuais para o Subsistema da Foz do Lizandro;
- Estudo de modelação e análise de desempenho do reator UV em canal na FA da Zambujeira;
- Modelo de inspeções de estruturas de PRFV e realização de inspeções;

Planeamento

No que concerne às atividades de planeamento, importa salientar que em março de 2021 foi realizada a auditoria externa que atribuiu à empresa a certificação do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com a norma ISO 55001, concluindo-se assim o processo inicial de certificação.

O âmbito da certificação incluiu 3 subsistemas – Alcântara, Guia e Santa Cruz, que representam aproximadamente 47% da capacidade total de tratamento de águas residuais, abrangendo as zonas Sul e Norte e um total de 3 FA, 49 EE e 275,65 km de emissários e intercetores.

Está assim certificada a atividade de Gestão de Ativos na empresa, que assegura que no apoio à tomada de decisão ao longo do ciclo de vida dos ativos existe equilíbrio entre custo, risco e desempenho.

Outro aspeto de especial relevo foi o arranque do processo de Revisão Quinquenal do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da Concessão, tendo sido efetuado um levantamento das necessidades de investimento de construção e substituição. Estas necessidades foram fundamentadas, caracterizadas, priorizadas e posteriormente incluídas na proposta de revisão.

Gestão de Energia

No âmbito da Gestão de Energia, interessa salientar que a AdTA integra o programa ZERO promovido pelo Grupo AdP, tendo como objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. Foi elaborado o Estudo Preliminar do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP, onde foi avaliada a viabilidade do grupo AdP e a AdTA, conseguirem atingir a neutralidade energética.

O programa desenvolvido assenta em dois pontos fundamentais:

- Eficiência energética
- Produção de energia a partir de fontes renováveis

As intervenções previstas a realizar pela AdTA no âmbito do programa Zero sintetizam-se no quadro seguinte:

acir

	Intervenção	Redução de consumos (kWh/ano)	Aumento da produção de energia (kWh/ano)	Potência instalada (kW)	Investimento (€)
1	Eficiência energética	12 418 089			6 705 768
2	Biogás		5 744 527		6 780 183
3	Co-digestão		8 206 467		753 354
4	Hidrólise térmica		12 000 000	3 000	(*) Investimento integrado no plano de lamas
5	Eólico I		2 088 000	800	840 000
6	Eólico II		2 760 000	1 200	1 260 000
8	Hídrica II		1 392 329	228	1 282 500
10	Solar III-solo		7 661 237	4 493	3 491 025
12	Solar IV-solo		17 600 813	9 004	6 158 106
13	Solar IV-flutuante		4 490 647	2 500	2 250 000
14	Estudos				885 628
15	Gestão de energia				2 426 630
		12 418 089	61 944 021		32 833 194

Quadro I-Resumo medidas previstas no âmbito do programa Zero

No âmbito deste programa em 2021 iniciou-se a construção de uma central solar fotovoltaica na FA de Chelas com potência instalada de 140kW e adjudicou-se a construção de duas centrais solares fotovoltaicas em Alcântara e Beírolas com potência total a instalar de 1,55 MW. Para 2022 está prevista a preparação de um concurso que engloba mais 21 centrais solares fotovoltaicas com potência prevista de 2,9 MW.

Arquivo Técnico Digital

A Águas do Tejo Atlântico não dispõe de um arquivo digital que incorpore a documentação técnica relativa às suas instalações Fábricas de Água, Estações elevatórias, pontos de medição de caudal, condutas, edifícios, emissários, etc. Embora existente, essa documentação encontra-se dispersa por computadores pessoais, em diversas pastas dos servidores da empresa, em papel, em CD's, em DVD's, e em outros suportes.

Prevê-se que em 2022 a Tejo Atlântico tenha implementada uma plataforma de arquivo digital que permita a consulta de uma forma simples e rápida da documentação técnica da empresa já existente em formato digital. Até 2024 pretende-se que seja digitalizada e carregada nesta plataforma toda a informação existente em suporte físico dispersa por várias instalações. Prevê-se ainda um investimento de 473 mil euros para o arquivo digital técnico que permitirá facilitar o acesso de todos os colaboradores à informação técnica, tornando a empresa mais eficiente e organizada.

Plano de digitalização de infraestruturas operacionais

A AdTA integra o programa de digitalização promovido pelo grupo AdP, tendo como objetivo aumentar a maturidade digital das infraestruturas operacionais.

O plano contempla intervenções ao nível da renovação dos data center da empresa, implementação de telegestão em todas as infraestruturas da Tejo Atlântico, melhoria do controlo e instrumentação das infraestruturas operacionais, renovação de autómatos e redes de comunicações das instalações, instalação de instrumentação para manutenção preditiva e instalação de sistemas de videovigilância para segurança nas principais Fábricas de Água e Estações Elevatórias. Está previsto um investimento de 14 649 909 € até 2026, incluindo meios humanos e custos de manutenção.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Águas do Tejo Atlântico já atingiu o horizonte de vida útil técnica e consequentemente apresentam significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil, neste contexto deu-se continuidade à realização de estudos e preparação de processos de concurso de empreitadas para investimento de reabilitação/substituição/ renovação necessários, sendo de destacar os seguintes:

- Adjudicação da empreitada de fornecimento e instalação de centrais fotovoltaicas nas FA de Alcântara e de Beirolas;
- Concurso para Empreitada de "Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª fase;
- Empreitada de fornecimento e montagem de iluminação LED nas Fábricas de Água de Alcântara, Guia, Beirolas e Frielas; foram substituídas cerca de 1396 luminárias por luminárias LED obtendo-se uma poupança anual de 0,58GWh;
- Empreitada de fornecimento e montagem de sistemas de gestão de energia nas fábricas de água de Alcântara, Frielas, Carregado, Vila Franca de Xira, Atouguia da Baleia, Nazaré e Torres Vedras; foram instalados 130 analisadores de energia em usos significativos de energia;
- Empreitada de fornecimento e montagem de variadores de velocidade no âmbito da ISO 50001; nesta empreitada foram também substituídos motores por motores mais eficientes tendo-se obtido uma poupança anual de cerca de 54,5 MWh;
- Gestão do Sistema de Consumidores Intensivos de Energia e do Decreto-lei 68-A/2015 de 30 de abril;
- Gestão do sistema de gestão de energia, segundo o referencial normativo ISO 50001 e transição de 10 instalações para a versão ISO 50001:2018.

Gestão de Redes

O acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da AdTA tem procurado minimizar as entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e industriais, a erradicação de descargas bem como identificar e propor ações de melhoria. De igual modo faz-se o acompanhamento permanente do sistema de medição de caudal para faturação dos volumes aos municípios. Em 2021, após as restrições provocadas pelo confinamento de 2020 e com as equipas reduzidas, com a devida segurança foram retomados os trabalhos para o controlo de afluências indevidas e para a medição de caudal.

Foram efetuadas campanhas de monitorização de condutividade na rede, e deu-se continuidade ao acompanhamento da sua monitorização nas Fábricas de Água. Deu-se continuidade às bolsas de horas para controlo de caudais indevidos lançadas em 2019 com uma estreita relação com os municípios de Alenquer, Odivelas, Loures e Torres Vedras, os quais têm sido parceiros nestes projetos. Finalizou-se o estudo de controlo de caudais pluviais na bacia de Caneças-Ramada-Odivelas (subsistema de Frielas) e respetivos projetos execução.

Deu-se início ao processo de concurso de estudos de controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras (Fase 2). Com este estudo ficam assim abrangidos todos os subsistemas de drenagem do município de Torres Vedras. Deu-se continuidade aos serviços de manutenção do sistema de medição de caudal para faturação, por forma a atingir a recuperação operacional deste sistema. Procedeu-se ao lançamento do concurso da prestação de serviços de manutenção de medidores de caudal para a zona Sul para os anos 2021 a 2024.

Segurança e Sustentabilidade Empresarial

A pandemia COVID-19 e as medidas necessárias à sua contenção provocaram alguns constrangimentos sobre as empresas, com perturbação generalizada da sua atividade. No ano de 2021 foi necessário continuar a adotar uma posição de grande prudência face à pandemia COVID-19, cujo impacto negativo nas condições de trabalho, no geral, e particularmente no que respeita à segurança e saúde no trabalho obrigou a que se continuassem a concentrar esforços na identificação de trabalhadores/situações face ao aumento do risco de contágio, na implementação de medidas de prevenção, na contenção e mitigação atrasando a propagação o mais possível, e na divulgação de informação e realização de campanhas de sensibilização dedicadas, quer destinadas aos trabalhadores da #linhaafrente, quer destinadas aos trabalhadores em trabalho remoto.

Fomos confrontados com a necessidade de adotar medidas restritas para minimizar potenciais consequências adversas, traduzidas no Plano de Contingência específico delineado, designadamente e para além da (re)organização das equipas operacionais, o reforço da higiene e limpeza dos locais de trabalho e zonas sociais, a aquisição e distribuição massiva de máscaras, luvas e desinfetantes, o estabelecimento de regras de conduta e distanciamento social, de utilização dos espaços comuns, garantindo desta forma a continuidade do negócio e a segurança dos trabalhadores.

Por outro lado, os programas de proteção e prevenção contra riscos profissionais foram exaustivamente reavaliados, auditados e revistos sempre que considerado necessário, preocupação sublinhada com o acidente de trabalho mortal ocorrido no final de 2020 que impactou fortemente as nossas pessoas e a atividade desenvolvida.

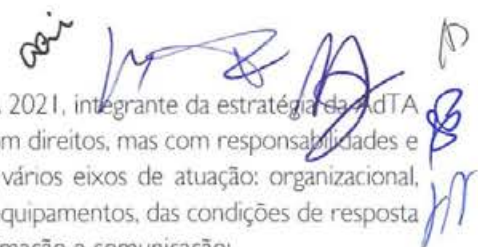
Não obstante, manteve-se o empenho no trabalho efetuado sob circunstâncias especialmente difíceis e adversas, mantendo o compromisso da melhoria contínua. A Tejo Atlântico assegurou a excelência operacional da gestão integrada através de um Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001), Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), Gestão da Energia (NP EN ISO 5001) e Gestão de Ativos (NP EN ISO 55001), com alargamento a 100% das instalações no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho e obtenção da certificação em três subsistemas no âmbito da Gestão de Ativos (Alcântara, Guia e Santa Cruz).

A Empresa foi sujeita a exercícios de auditoria interna, por entidade externa, e auditoria externa, pela entidade certificadora APCER, ao seu sistema de gestão, cujas não conformidades e oportunidades de melhoria registadas são resumidas no quadro seguinte.

Tipo de auditoria Data (2021)	Não Conformidades registadas			Oportunidades de melhoria registadas			TOTAL		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Auditoria interna nas vertentes de QAS Fevereiro e Abril	16	22	13	32	22	29	48	44	42
Auditoria externa nas vertentes de QAS Março e Maio	5	4	23	6	9	15	11	13	38
Auditoria externa (auditoria de concessão 2.ª fase) na vertente de Ativos Abril	-	6	2	-	-	9	-	6	11
Auditoria interna na vertente de Energia Setembro	0	2	1	14	22	12	14	24	13
Auditoria externa na vertente de Energia Outubro	3	0	6	9	8	10	12	8	16
TOTAL	24	38	45	61	70	75	85	108	120

Em 2021, e no âmbito da segurança e sustentabilidade empresarial destacamos:

- O alargamento do âmbito da certificação no que respeita à segurança e saúde no trabalho à totalidade das infraestruturas (100%), completando um ciclo de certificação iniciado em 2019 com 56% das infraestruturas incluídas no âmbito;

- 
- O plano de ação em segurança, apresentado como Plano de Reforço de Segurança AdTA 2021, integrante da estratégia da AdTA para implementação eficaz de uma cultura organizacional baseada na segurança, não só com direitos, mas com responsabilidades e deveres, e traduzindo o envolvimento, a liderança e o compromisso de todos. Incluiu vários eixos de atuação: organizacional, auditorias/inspeções/vistorias, melhorias das condições físicas segurança das instalações e equipamentos, das condições de resposta à emergência, sinalização, procedimentação, formação e melhoria de competências e informação e comunicação;
 - A preparação do Plano Estratégico de Segurança para o triénio 2022-2024, mantendo o propósito de melhorar continuamente a saúde e a segurança dos trabalhadores, em compromisso com o Quadro Estratégico para a Saúde e Segurança no Trabalho da Comissão Europeia definido para o período 2021-2027;
 - A utilização em pleno da Plataforma digital do Sistema de Responsabilidade Empresarial, aplicação informática de organização das várias vertentes e atividades no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial;
 - A auditoria e a revisão do sistema de gestão implementado no âmbito da Segurança do Trabalho com recurso a perito externo no sentido de procura de melhoria contínua e desenvolvimento do plano estratégico a médio prazo;
 - A certificação nos referenciais normativos de qualidade e ambiente em âmbito total, que se mantém;
 - A manutenção da fronteira a II infraestruturas, no que respeita à certificação no referencial normativo da gestão de energia, mantendo no âmbito da certificação as instalações mais representativas em termos de consumo (80% do consumo total de energia da Tejo Atlântico), incluindo as Fábrica de Água de Alcântara e da Guia, e preparando a integração de 2 novas infraestruturas – Beirolas e Charneca;
 - A certificação pelo referencial normativo NP ISO 55001 (Gestão de Ativos), com auditoria de concessão de 2.ª fase realizada em março de 2021 aos subsistemas de Alcântara, Guia e Santa Cruz, prevendo-se novo alargamento em 2023;
 - A finalização dos exercícios de auditoria externa de conformidade legal nas Fábricas de Água da Charneca, Ericeira e Mafra, completando o ciclo de auditorias externas iniciado em 2019;
 - O esforço, o empenho e o investimento na capacitação dos trabalhadores em formação especializada de segurança, treinos em Safety Moments em temas vários como “utilizar arnês” e “utilizar detetor de gases”, e o enfoque nas sensibilizações de índole comportamental com a perspetiva da responsabilidade e compromisso na salvaguarda permanente da vida humana, nomeadamente de liderança para a segurança direcionado às chefias intermédias;
 - A capacitação dos técnicos de segurança, em temáticas como liderança na segurança, planeamento e autorizações de trabalho e análise de incidentes;
 - O exercício de levantamento, em número e localização, de centenas de tampas/passadiços em PRFV onde a circulação obriga ao acesso imprescindível de trabalhadores, por motivos operacionais, com sinalização e proteção, enquanto 1.º input ao estabelecimento do Plano de Inspeções desenvolvido;
 - A reavaliação de riscos de queda em altura, com recurso a peritos externos, para analisar e identificar medidas preventivas ou corretivas, para, assim, reduzir o nível de risco inerente aos trabalhos efetuados em altura e que envolvem risco de queda a diferentes níveis. Este trabalho incluiu eventos formativos, de índole comportamental, no sentido de induzir boas práticas e atos seguros junto dos trabalhadores da operação e da manutenção, considerando a diferente perceção associada aos riscos identificados e avaliados em todos os Centros Operacionais;
 - Continuação do reforço de instalação de EPC e EPI em todos os Centros Operacionais, incluindo dezenas de linhas de vida e centenas de pontos de ancoragem;
 - A realização de exercícios de treino em simulacros de resgate em espaço confinado e em altura, nas instalações de Alcântara e Guia;
 - A continuação das monitorizações ambientais e de segurança, com destaque para a monitorização de ruído ambiente, emissões gasosas, qualidade do ar e agentes químicos e agentes biológicos, em colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, a fim de proceder à determinação de fungos e bactérias cultiváveis em suspensão no ar para avaliação da exposição profissional a agentes biológicos;
 - A elaboração dos planos de prevenção e controlo de Legionella nas instalações de Frielas, Beirolas, Vila Franca de Xira, Mafra, Alverca, Rio Maior, Torres Vedras, São Martinho do Porto, Casalinho, após terem sido implementados os planos de Alcântara e Guia em 2020;

- AGM
- A colaboração e a participação ativa dos representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde trabalho, destacando-se a participação na auditoria externa de certificação pela APCER, garantindo o seu comprometimento e envolvimento;
 - A eleição de nova equipa de representantes do trabalhadores em matéria de SST, em setembro, pela primeira vez com recurso a votação eletrónica, dando continuidade ao trabalho de colaboração em prol da melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores, com visitas operacionais e reuniões descentralizadas com periodicidade mensal;
 - A dinamização de várias atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais, com destaque para o risco dos trabalhos em espaços confinados e/ou em altura, muitas vezes com possibilidade de exposição a gases, ex. sulfídrico, e dos trabalhos em zonas com atmosferas potencialmente explosivas, de modo a cumprir todos os requisitos legais e normativos aplicáveis, garantindo condições de trabalho seguras a todos trabalhadores e subcontratados;
 - A análise dos sistemas de segurança existentes, incêndio, intrusão e videovigilância para avaliação de risco e definição do plano estratégico de segurança física da AdTA;
 - A recuperação do sistema de videovigilância CCTV na Fábrica de Água de Chelas;
 - Continuidade na adoção de boas práticas no campo da igualdade de género e oportunidade e da conciliação da vida pessoal e profissional, com aprovação, em setembro, do Plano de Igualdade de Género 2022, prevendo-se a implementação da NP 4552 com certificação planeada para 2022;
 - A colaboração com a PWN - Professional Women's Network de Lisboa;
 - O arranque do projeto de implementação e certificação pela norma de gestão da Inovação, planeada para 2022;
 - A subscrição dos Dez Princípios do UN Global Compact, relativos a Direitos Humanos, Práticas Laborais, Práticas Ambientais e Anticorrupção através da assinatura da Carta compromisso com as Nações Unidas – Global Compact.

Em 2021, marcado pelo ano da segurança, foi desenvolvido um conjunto de outras iniciativas relevantes:

- A Campanha de Segurança 365, a relembrar que os comportamentos de segurança devem ser adotados 365 dias/ano, com desenvolvimento de sessões "Hora da Segurança", alertas de segurança por sms, wallpaper abertura de PC e banner assinatura de e-mail, posters, vídeos e filmes;
- A criação de um microsite de Segurança;
- A Comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho;
- A Comemoração da Semana Europeia da Segurança e Saúde no Trabalho.

A disseminação dos comportamentos seguros no trabalho e a perfeita perceção dos riscos relevantes com que nos confrontamos no exercício da atividade de saneamento, como os associados aos trabalhos em altura e/ou em espaços confinados, à exposição a gases e a agentes biológicos, entre tantos outros, não ignorando os riscos emergentes, de natureza psicossocial, estimulam as atividades a desenvolver nos próximos anos.

O desafio de caminhar no propósito comum, aumentando o envolvimento dos colaboradores com a empresa, ao integrar pequenas mudanças de comportamento no quotidiano de cada um, observando a dualidade vida pessoal-vida profissional, seja na forma como nos relacionamos com os outros, na capacidade de adotarmos comportamentos que melhoram a nossa comunidade ou no esforço para mudarmos para comportamentos mais sustentáveis marcará decisivamente o ano de 2022: ser responsável individualmente perante a emergência climática vigente.

A pandemia de COVID-19 e os problemas nas cadeias de abastecimento globais serão também os grandes desafios identificados mundialmente para 2022, mote para reflexão profunda a celebrar na comemoração do 1.º Dia Nacional da Sustentabilidade, a 25 de setembro de 2022.



Comunicação interna

A comunicação interna é uma área estratégica da empresa, nomeadamente, em tempos de pandemia associada à necessidade de manter o espírito de equipa numa organização com grande dispersão geográfica.

Mesmo nessa conjuntura, foi possível dinamizar ações internas e aumentar as plataformas de comunicação interna com a criação de mais um canal através da introdução dos SMS's com o objetivo de chegar a mais destinatários e de forma mais célere.

No contexto atual, grande parte da comunicação foi digital, utilizando como canais um mix entre e-mail, portal, newsletter interna e Facebook interno e agora o SMS.

A DCD desenvolveu um conjunto de ações internas pontuais e outras estruturadas ao longo do ano em parceria com as várias direções e departamentos por forma a manter todos os trabalhadores informados sobre os principais acontecimentos na empresa, alimentando assim os diversos canais de comunicação.

Uma dessas ações de comunicação foi a campanha "Segurança 365", em colaboração com o Departamento de Segurança e Sustentabilidade Empresarial, e que envolveu o desenvolvimento de vários suportes para reforçar e sensibilizar a segurança no local de trabalho.

Através da assinatura #EstamosAqui, continuou o projeto de "promoção" da importância do trabalho da empresa, com destaque para as equipas no terreno, designadamente, operação e manutenção. Algumas das peças de comunicação gráfica, incluíam trabalhadores e também familiares, criando maior proximidade e envolvimento na comunicação da empresa.

Atendendo aos efeitos da pandemia prosseguiu o desenvolvimento de campanhas internas, e alinhadas com as orientações da DGS, com ênfase sobre os comportamentos adequados de modo a preservar a segurança e saúde dos trabalhadores da #LinhadaFrente e respetivas famílias.

No que concerne aos webinars internos, durante o ano foram realizados várias sessões com o objetivo de envolver os trabalhadores em temáticas diversificadas de modo a abranger o maior número de participantes e interesses.

Pelo facto da pandemia ter-se estendido também pelo ano de 2021, o Encontro de Quadros voltou a realizar-se em plataforma digital e nesse âmbito foram desenvolvidas várias atividades e concursos sob o tema dezembro+ e que foi pensado para se conseguir uma grande participação e fomentar o espírito de grupo desta equipa com cerca de 400 trabalhadores.

A Tejo Atlântico manteve, em articulação com a Águas de Portugal, a oferta de um cabaz solidário com uma seleção de produtos com origem nas regiões onde as empresas participadas desenvolvem a sua atividade.

Os postais solidários para o projeto de atribuição de bolsas de estudo e a lembrança aos filhos dos trabalhadores dos 0 aos 12 anos, foram outras das iniciativas habituais do dezembro+ na Tejo Atlântico.

Comunicação externa

Um dos grandes objetivos da comunicação externa é criar um goodwill na sociedade sobre esta atividade invisível mas incontornável para qualidade de vida das pessoas e para o ambiente.

Assim, ao longo do ano foram desenvolvidas várias iniciativas para o público externo que passou por um reforço na criação e atualização de conteúdos, bem como a sua abrangência.

Ao nível dos órgãos de comunicação social, foram criados conteúdos de projetos importantes da empresa, de gestão das Fábricas de Água, energia e inovação que serviram de base a notícias publicadas e cuja avaliação reflete uma avaliação muito positiva.

A produção da revista Tejo Atlântico, com três publicações anuais, e da newsletter externa apostou em conteúdos temáticos e transversais, que nas várias edições contou com artigos e entrevistas de vários especialistas de diferentes áreas da sociedade.

Uma das campanhas com maior alcance, foi a campanha informativa "Já perguntou o que acontece quando carrega neste botão?" que além das redes sociais, teve também um impacto muito positivo nos órgãos de comunicação social e em atividades organizadas em parceria com os municípios, nomeadamente, através da divulgação em redes de mupies e de uma exposição itinerante nas praias da região.

Outra das campanhas de maior impacto em 2021, foi "Há Art no Esgoto", com a criação de 12 imagens de locais e monumentos emblemáticos da cidade de Lisboa, transferidas para 36 tampas de caixas de visita e que constituem um percurso pedonal e uma forma alternativa de ver a cidade e a importância do trabalho que decorre por baixo dos nossos pés.

No que concerne à comunicação digital, prosseguimos o caminho de crescimento, nas diversas redes; Instagram, LinkedIn, Facebook, Youtube, tendo em conta o perfil dos seguidores e que foram alimentadas ao longo do ano com vários momentos de comunicação como é o caso da campanha acima referida.

O Caminho da Inovação 2021, realizado uma vez mais sem presença física, continua a ser um ponto de convergência com as entidades, investigadores e interessados que apostam na inovação no setor da água e que, como a Tejo Atlântico, acreditam que, através da inovação, podemos fazer mais, melhor e de forma mais sustentada.

A realização de iniciativas em parceria com outras entidades por forma a diversificar e abranger mais destinatários, continua a ser um dos objetivos de comunicação externa. Entre eles, destacam-se a participação no Planetiers World Gathering, um dos eventos mais importantes no mundo dedicado à sustentabilidade.

A participação representativa no ENEG e também a produção de filmes com a Quercus e que foram difundidos pela SIC.

Outra das componentes de comunicação externa está relacionado com as visitas institucionais. Portugal é considerado como o milagre na Europa em termos de infraestruturação de água e saneamento e a Tejo Atlântico é procurada como exemplo, por várias comitativas dos quatro cantos do globo.

Educação ambiental

A educação ambiental é uma aposta constante na estratégia de comunicação da empresa e tem como objetivo sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos sustentáveis, dinamizando ações para diversos públicos.

No decorrer do ano 2021, com as limitações da pandemia, abriu o novo Centro de Educação que tem como objetivo ser um ponto central de formação e partilha, facilitando a gestão das atividades de educação ambiental.

Ao longo do ano, foram organizadas mais de três dezenas de visitas de estudo a várias Fábricas de Água, envolvendo 600 participantes.

Com a limitação nas visitas, foi realizado ao longo do ano letivo 164 sessões, na sua maioria por videoconferência, para 375 turmas dos diversos níveis de ensino, envolvendo cerca de 10.000 alunos e professores.

Destaque também para as ações de formação de professores, certificadas e acreditadas, assim como as sessões de apresentação da oferta educativa integrada nos Planos de Educação Ambiental dos Municípios, tendo envolvido mais de 600 professores.

Das ações de educação ambientais realizadas, mais de uma centena envolveram praticamente todos os municípios servidos, assim como outros parceiros (ONGA, Institutos do Ensino Superior, entre outros).

Integrado nas atividades do "Ciência Viva no Verão" e à semelhança dos anos anteriores, foi promovido várias visitas ao Centro de Educação Ambiental, a Fábricas de Água e ao Telhado Verde de Alcântara.

A Águas do Tejo Atlântico apoiou também campanhas e projetos de educação ambiental, na maioria das vezes, realizadas por ocasião da comemoração de dias temáticos, envolvendo os seus municípios. Assim, desenvolveu parcerias com:

- APDA, com o H2Off;
- ISPA – Instituto Universitário de Ciência Psicológicas Sociais e da Vida, com o projeto Peixes Nativos;
- ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa, com o projeto O Mar começa aqui e com reuniões de Conselhos Eco-Escolas;

- ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental, com o Projeto Rios;
- GEOTA – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, com o Projeto Coastwatch;
- LPN – Liga para a Proteção da Natureza;
- QUERCUS, com algumas edições do Bora Ambientar;
- Direção-Geral de Política do Mar do Ministério do Mar, com o projeto Escola Azul;
- Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva, com o apoio à Água – Uma exposição sem filtro.
- Município de Loures, com a exposição SEEH20 – Um novo olhar sobre a água.

A par dos projetos em torno da conservação dos rios da região, também o mar foi tema de destaque em 2021, nomeadamente com o acompanhamento dos trabalhos das pinturas de sargetas do projeto O Mar começa aqui. Paralelamente, foram desenvolvidos vários suportes informativos e pedagógicos que permitiram também aumentar a oferta e fortalecer os objetivos de educação ambiental.

Também a participação com comunicações em congressos internacionais, como: VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, em Cabo Verde, as Jornadas Nacionais de Educação Ambiental, da ASPEA; os Seminários e Encontros Nacionais das Eco-Escolas, da ABAE, e do Coastwatch, do GEOTA.

O envolvimento com a sociedade e stakeholders, permitiu melhorar a proximidade e, nesse âmbito, destacamos os protocolos celebrados com:

- ISPA-Mare, no âmbito do Projeto Peixes Nativos;
- Agência Nacional para a Cultura Científica Tecnológica, no âmbito da exposição sobre a Água a decorrer no Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva;
- Direção-Geral de Política do Mar, com o projeto Escola Azul
- ABAE e as Eco-Escolas no projeto "O Mar Começa aqui, o Mar começa em ti"
- GEOTA, Coastwatch;
- PRIO, com um Oleão, no Centro de Educação Ambiental.

Frota

ain

Em 2021 a Frota da AdTA era constituída por 143 viaturas, das quais 142 são viaturas ligeiras em regime de aluguer operacional e 1 é viatura pesada, pertencente ao imobilizado da empresa.

Das 142 viaturas ligeiras, 20 viaturas são elétricas, dividindo-se da seguinte forma:

- 55 Viaturas Ligeiras de Mercadorias;
- 87 Viaturas Ligeiras de Passageiros.

Em 2021, a situação pandémica e outras condicionantes legais obrigaram ao adiamento do processo de substituição e contratação de novas viaturas, contudo, em articulação da Holding foram lançados dois procedimentos para contratação de viaturas sem sucedâneo elétrico, nomeadamente Pick-up e Furgões.

A situação relatada representou grandes desafios na gestão operacional da Frota e para colmatar as reais necessidades da empresa, a Gestão de Frota lançou dois Concursos Públicos de Aluguer de Curta e Média Duração, pois as medidas introduzidas para mitigar o risco de contágio entre trabalhadores/equipas que utilizam viaturas operacionais partilhadas levou à necessidade de dispor de mais viaturas para assegurar a manutenção do serviço.

Para ultrapassar esta circunstância e colmatar as necessidades operacionais procedeu-se à contratação de serviços de aluguer de curta duração.

A certificação energética da frota da Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi renovada manteve-se a Classe B em vigor até ao final do 1.º trimestre de 2022.



Impacto e Medidas Adotadas devido à COVID-19

A situação que vivemos desde março de 2020 obrigou a tomar decisões complexas que alteraram rotinas e modelos de atuação, com a exigência profunda de segurança e responsabilidade. O ano de 2021 continuou a ser marcado pela pandemia tendo-se mantido retomado e melhorado as medidas que já haviam sido implementadas em 2020.

Pelo setor de atividade em que a AdTA se insere, o serviço prestado é essencial e constitui uma parte ativa para enfrentar o combate global à pandemia, sendo imperiosa a continuidade da sua operação.

Com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores nas áreas de operação e manutenção, a empresa implementou formas alternativas de gestão que permitiram cumprir a sua missão e o Contrato de Concessão, destacando-se o seguinte:

- Mantivemos as equipas de operação a funcionar em regime de rotatividade, com desfasamento de turnos e com equipas de prevenção de prontidão, de modo a assegurar o tratamento de águas residuais diariamente com a qualidade exigida e a garantir a continuidade do serviço. Esta medida de gestão implicou a realização de horas de trabalho suplementar adicionais comparativamente com o ano anterior e de contratação de trabalho temporário para garantir as equipas em espelho;
- Adequámos todas as equipas de direções/departamentos operacionais (manutenção, engenharia, laboratório, sustentabilidade), mantendo-as em regime de rotatividade, e para as áreas de suporte mantivemos a adoção de períodos de regime de teletrabalho total ou parcial, determinados pela evolução da situação pandémica;
- Assegurámos com os fornecedores, e através de aquisições complementares, as necessidades de stocks de reagentes e equipamentos garantindo a continuidade da operação;
- Continuámos a aquisição, dotação e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), e mantivemos a comunicação interna e o acompanhamento e a formação pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), assegurando as necessidades de EPI's e materiais essenciais ao trabalho em segurança;
- Consolidámos os instrumentos necessários para trabalhar remotamente, assim como a capacidade de disponibilização de Internet/wi-fi e meios de acesso aos servidores centrais (VPN), realizando um esforço de contratação e aquisição a este nível para suprir as necessidades de uma crescente utilização e produção digital na empresa, potenciada pelos trabalhadores deslocalizados;
- Implementámos sistemas de videoconferência pelos vários centros operacionais dispersos pela localização geográfica do sistema, para interação remota e bilateral entre equipas;
- Mantivemos rotinas de limpeza e de desinfeção e contratámos equipas especializadas, nomeadamente para a realização de desinfeções extraordinárias sempre que exista necessidade ou suspeita de agentes contaminantes;
- Mantivemos vias de apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar;
- Em cumprimento da orientação do Grupo AdP, foram concedidas 2 horas de trabalho suplementar adicionais aos trabalhadores que, por necessidade da empresa, tiveram de desempenhar as suas funções em regime presencial nas Fábricas de Água, para cumprirem as regras de proteção individual, incluindo o equipamento de proteção individual e as desinfeções, antes de iniciarem e depois de terminarem as suas funções. Esta retribuição adicional ocorreu de 15 de janeiro a 19 de abril de 2021 devido ao estado de emergência em Portugal, voltando a ocorrer no dia 30 de dezembro de 2021 e com termo em 31 de janeiro de 2022;

Os gastos diretos incorridos com as medidas implementadas para fazer face à situação de pandemia ascenderam a 1,6 milhões de euros, dos quais:

- 24% associados às medidas relativas a recursos humanos, sendo mais representativos os gastos com trabalho suplementar;
- 76% associados ao trabalho temporário, à desinfeção das instalações e aos equipamentos para assegurar os meios para os trabalhadores que desempenharam as suas funções em teletrabalho, entre outros.

Em meados de março de 2021 o Governo apresentou as medidas de desconfinamento, que constituíam um processo gradual sujeito a reapreciação quinzenal em função da avaliação do risco de pandemia. Todavia, a Águas do Tejo Atlântico manteve o dever geral de confinamento e as regras em vigor durante os estados de emergência, continuando a ser obrigatório o regime de trabalho remoto para

todas as funções compatíveis com esta modalidade, e mantiveram-se na #linhadafrente todos os trabalhadores necessários para assegurar o cumprimento da missão da empresa.

Até finais de junho, apesar de existirem alguns sinais positivos da situação pandémica, nomeadamente devido à evolução positiva do processo de vacinação, manteve-se o seguimento das recomendações das Autoridades de Saúde e as regras de segurança implementadas na empresa. Nessa perspetiva, deu-se continuidade ao regime de trabalho remoto para todas as funções compatíveis com esta modalidade de trabalho e os trabalhadores da #linhadafrente, continuaram a assegurar as funções no seu posto de trabalho.

Conhecendo as orientações de regresso à normalidade das atividades das empresas, do País e do Grupo AdP, a AdTA manteve até 10 de outubro de 2021 o funcionamento organizacional, dando preferência ao trabalho remoto e à organização de equipas (horários e turnos), de forma a salvaguardar a segurança e saúde no contexto social e assegurar o padrão do serviço.

A partir de 11 de outubro 2021, o regresso dos trabalhadores que se encontravam em trabalho remoto, foi feito de forma gradual com um processo de retorno e reorganização das instalações, de modo a acolher as equipas, mas mantendo as regras de distanciamento, de segurança e higienização em vigor, garantindo-se a representação de cada uma das estruturas da empresa (Direções, Departamentos e Áreas).

Foi adotado um Plano de Retorno consistindo num regime de teletrabalho parcial, para os trabalhadores cuja atividade é possível realizar neste formato, com a rotação das equipas geridas diretamente pelas chefias de 1.º e 2.º nível e em articulação com o administrador do pelouro, de forma a assegurar o contínuo desempenho funcional de todos os trabalhadores.

Contudo, em dezembro de 2021 e na sequência das medidas aprovadas pelo Governo, com a recomendação da adoção do regime de teletrabalho sempre que as funções o permitam, foi deliberado o regime de teletrabalho total para o período de 20 de dezembro de 2021 a 9 de janeiro 2022.

Foi aprovado o "Plano de reforço de Segurança AdTA 2021", desenvolvido por todas as unidades orgânicas da empresa, tendo como objetivo incrementar a realização de ações efetivas ao nível organizacional e operacional, com vista ao aumento da segurança das pessoas e das instalações, melhoria de condições para resposta à emergência, sinalização, procedimentos, formação, melhoria de competências, informação e comunicação.

Durante o ano 2021, a empresa manteve o serviço dentro dos constrangimentos de pandemia, sem interrupções e com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, para salvaguarda de todos os que nos rodeiam.

Capital Humano

No final do ano de 2021 a AdTA tinha 383 trabalhadores, tendo-se verificado um incremento de 13 trabalhadores face a 2020.

Headcount	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
N.º Total Trabalhadores	369	370	383	13*

* A variação verificada deve-se ao facto de ter sido cumprida, ainda que parcialmente, a autorização concedida pelo Despacho Interno nº 260/21/MEF, relativamente ao PAO 2021-2023 da Águas do Tejo Atlântico e que autoriza a contratação de 15 colaboradores.

A distribuição dos trabalhadores pelas unidades orgânicas da empresa é a seguinte:

Direção/ Departamento/ Área	2019	%	2020	%	2021	%
Dir. de Operação	216	58,54%	214	57,84%	219	57,18%
Dir. de Manutenção	47	12,74%	48	12,97%	46	12,01%
Dir. de Comunicação e Desenvolvimento	5	1,36%	5	1,35%	6	1,57%
Dir. de Projetos, Construção e Reabilitação	19	5,15%	17	4,59%	19	4,96%
Dir. de Gestão de Ativos	20	5,42%	20	5,41%	20	5,22%
Dir. Administrativa e Financeira	18	4,88%	18	4,86%	21	5,48%
Dep. Jurídico	3	0,81%	2	0,54%	4	1,04%
Dir. Laboratório	14	3,79%	17	4,59%	19	4,96%
Dep. Gestão de Capital Humano	6	1,63%	6	1,62%	5	1,31%
Dep. Planeamento e Controlo de Gestão	3	0,81%	3	0,81%	4	1,04%
Dep. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	3	0,81%	4	1,08%	4	1,04%
Dep. Sistemas e Tecnologias de Informação	4	1,08%	4	1,08%	4	1,04%
Dep. Segurança e Sustentabilidade Empresarial	7	1,90%	7	1,89%	8	2,09%
Assessores	1	0,27%	2	0,54%	1	0,26%
Secretariado	3	0,81%	3	0,81%	3	0,78%
Total	369	100%	370	100%	383	100,00%

Desses 383 trabalhadores, 3 não fazem parte dos quadros de pessoal da empresa, sendo trabalhadores que se encontram cedidos à AdTA por outras empresas do Grupo AdP. Mantêm-se, cedidos pela AdTA a outras empresas do Grupo AdP, 2 colaboradores com vínculo laboral suspenso.

Efetivos	2019	%	2020	%	2021	%
Quadro	366	99,19%	364	98,38%	380	99,22%
Cedências	3	0,81%	6	1,62%	3	0,78%
Total	369	100%	370	100%	383	100,00%

No ano de 2021 verificaram-se 27 entradas e 14 saídas, donde resultou o aumento de 13 colaboradores no Headcount.

As entradas ocorreram pelos seguintes motivos:

- 3 para suprir parte das saídas ocorridas em anos anteriores, por iniciativa do trabalhador, por situações de reforma ou por falecimento, cuja substituição ainda não havia sido efetivada;
- 2 referentes a regressos de trabalhadores requisitados para o desempenho de Funções Públicas;
- 9 para suprir saídas ocorridas em 2021, que resultaram de cessação da relação laboral não determinada pela Águas do Tejo Atlântico, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras por iniciativa do trabalhador;
- 13 por internalização de trabalhadores que se encontravam a prestar serviço na Empresa, mas com vínculo precário, situação prevista nos PAO de 2020 e 2021.

Salienta-se que a morosidade na aprovação do PAO de 2021 condicionou a concretização das admissões previstas no ano levando à sua transição para 2022. Das 15 admissões aprovadas a AdTA concretizou 13 ainda em 2021.

No que respeita às saídas no total de 14 trabalhadores, 1 foi por requisição para o desempenho de Funções Públicas, 1 foi por cessação de cedência ocasional intragrupo e 12 por iniciativa dos trabalhadores.

Nos termos do disposto no artigo 157.º do decreto-lei de execução orçamental estão autorizadas as contratações destinadas ao recrutamento para substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, se a remuneração dos trabalhadores a contratar corresponder à base da carreira profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno, desde que: a) O plano de atividades e orçamento esteja aprovado; ou b) O plano de atividades e orçamento tenha sido submetido até 31 de março e não tenha sido objeto de pronúncia pelo membro do Governo responsável pela área das finanças até 30 de junho ou, sendo submetido após 31 de março, não seja objeto de pronúncia pelo membro do Governo responsável pela área das finanças no prazo de 120 dias.

Movimentos ocorridos	2019			2020			2021	
	Outros	Total	Cedências	Outros	Total	Cedências	Outros	Total
Entradas	19	20	2	14	16	1	26	27
Saídas	14	14	2	13	15	2	12	14
Total	5	6	0	1	1	-1	14	13

Quanto ao género não existem alterações significativas a registar relativamente aos anos anteriores.

	Ativos 2019	%	Ativos 2020	%	Ativos 2021	%
Mulheres	105	28,46%	104	28,11%	115	30,03%
Homens	264	71,54%	266	71,89%	268	69,97%
Total	369	100%	370	100%	383	100,00%

A antiguidade média dos trabalhadores registou alguma variação no ano 2021.

Antiguidade	2019	%	2020	%	2021	%
antiguidade < 2 anos	23	6,23%	31	8,38%	36	9,40%
antiguidade 2 a 5 anos	17	4,61%	34	9,19%	49	12,79%
antiguidade 6 a 10 anos	43	11,65%	32	8,65%	14	3,66%
antiguidade 11 a 20 anos	203	55,01%	195	52,70%	205	53,52%
antiguidade > 20 anos	83	22,49%	78	21,08%	79	20,63%
Total	369	100%	370	100%	383	100,00%

Apesar de ter havido um aumento do headcount da empresa a idade média dos trabalhadores no final do ano 2021 manteve-se igual ao ano anterior, nos 47 anos.

Estrutura Etária	2019	%	2020	%	2021	%
idade <25	1	0,27%	0	0,00%	2	0,52%
idade 25-34	28	7,59%	29	7,84%	35	9,14%
idade 35-44	147	39,84%	135	36,49%	122	31,85%
idade 45-54	122	33,06%	128	34,59%	133	34,73%
idade >55	71	19,24%	78	21,08%	91	23,76%
Total	369	100%	370	100%	383	100,00%

Quanto ao nível profissional registaram-se alterações significativas, aos níveis de Dirigentes e Quadros Superior em consequência da estrutura organizativa aprovada no final de 2020.

É ainda de salientar que no final do ano 2021, cerca de 45% dos seus trabalhadores são Profissionais Qualificados e cerca de 31% são Quadros Superiores.

Nível Profissional	2019	%	2020	%	2021	%
Dirigentes	19	5,15%	28	7,57%	30	7,83%
Quadros Superiores	97	26,29%	81	21,89%	88	22,98%
Quadros Médios	7	1,90%	-	-	-	-
Quadros intermédios (inc.contra-mestres e che	5	1,36%	23	6,22%	26	6,79%
Profissionais altamente qualificados	6	1,63%	66	17,84%	46	12,01%
Profissionais qualificados	196	53,12%	172	46,49%	173	45,17%
Profissionais semiquificados	12	3,25%	-	-	17	4,44%
Profissionais não qualificados	27	7,32%	-	-	3	0,78%
Total	369	100%	370	100%	383	100,00%

Verifica-se uma tendência decrescente no número de trabalhadores com o Ensino Básico e crescente no número de trabalhadores com ensino secundário e ensino superior.

Habilitações	2019	%	2020	%	2021	%
Ensino Básico	145	39,30%	138	37,30%	112	29,24%
Ensino Secundário	97	26,29%	106	28,65%	130	33,94%
Ensino Superior	127	34,42%	126	34,05%	141	36,81%
Total	369	100%	370	100%	383	100,00%

A valorização dos recursos humanos tem constituído uma prioridade elevada das políticas da Empresa, assumindo a formação um papel nuclear na melhoria dos níveis de qualificação dos seus ativos, como forma de motivação e valorização do seu desempenho profissional. No entanto, a quantidades de horas de formação frequentadas em 2021 esteve ligeiramente abaixo do aprovado no Plano de Formação 2021/22. Isto deve-se aos períodos de confinamento /estado de emergência pandémicos, que impossibilitaram a realização de algumas ações de formação em regime presencial.

No entanto, em 2021 verificou-se um acréscimo do número de horas de formação ministradas em quase 39 %, tendo aumentado substancialmente o número de trabalhadores que frequentaram formação - cerca de 80 % do total de trabalhadores ativos em comparação com 44 % no ano anterior. Este acréscimo ficou a dever-se, essencialmente, à aposta no cumprimento do Plano de Segurança, ações que abrangem todos os trabalhadores da empresa.

Formação profissional	2019	2020	2021
N.º Horas de formação	6 078,36	5 590,75	7 769,00
N.º Ações de formação	77	114	102
N.º Formandos	299	164	309
Total de Trabalhadores	369	370	383

Em 2021 registou-se um decréscimo na taxa de absentismo de mais 0,03%, comparativamente com o ano anterior, sendo que a tendência é decrescente nos últimos 2 anos.

Absentismo	2019	2020	2021
Horas Absentismo	56 723	51 710	52 639
Taxa de Absentismo	2,58%	2,34%	2,31%

Cerca de 17,8% das horas de ausência verificadas no ano 2021 foram devido a acidentes de trabalho, num total de 35 acidentes de trabalho, com uma média de 33 dias de incapacidade temporária absoluta por cada acidente. Apesar do número total de acidentes ter aumentado, os dias perdidos por motivo de baixa por acidente de trabalho diminuíram face aos anos anteriores.

Acidentes de trabalho	2019			2020			2021		
	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa
Sinistros encerrados	25	1 355	35	23	1 132	49	27	1 044	30
Sinistros encerrados sem baixa	14	0	0	9	0	0	8	0	0
Sinistros em curso (com recada)	2	241	121	1	86	86	0	0	0
Total	41	1 596	155	33	1 218	135	35	1 044	30

Relativamente à frequência dos acidentes de trabalho, tanto a taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho como a taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa, aumentaram face a 2020.

Indicadores de segurança	2019	2020	2021
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	68,68	53,95	57,30
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	41,88	37,60	44,21

Relativamente à Medicina do Trabalho pode evidenciar-se que no ano 2021 deu-se continuidade à recuperação dos Exames Periódicos em défice nos anos anteriores, e procurou-se abranger todos os trabalhadores que estavam expostos a maiores riscos biológicos. Na consulta de Medicina do Trabalho Periódica, foram realizados os exames complementares: análises clínicas (sangue e urina), ECG, Audiograma e Rastreo Visual.

Medicina do Trabalho	N.º Trab. 2019	% N.º Trab. 2020	% N.º Trab. 2021	%
Exames Admissão	16	5,44%	19	11,88%
Exames Periódicos	200	68,03%	77	48,13%
Exames Ocasionais	78	26,53%	64	40,00%
Total de Exames	294	100,00%	160	100,00%

No ano 2021 deu-se continuidade à campanha de vacinação contra a gripe, tendo sido inoculadas 122 vacinas que representam 31,85% do total de trabalhadores da empresa.

Prevenção Gripe Sazonal	2019	%	2020	%	2021	%
Vacinas inoculadas	107	29,00%	0	0,00%	122	31,85%
Total de trabalhadores	369		370		383	

Para além da Medicina do Trabalho, as consultas de Medicina Curativa disponibilizadas pela empresa, que consistem em consultas de clínica geral, tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, prescrição de receitas e aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde, tiveram uma ligeira diminuição face aos anos anteriores. Apenas 18,80% dos trabalhadores realizaram este tipo de consultas em 2021.

Medicina Curativa	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%	N.º Trab. 2021	%
Consultas	172	31,71%	79	21,35%	72	18,80%
Total de Trabalhadores	369		370		383	

Financeira

dei
M
A
B
B
H

A análise financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela AdTA, no ano de 2021, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A sociedade considera os DRG como uma componente das demonstrações financeiras da empresa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 94/2015. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção, uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que, até 31 de dezembro de 2018, eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos. No ano de 2020 as licenças de *software* passaram a estar relevadas como ativos sob direito de uso, no âmbito da aplicação da IFRS 16, critério que se manteve no ano 2021.

Os valores desta análise são apresentados em milhões, pelo que eventuais diferenças decorrem de arredondamentos.

Principais Indicadores	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Volume de negócios ¹ (VN)	MEur	83,2	83,5	82,7	-0,8	-1,0%
Volume de Efluente Faturado	Mm ³	182,2	181,8	181,6	-0,2	-0,1%
Tarifa Média Saneamento	Eur	0,4565	0,4590	0,4553	-0,0037	-0,8%
Desvio de recuperação de gastos do ano	MEur	-13,1	-10,8	9,9	0,9	-8,6%
Resultado Líquido do Exercício	MEur	4,3	3,7	3,8	0,0	1,4%
Resultado líquido sem desvio	MEur	14,0	11,8	11,0	-0,8	-6,4%
OPEX ² (GO)	MEur	41,5	44,7	47,3	2,6	5,9%
Resultado operacional (RO)	MEur	12,8	11,3	9,4	-1,9	-17,2%
EBITDA ajustado ³	MEur	41,5	38,2	34,4	-3,8	-9,8%
PRC (GO/VN) ⁴	%	50%	52%	55%	0,03 p.p.	
Gastos financeiros	MEur	-7,9	-6,4	-5,8	0,6	-9,7%
Resultado financeiro	MEur	-7,0	-6,0	-5,8	0,2	-3,7%
Endividamento	MEur	222,2	212,2	201,0	-11,2	-5,3%
Net Debt - Endividamento Líquido	MEur	126,6	116,0	120,6	4,6	4,0%
Net Debt to EBITDA ajustado	n.º	3,1	3,0	3,5	0,5	16,7%
Ativo Total	MEur	629,1	610,5	596,0	-14,5	-2,4%
Capital Próprio	MEur	115,9	115,6	115,8	0,2	0,2%
Passivo Total	MEur	513,2	494,9	480,2	-14,7	-3,0%
PMP	dias	48	40	25	-15,0	-37,5%
PMR	dias	51	51	49	-2,0	-3,9%

¹ Vendas e prestação de serviços.

² OPEX de 2020 deduzido dos subsídios à exploração.

³ RO + amortizações+provisões+perdas por imparidades e reversões-desvio de recuperação de gastos-subsídios ao investimento-rédito/gastos construção.

⁴ GO inclui custo das vendas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, deduzidos dos gastos com a COVID19.

Análise dos Resultados

O resultado líquido de 2021 no valor de 3,8 milhões de euros corresponde à remuneração garantida do capital acionista apurada com base na variação média da taxa de Obrigações do Tesouro (OT) no ano (0,3%), acrescida do prémio de risco (3,00%), e deduzida da correção efetuada pelo Regulador, em sede de aprovação da eficiência produtiva de 2020, ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) de 2020, no valor de 0,04 milhões de euros.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a AdTA deve submeter anualmente à aprovação do Regulador o DRG gerado pelas operações, apurado de acordo com o cenário de eficiência produtiva que foi previamente estabelecido por este, mediante a definição de métricas de evolução específicas.

Resultado Líquido	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Rendimentos ¹	MEur	104,0	105,8	109,9	4,1	3,9%
Desvio de Recuperação de Gastos	MEur	-13,1	-10,8	9,9	0,9	-8,6%
Gastos ²	MEur	-85,2	-89,7	-96,4	-6,7	7,5%
Imposto (corrente e diferido)	MEur	-1,5	-1,5	0,2	1,7	-111,6%
Remuneração acionista	MEur	4,3	3,9	3,8	-0,1	-3,8%
Ajuste ao desvio de recuperação de gastos	MEur	0,0	-0,2	0,0	0,2	-81,0%
Resultado Líquido	MEur	4,3	3,7	3,8	0,1	2,7%

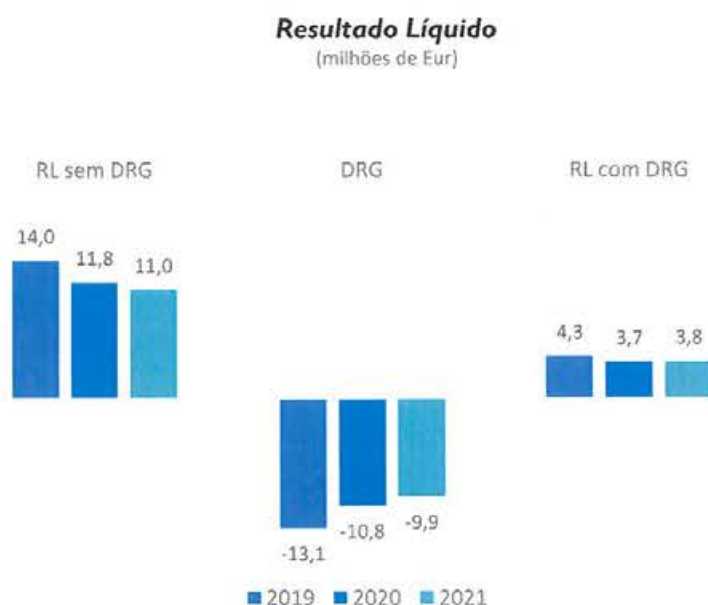
¹ Subsídios à exploração retirados em 2020 e 2021

² Subsídios à exploração deduzidos em 2020 e 2021

O decréscimo que se tem verificado na remuneração acionista e, por conseguinte, no resultado líquido, decorre da redução significativa da taxa das OT a 10 anos, cuja taxa média em 2019 foi de 0,75%, em 2020 de 0,41%, e em 2021 de 0,25%.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a AdTA tem direito em termos contratuais corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e das correções no âmbito da eficiência produtiva.

Em 2021 o resultado líquido gerado pelas operações foi de 11,0 milhões de euros, o que permitiu obter um DRG superavitário no valor de 9,9 milhões de euros. A situação ainda que positiva regista um decréscimo na evolução provocado pelo aumento dos gastos no ano.



Os rendimentos totais em 2021 ascenderam a 100,0 milhões de euros, tendo aumentado 5,3% para o período homólogo (+5,0 milhões de euros).

Rendimentos Totais	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Volume de negócios (VN)	MEur	83,2	83,5	82,7	-0,8	-1,0%
Subsídios ao Investimento	MEur	4,7	4,7	4,8	0,0	0,3%
Rend. Construção Ativos Concessionados	MEur	14,7	17,1	21,4	4,3	25,2%
Provisões e reversões do exercício	MEur	0,0	0,0	0,7	0,7	-
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais ¹	MEur	0,5	0,1	0,3	0,2	240,8%
Juros e Rendimentos Similares	MEur	0,9	0,4	0,0	-0,4	-99,4%
Rendimentos	MEur	104,0	105,8	109,9	4,1	3,9%
Desvio de recuperação de gastos (anual)	MEur	-13,1	-10,8	9,9	0,9	-8,6%
Rendimentos Totais	MEur	91,0	95,0	100,0	5,0	5,3%

¹ Subsídios à exploração retirados em 2020 e 2021

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos. A AdTA tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, donde resulta a ausência de impactos por variação nos caudais. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são

representativas nem denotaram efeito associado à pandemia COVID-19. O Volume de Negócios representa 83% da formação do total de rendimentos.

Registo de ganho pela reversão da provisão de 0,7 milhões de euros que tinha sido constituída em 2020 para juros previstos pagar no âmbito da ação intentada pela Massa Insolvente do fornecedor ASIBEL, num processo decorrente de valores reclamados em empreitadas executadas na ex-AdO. Em 2021, a celebração de acordo no valor de 0,6 milhões de euros, sem juros, permitiu encerrar os processos judiciais em curso.

A sociedade aplica o disposto no IFRIC 12 no que respeita ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para os Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício. O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período.

Gastos Totais	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
CMVMC	MEur	3,1	3,3	3,7	0,4	12,1%
Gastos Construção Ativos Concessionados	MEur	14,7	17,1	21,4	4,3	25,2%
Fornecimentos e Serviços Externos ¹	MEur	27,5	30,1	32,2	2,1	6,9%
Gastos com Pessoal ¹	MEur	10,8	11,3	11,4	0,1	1,2%
Provisões	MEur	0,0	0,9	0,0	-0,9	-100,0%
Depreciações e amortizações	MEur	20,3	19,9	20,7	0,8	4,0%
Outros Gastos Operacionais	MEur	0,8	0,7	1,2	0,5	74,4%
Juros e Gastos Similares	MEur	7,9	6,4	5,8	-0,6	-9,7%
Gastos Totais	MEur	85,2	89,7	96,4	6,7	7,5%

¹ Gastos de 2020 e 2021 deduzidos de subsídios à exploração

Estrutura de Gastos

Na composição da estrutura de gastos da AdTA os gastos mais significativos são os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que representam 33% dos gastos totais, as amortizações que abrangem 22% e os gastos com pessoal que ascendem a 12% dos gastos totais.



O **Custo das Vendas (CMVMC)** refere-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 3,7 milhões de euros em 2021, o que representa um aumento de 12,1% face a 2020.

O aumento dos gastos é explicado pelo aumento do consumo e dos preços unitários dos reagentes químicos. Na parte do consumo verificou-se a necessidade de dar cumprimento ao maior grau de exigência dos parâmetros legais estabelecidos pela APA, exigindo a utilização de reagentes específicos para garantir o cumprimento das descargas no meio recetor, em conformidade com as licenças de descarga, bem como à deterioração da qualidade do efluente recebido para tratamento, necessitando de utilização de maior quantidade de reagentes.

Salienta-se o PAX18, reagente utilizado na Fábrica da Água da Guia, cujo aumento de consumo está relacionado com o aumento do período da época balnear, definido pela Portaria n.º 102-C/2021 de 14 de maio, e também com a decisão de manter a adição em época não balnear para garantir o cumprimento do Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH).

No que respeita ao preço, o aumento do custo unitário deve-se a fatores de mercado, que fizeram crescer os gastos.

Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Reagentes	MEur	3,1	3,3	3,7	0,4	12,1%
Total de CMVMC	MEur	3,1	3,3	3,7	0,4	12,1%

Os FSE's ascenderam a 32,2 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, no valor de 11,4 milhões de euros a rubrica com maior peso, com cerca de 36%, seguida da rubrica de conservação e reparação que representa cerca de 23% do total. A variação de 2,02 milhões de euros em relação ao período homólogo resulta maioritariamente do aumento do preço com o tratamento de lamas e dos gastos com conservação e reparação, sobretudo pelo esforço de recuperação do défice de manutenção e conservação de infraestruturas, com ênfase na manutenção preventiva e preditiva.

Adicionalmente, em outros FSE's, verificou-se um aumento dos gastos com desinfeção e limpeza das instalações e com trabalho temporário, face ao período homólogo, decorrente da COVID-19. O aumento do trabalho temporário justificou-se pela necessidade de reorganização de equipas, constituição de equipas em espelho e desfasadas, para garantir distanciamento e cumprimento das orientações emitidas pelo Governo e pela DGS em 2020, e mantidas em 2021, o que não seria possível com recurso exclusivamente a meios internos, uma vez que a empresa tem uma carência estrutural de recursos humanos em geral, e na área operacional em particular.

Os gastos com FSE's estão deduzidos dos gastos em fornecimentos e serviços com projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidos como subsídios à exploração em 2020 e 2021.

Fornecimentos e Serviços Externos	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Energia e fluidos	MEur	9,1	9,0	8,2	-0,8	-8,5%
Conservação e Reparação	MEur	5,7	7,4	7,5	0,1	1,9%
Trabalhos Especializados	MEur	9,6	10,0	11,4	1,4	13,8%
Outros FSE	MEur	3,1	4,0	5,1	1,1	28,4%
Subsídios à Exploração	MEur	0,0	-0,2	0,1	0,13	-68,4%
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	27,5	30,1	32,2	2,02	6,7%

Valores de 2019 e 2020 ajustados

Os gastos com pessoal registaram um incremento de 0,9% face ao período homólogo em que o principal fator, foi manter as medidas que se mostravam necessárias implementar no ano 2020, para fazer face à pandemia da COVID-19.

De salientar que a morosidade na aprovação do PAO de 2021, que ocorreu pelo Despacho n.º 199/SEAMB/2021 de 18-11-2021, condicionou a concretização das admissões previstas. Das 15 admissões aprovadas, a AdTA concretizou 13 no final de 2021 tendo 2 transitado para o início de 2022.

Sem o efeito extraordinário da COVID-19, os gastos com pessoal têm um aumento de 1,2% face ao período homólogo.

Os gastos com pessoal estão capitalizados em 0,91 M€ pelos serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos e deduzidos das horas/homem afetas a projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidas como subsídios à exploração em 2021.

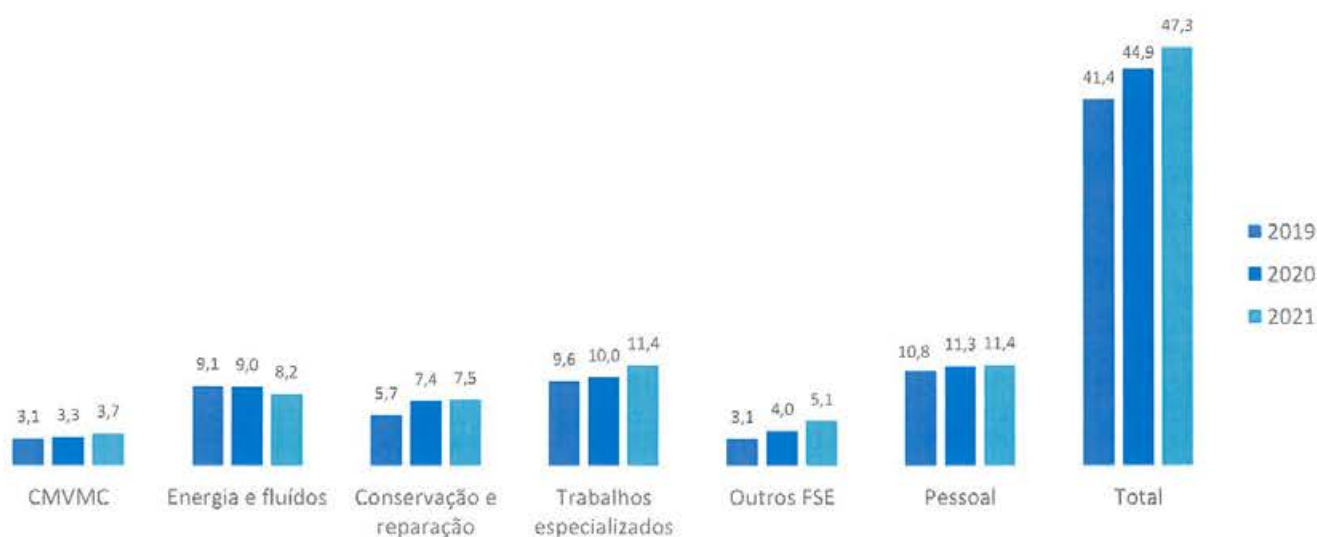
Gastos com Pessoal	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Remunerações - Órgãos Sociais	MEur	0,31	0,35	0,39	0,05	13,1%
Remunerações - Pessoal	MEur	10,47	10,87	11,05	0,18	1,7%
Seguros	MEur	0,09	0,13	0,16	0,04	29,9%
Ação Social e Assistência Médica	MEur	0,61	0,53	0,47	-0,06	-11,4%
Proteção e Segurança	MEur	0,07	0,32	0,14	-0,18	-56,7%
Fardamento	MEur	0,14	0,18	0,18	0,00	-0,4%
Formação	MEur	0,11	0,15	0,06	-0,10	-63,5%
Outros Gastos	MEur	0,04	0,07	0,00	-0,07	-100,0%
Subsídios à Exploração	MEur	0,00	-0,30	-0,15	0,15	-51,5%
Capitalizações	MEur	-1,00	-1,01	-0,91	0,09	-9,3%
Total de Gastos com Pessoal	MEur	10,84	11,30	11,40	0,10	0,9%

O cash-cost por unidade média de efluente tratado apresenta em 2021 uma evolução desfavorável face a 2020, passando de 23,2 cêntimos de euro por m³ para 25,7 cêntimos de euro por m³, perfazendo um incremento de 10,7%. O incremento decorre apenas do

aumento de gastos, pois o volume de efluente tratado tem para o período homólogo uma variação negativa de cerca de 5%, devido ao facto do efluente de 2021 ter decrescido substancialmente face ao ano 2020.

Os gastos com conservação e reparação têm um incremento mais expressivo na estrutura de *cash-cost*, devido ao facto de parte significativa das infraestruturas operacionais da AdTA já terem atingido o horizonte de vida útil técnica e, consequentemente, apresentarem um grau significativo de deterioração de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil, pelo que se torna imprescindível a realização de investimento de reabilitação/substituição, tendo em vista a correção de situações e a melhoria das condições de desempenho, operacionalidade, resiliência e segurança dos órgãos e equipamentos existentes.

Estrutura de custos cash (milhões de EUR)



Cash-cost (Cêntimo €/m³)



EBITDA	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Resultado Operacional	MEur	12,8	11,3	9,4	-1,9	-17,2%
Depreciações	MEur	-20,3	-19,9	-20,7	-0,8	-4,0%
Provisões	MEur	0,00	-0,9	0,7	1,6	-181,7%
EBITDA	MEur	33,1	32,1	29,3	-2,8	-8,7%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-13,1	-10,8	9,9	0,9	-8,6%
Subsídios ao investimento	MEur	4,7	4,7	4,8	0,0	0,3%
EBITDA Ajustado	MEur	41,5	38,2	34,4	-3,7	-9,8%

O EBITDA em 2021 ascendeu a 29,3 milhões de euros, o que face a 2020 representa um decréscimo de 8,7%. No entanto, como para a atividade operacional da AdTA não concorrem diretamente o DRG e os subsídios ao investimento, estes são retirados, de modo a apurar-se o indicador ajustado (EBITDA Ajustado). A variação em baixa deste indicador reflete o explicitado sobre o aumento dos gastos.

Resultado Financeiro	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Rendimentos Financeiros	MEur	0,9	0,4	0,0	-0,4	-99,5%
Gastos Financeiros	MEur	-7,9	-6,4	-5,8	0,6	-9,7%
Resultado Financeiro	MEur	-7,0	-6,0	-5,8	0,2	-3,7%

A evolução do Resultado Financeiro tem sido favorável, registando-se um incremento de 0,2 milhões de euros para o período homólogo, essencialmente suportado pela influência da componente de gastos, composta na sua maioria pelo financiamento contratualizado junto do Banco Europeu do Investimento (BEI), que inclui juros no montante de 4,4 milhões de euros e comissões de garantia associadas de aproximadamente 1,4 milhões de euros

Resultado Financeiro (milhões de Eur)



Análise Patrimonial

Posição Financeira	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Ativo Não Corrente	MEur	516,3	498,6	499,9	1,3	0,3%
Ativo Corrente	MEur	112,8	111,9	96,0	-15,9	-14,2%
Total do Ativo	MEur	629,1	610,5	596,0	-14,5	-2,4%
Capital Próprio	MEur	115,9	115,6	115,8	0,2	0,2%
Passivo Não Corrente	MEur	486,5	463,6	451,0	-12,6	-2,7%
Passivo Corrente	MEur	26,7	31,3	29,2	-2,1	-6,7%
Total do Passivo	MEur	513,2	494,9	480,2	-14,7	-3,0%
Total do Capital Próprio e Passivo	MEur	629,1	610,5	596,0	-14,5	-2,4%

O total do ativo era no final do período de 2021 de 596 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 84% do total do ativo.

Ativo	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Ativos Intangíveis	MEur	447,2	441,6	443,0	1,4	0,3%
Ativos fixos tangíveis	MEur	0,2	0,2	0,4	0,2	105,6%
Ativos sob direito de uso	MEur	1,1	1,0	0,5	-0,5	-47,9%
Outros ativos financeiros	MEur	0,01	0,01	0,02	0,01	56,4%
Impostos diferidos ativos	MEur	53,2	52,8	56,0	3,2	6,1%
Desvio Tarifário Ativo	MEur	13,8	2,9	0,0	-2,9	-100,0%
Cientes e outros ativos não correntes	MEur	0,8	0,1	0,1	0,0	-33,3%
Total do Ativo não corrente	MEur	516,3	498,6	499,9	1,4	0,3%
Cientes	MEur	12,4	11,8	10,8	-1,0	-8,4%
Outros ativos correntes	MEur	18,7	3,9	4,8	0,9	23,4%
Disponibilidades	MEur	81,6	96,2	80,4	-15,8	-16,4%
Total do Ativo corrente	MEur	112,7	111,9	96,0	-15,9	-14,2%
Total do Ativo	MEur	629,1	610,5	596,0	-14,5	-2,4%

Em 2021, o ativo sob direito de uso, que foi constituído no ano 2019 com a adoção da IFRS 16 e no ano de 2020 passou a reconhecer também os contratos de licenças de software cuja duração é de 3 anos, representou um decréscimo bruto de 0,5 milhões de euros.

Em Clientes e Outros ativos não correntes está registada a parte dos acordos de pagamento de médio e longo prazo (não correntes) cuja variação para o homólogo reflete a concretização do plano de pagamentos previsto.

Em 2021 verificou-se a recuperação total dos 43,5 milhões de euros de défice tarifário reconhecidos no início da atividade da AdTA, por cisão da AdLVT.

As disponibilidades registaram um decréscimo de 16,4% para o período homólogo (-15,8 milhões de euros), devido essencialmente ao incremento do investimento e à redução da dívida de fornecedores no final do ano 2021.

Em Outros Ativos Correntes registou-se uma variação positiva de 23,4% comparativamente com o período homólogo.

Investimento

O Investimento realizado em 2021 ascendeu a 21,68 milhões de euros, situando-se acima do período homólogo. Contudo, a taxa de execução do investimento foi de 55%, uma vez que o Plano de investimentos se previa para o ano de 2021 um volume de investimento de 39,3 milhões de euros.

A crescer, temos a situação de pandemia que afetou as empreitadas em curso devido aos constrangimentos colocados ao pessoal, nas deslocações, no alojamento e na alimentação, e até mesmo na movimentação nos locais das obras, assim como constrangimentos à produção e ao transporte de materiais e de equipamentos. Estas circunstâncias causaram uma redução no rendimento da execução dos trabalhos, gerando atrasos nas obras e dilações na sua conclusão.

A contribuir para estas circunstâncias está o incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção que tem levado a que os novos procedimentos lançados para contratação de empreitadas não recebam quaisquer propostas. Existiram constrangimentos que obrigaram a AdTA a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a redefinir os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas, resultando em incrementos, em alguns casos significativos, dos valores de investimento previstos. Por outro lado, têm existido atrasos na conclusão das empreitadas resultantes dos condicionalismos verificados no lançamento e consignação das mesmas.

Investimento anual (milhões de EUR)

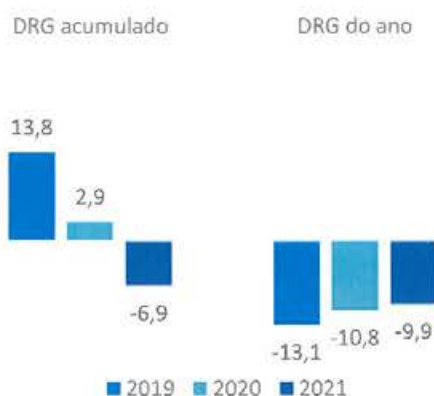


Desvio de Recuperação de Gastos

O DRG registado em balanço evolui de forma bastante favorável desde o início de atividade da AdTA, em 2017. O mesmo é reduzido à medida que se vão registando desvios superavitários, aceites pelo Regulador no decurso do cumprimento das métricas definidas para os cenários de eficiência produtiva.

O DRG de 2020 foi corrigido em 0,04 milhões de euros por não ter sido aceite o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, por incumprimento da métrica definida pela ERSAR para o custo unitário com reagentes (0,0141 euros/m³). O custo unitário com reagentes no exercício de 2020 foi de 0,0168 euros/m³, valor superior ao da métrica, justificado quer pelo aumento dos custos unitários com reagentes, quer pelo aumento do próprio consumo por maiores exigências legais impostas à qualidade do efluente tratado.

Desvio de Recuperação de Gastos (milhões de Eur)



Handwritten signatures and initials:
 M
 J
 J
 J
 J
 J

Tarifas, Dívida de Clientes e Prazo Médio de Recebimento

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela AdTA, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE). Às tarifas ou aos rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser entregue pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., à Águas do Vale do Tejo, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema desta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA, durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2021, para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita, incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

Tarifas	Unidade	Tarifa ¹ 2019	CTA 2019	Tarifa ¹ 2020	CTA 2020	Tarifa ¹ 2021	CTA 2021
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m ³	0,3573	0,0184	0,3701	0,0238	0,3780	0,0288
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m ³	0,5015	0,0184	0,4968	0,0238	0,4857	0,0288
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m ³	0,5404	-	0,5426	-	0,5378	-
Transporte de águas residuais	€/m ³	0,2506	-	0,2516	-	0,2494	-

¹ Tarifa implícita

A AdTA pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,5378 €/m³.

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2021 ascendeu a 95,6 milhões de euros e os recebimentos totalizaram 95,4 milhões de euros.

A dívida dos utilizadores municipais do sistema decompõe-se da seguinte forma:

Dívida de Clientes	Unidade	2019	2020	2021	Varição 21/20
Faturação Corrente	ME ur	10,7	9,8	9,5	-0,3 -2,6%
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	ME ur	0,3	0,4	0,5	0,1 20,8%
TRH (Taxa de Recursos Hídricos)	ME ur	0,4	0,5	0,4	-0,1 -24,0%
Acordos de Pagamento	ME ur	1,4	0,8	0,1	-0,7 -89,9%
Juros Mora	ME ur	0,4	0,4	0,4	0,0 0,0%
Clientes	ME ur	13,2	11,9	10,9	-1,0 -8,5%
Saldos credores	ME ur	-1,0	-1,0	-0,6	0,4 -41,8%
Dívida de Clientes	ME ur	12,2	10,9	10,3	-0,6 -5,5%

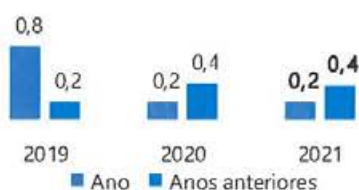
O estreito acompanhamento dos clientes, no sentido do cumprimento dos prazos e da regularização dos valores em atraso, permitiu que se reduzisse o prazo médio de recebimento (PMR) para 49 dias.

Em termos de evolução da dívida, destaca-se a evolução favorável do valor global em resultado do trabalho de acompanhamento desenvolvido. Parte substancial da dívida vencida está titulada por acordos que estão a ser cumpridos, nomeadamente os celebrados com os Municípios de Alenquer e Sobral de Monte Agraço pela então AdLVT, que, por incluírem em simultâneo dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e de saneamento permaneceram sob gestão desta, ascendendo no final de 2021 ao montante de 0,1 milhões de euros. O valor de Acordo de Pagamento no final do ano 2021 refere-se apenas ao Município de Sobral de Monte Agraço.

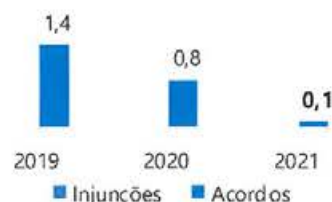
Dívida municipal
(milhões de EUR)



Dívida vencida
(milhões de EUR)



Dívida titulada
(milhões de EUR)



Capital Próprio

O capital próprio aumentou 0,2 milhões de euros face ao período homólogo devido ao aumento do resultado líquido (+0,02 milhões de euros) e ao incremento da reserva legal (+0,18 milhões de euros).

A aplicação do resultado de 2020 foi deliberada em assembleia geral realizada em março de 2021, que aprovou o aumento da reserva legal em 0,2 milhões de euros e a distribuição de dividendos no valor de 3,5 milhões de euros.

O capital social é constituído por 1 13 527 680 ações (1 12 127 680 da categoria A e 1 400 000 da categoria B), com o valor unitário 1,00 euro, e está totalmente subscrito e realizado.

A AdTA detém 2 521 433 ações próprias, correspondentes a uma participação total no capital social de 2,22%. As manifestações de interesse de alguns dos acionistas para adquirirem as ações, suportadas em contratos-promessa firmados cuja concretização estava sujeita à obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira não se verificou, tendo o prazo decorrido determinado a caducidade da deliberação da assembleia geral de 16 de março de 2018 relativa à alienação do lote de ações. Na assembleia geral de 23 de junho de 2020, o Conselho de Administração da AdTA foi mandatado para dar início ao procedimento de alienação das ações próprias em conformidade com as disposições legais, mediante a contratação de entidade avaliadora independente que determine o valor das mesmas, estando a avaliação realizada e a aguardar decisão da área governativa das finanças.

Passivo e Prazo Médio de Pagamento

O passivo total teve uma evolução positiva diminuindo 3% (-14,7 milhões de euros) maioritariamente suportado pela redução do passivo não corrente que representa 94% do total do passivo.

A variação mais significativa do passivo não corrente resulta da evolução favorável do montante reconhecido em empréstimos de MLPrazo, com redução da dívida em 6,4%, bem como do reconhecimento de 4,3 milhões de euros de subsídios ao investimento, reduzida pelo efeito dos 6,9 milhões de euros de desvio tarifário passivo, que traduzem a situação superavitária que a sociedade passou a gerar em 2021.

A redução dos impostos diferidos passivos decorre da evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

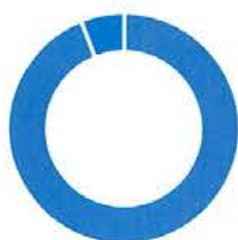
O passivo corrente teve uma diminuição de 6,7% (-2,1 milhões de euros) para o homólogo, por efeito da variação dos empréstimos (parte de curto prazo a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo), e da dívida a fornecedores e ao Estado.

Passivo	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Empréstimos	MEur	212,1	200,5	187,7	-12,8	-6,4%
Acréscimos de gastos do investimento contratual	MEur	122,0	118,7	118,8	0,1	0,1%
Impostos diferidos passivos	MEur	20,7	16,8	15,6	-1,2	-7,2%
Subsídios ao investimento	MEur	130,4	125,7	121,4	-4,3	-3,4%
Desvio Tarifário Passivo	MEur	0,0	0,0	6,9	6,9	100,0%
Outros passivos não correntes	MEur	1,4	1,9	0,6	-1,3	-66,9%
Total do Passivo não corrente	MEur	486,5	463,6	451,0	-12,6	-2,7%
Empréstimos	MEur	10,1	11,6	13,4	1,8	15,5%
Passivos da Locação	MEur	0,4	0,5	0,4	-0,1	-26,8%
Fornecedores	MEur	6,6	9,4	7,0	-2,4	-26,0%
Estado	MEur	3,1	3,8	3,4	-0,4	-10,1%
Outros passivos correntes ¹	MEur	6,4	6,0	5,1	-0,9	-14,9%
Total do Passivo corrente	MEur	26,7	31,3	29,2	-2,1	-6,6%
Total do Passivo	MEur	513,1	494,9	480,2	-14,7	-3,0%

¹ Sem juros a liquidar em 2021

No prazo médio de pagamento (PMP), foi dado cumprimento à disposição legal do programa "Pagar a Tempo e Horas", que estabelece a necessidade de redução do número de dias consoante o prazo alcançado no ano transato. A sociedade atingiu em 2020 um PMP de 40 dias ficando sujeita ao cumprimento da redução de pelo menos 15% desse prazo, o que se verificou com o atingimento de um PMP de 25 dias em 2021.

Distribuição do Passivo
(2021)



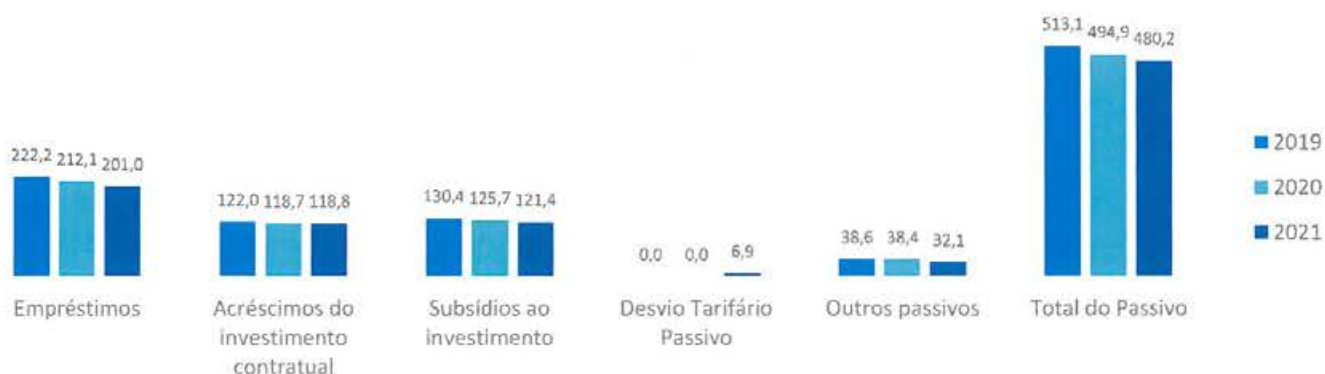
- Passivo não corrente 94%
- Passivo corrente 6%

Estrutura do Passivo
(2021)



- Empréstimos 43%
- Acréscimo investimento contratual 24%
- Subsídios ao investimento 25%
- Outros passivos 8%

Composição do Passivo
(milhões de Eur)



Endividamento

O valor total do endividamento bruto corresponde aos empréstimos junto do BEI, que transitaram da cisão da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT).

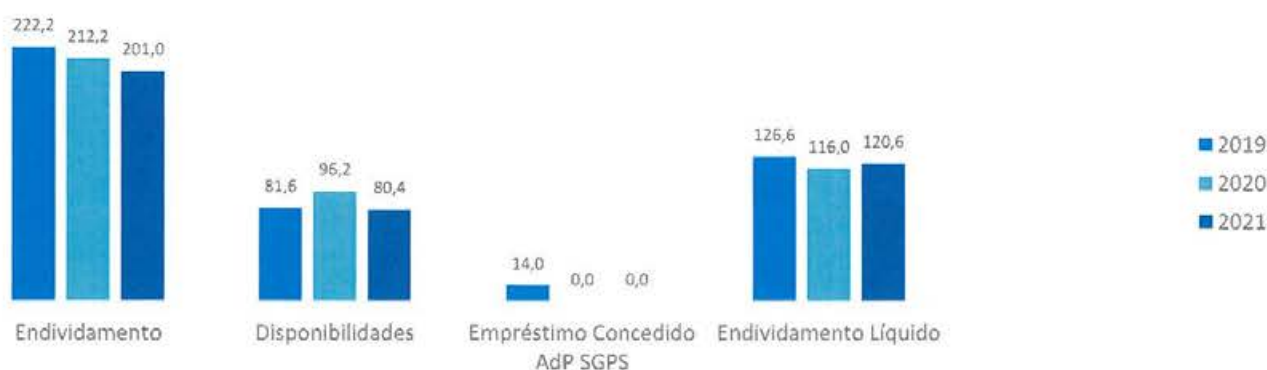
Em 2021, os juros a liquidar passaram a ser apresentados no endividamento, sendo este formado por 187,7 milhões de euros de médio e longo prazo, 13,0 milhões de euros de curto prazo e 0,38 milhões de euros de juros a liquidar. No ano foram amortizados 11,6 milhões de euros conforme previsto no serviço da dívida.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Endividamento						
Endividamento	Unidade	2019	2020	2021	Variação 21/20	
Endividamento ¹	MEur	222,2	212,2	201,0	-11,2	-5,3%
Disponibilidades	MEur	81,6	96,2	80,4	-15,8	-16,4%
Empréstimo Concedido AdP SGPS	MEur	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Endividamento Líquido	MEur	126,6	116,0	120,6	4,6	0,0%

¹ Endividamento de 2019 e 2020 sem juros a liquidar

Endividamento Líquido (milhões de Eur)



Análise do impacto financeiro da COVID-19

Em termos económico-financeiros o volume de negócios da AdTA não sofreu qualquer alteração resultante da pandemia, assim como não se verificaram atrasos no recebimento dos clientes, tendo-se inclusivamente reduzido o número de dias de PMR, passando de 51 dias em 2020 para 49 dias em 2021.

Salienta-se que a empresa tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, donde resulta a ausência de impactos por variação nas quantidades. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas nem denotam associação direta a efeitos da pandemia. A variação da prestação de serviços para o período homólogo e para o plano de atividades e orçamento de 2021 foi praticamente nula, situando-se na ordem dos 0,9% e 0,05% respetivamente.

A solidez financeira da sociedade permitiu a implementação das medidas necessárias para assegurar a prestação do serviço essencial à comunidade e meio em que se insere, garantindo a proteção dos trabalhadores e das suas famílias.

As medidas adotadas no âmbito da pandemia encontram-se explicitadas no capítulo dedicado à atividade operacional, materializando-se no incremento de gastos no valor de 1,6 milhões de euros, que visou essencialmente ações compreendidas nas naturezas de FSE e de Gastos com Pessoal (GP).

Em síntese, as medidas mais relevantes e geradoras de impacto financeiro foram as seguintes:

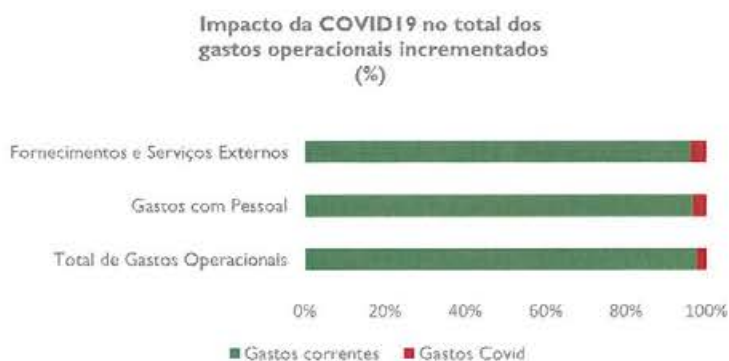
- Reforço da contratação temporária de operacionais devido ao défice estrutural do número de trabalhadores, de modo a possibilitar a reorganização das equipas e garantindo a existência de equipas em espelho;
- Reforço das rotinas de limpeza e de desinfeção e contratação de equipas especializadas para realização de desinfeções extraordinárias das instalações e da frota;

- Atribuição de remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, a título de trabalho suplementar a todos os trabalhadores que, por necessidade da sociedade tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água (#linhadafrente) ou em serviço externo, que auferam uma remuneração base mensal entre os 677€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês, para garantir que os trabalhadores dispunham de tempo para a colocação do equipamento de proteção e para os processos de desinfeção das instalações e de higienização pessoal. Esta remuneração foi atribuída enquanto se mantiveram em vigor as medidas de confinamento decretadas durante o estado de emergência, ou seja, durante o 1º quadrimestre 2021;
- Apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar;
- Reforço de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

A formação dos gastos com COVID teve a seguinte composição (em milhares de euros):

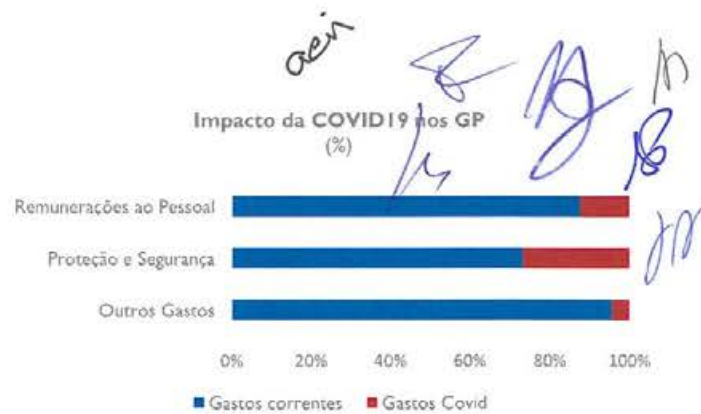
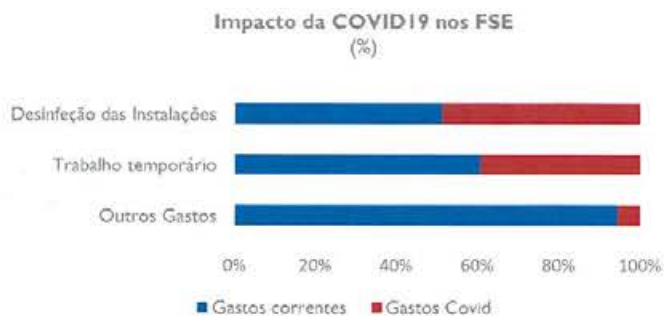
Gastos COVID19	Unidade	2020	2021	Variação 21/20	
Fornecimentos e serviços externos	mEur	731.1	1 244,8	514	70,3%
Limpeza das instalações	mEur	55,2	1,7	-53	-96,9%
Desinfeção das instalações	mEur	344,6	324,5	-20	-5,8%
Trabalho temporário	mEur	272,4	784,8	512	188,1%
Diversos	mEur	58,8	133,8	75	127,4%
Gastos com pessoal	mEur	480,7	387,6	-93	-19%
Remunerações ao Pessoal	mEur	258,1	266,4	8	3,2%
Assistência médica	mEur	7,1	3,3	-4	-53,5%
Proteção e segurança	mEur	215,6	39,7	-176	-81,6%
Diversos (inclui capitalizações)	mEur	0,0	78,2	78	100,0%
Depreciações e amortizações	mEur	9,8	7,8	-2	-20%
Outros gastos operacionais	mEur	1,0	0,00	-1	-100,0%
Total de gastos COVID19	mEur	1 222,6	1 640,2	418	34%

O total de gastos extraordinários incorridos com a COVID-19 representa 2% do total de gastos operacionais da empresa. Avaliando a ponderação nos gastos com FSE e GP o efeito é ligeiramente mais expressivo, passando para 3% e 4% respetivamente como se apresenta no gráfico:



O impacto dos principais gastos COVID-19 incorridos com FSE e com GP apresentam-se nos gráficos seguintes, podendo verificar-se que nos FSE's a desinfeção das instalações tem a maior contribuição para a formação do gasto total do ano, seguida do trabalho temporário.

Nos gastos com pessoal, a proteção e a segurança têm a maior expressão na formação do gasto total do ano na rubrica, mas em valor absoluto são as remunerações que têm a maior expressão.



Resumo dos impactos

- **Ativo** – Os gastos com a COVID 19 representaram uma diminuição da formação do superavit tarifário por via da menor concretização do superavit do DRG do ano;
- Os Clientes não registaram variação associada ao incremento de gastos COVID, tendo-se inclusivamente reduzido o número de dias do PMR, que passou de 51 dias em 2020 para 49 dias em 2021.
- Reduziram as disponibilidades na proporção dos pagamentos dos gastos associados;
- **Passivo** – Incremento de fornecedores na proporção das compras de bens e serviços que a 31/12/2021 se encontram por liquidar. De referir que a sociedade tem vindo a reduzir o prazo médio de pagamentos (PMP), tendo alcançado em 2021 uma redução de 15 dias face ao período homólogo.
- **Resultados Operacionais** – redução de 1,6 milhões de euros devido ao incremento de gastos com a pandemia, predominantemente em fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal. Sem impacto no volume de vendas;
- **DRG** – O aumento dos gastos operacionais devido aos gastos com COVID-19 reduziu o valor do desvio do ano. Apesar disso o desvio mantém-se superavitário no valor de 9,9 milhões de euros.
- **Resultados Financeiros** – O incremento de gastos COVID não teve efeitos nos gastos financeiros. A situação financeira da empresa, com boa liquidez, permitiu suportar o incremento de despesa associada;
- **Resultado Líquido** – O resultado do ano corresponde à remuneração acionista apurada com base na taxa de obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 3 pontos percentuais, corrigida da correção ao DRG de 2020.



Desenvolvimento

Ao nível do desenvolvimento empresarial a estratégia assenta na criação e afirmação das marcas de subprodutos das Fábricas de Água como são os casos da água+®, água reciclada para usos não potáveis, e Biolamas+® em linha com a Economia Circular.

A participação em vários fóruns nacionais e internacionais veio expandir a rede e o envolvimento com os stakeholders, como foi o exemplo da participação na Agroglobal, evento dedicados aos agricultores, grandes consumidores de água e fertilizantes.

No âmbito do projeto Monitorização de contentores e descargas industriais, realizado em parceria com a empresa Metric4, Lda., desenvolveu-se um sensor de imagens que, através modelos de interpretação e análise de imagem, tendo como base algoritmos de *machine learning* para a deteção de padrões, permite aferir o nível de enchimento dos contentores e assim monitorizar o enchimento dos contentores e otimizar as deslocações das equipas de operação às estações elevatórias.

Foi assim estabelecido um protocolo de parceria com a empresa Metric4 Lda. para o desenvolvimento de projetos comuns e partilha de recursos, onde os direitos de propriedade intelectual incidentes sobre todos os elementos tecnológicos desenvolvidos são detidos em regime de contitularidade pela Águas do Tejo Atlântico, S.A. e pela Metric4, Lda. Durante o ano de 2022, irá avaliar-se o processo de registo da marca associada a estes sensores, com esta aplicação específica.

Projetos de I&D e Inovação em curso

Os principais trabalhos desenvolvidos relativamente aos projetos de I&DI financiados, em 2021, foram:

- Interreg ECOVAL - Gestão e recuperação de resíduos orgânicos e lamas do tratamento de águas residuais para a produção de ácidos gordos voláteis (AGV): este projeto pretende obter produtos de valor acrescentado a partir de resíduos orgânicos gerados em ambientes urbanos (lamas de FA e biorresíduos), novos modelos de gestão de resíduos e proposta de alterações legislativas para possibilitar a integração dos AGV no mercado. Em 2021, foram realizados ensaios de pré-tratamento por campos elétricos pulsados em lamas e consolidada uma base de dados da produção de lamas e resíduos no espaço Sudoe. Foi ainda organizado um workshop relativo à identificação das principais barreiras associadas a estes produtos, que irá decorrer no início de janeiro de 2022;
- COVIDECT - Deteção, quantificação e modelação de SARS-CoV-2 em águas residuais como ferramenta de alerta precoce para a disseminação do vírus na comunidade (Aviso AAC 15/SI/2020): projeto que pretende criar um sistema de alerta precoce da presença do vírus SARS-CoV-2, agente etiológico da COVID-19, através da análise de águas residuais, contribuindo para melhorar a resposta face a eventuais novos surtos da doença. Deste modo, durante o ano de 2021 foram realizadas amostragens de água residual nas FA de Alcântara, Guia e Beirolas, à entrada das Fábricas de Água e após tratamento. Foram realizados vários trabalhos de correlação de diferentes variáveis e a Águas do Tejo Atlântico organizou o evento de disseminação dos resultados obtidos. O projeto terminou em agosto de 2021;
- Eco2Covid - Desenvolvimento de plataformas para deteção e monitorização em águas do Coronavírus (Aviso AAC 15/SI/2020): o projeto tem como objetivo a criação de uma plataforma inovadora baseada em nanotecnologia para deteção do coronavírus SARS-CoV-2 em águas residuais, de forma expedita, in situ e com baixo custo. Em 2021 prosseguiram as atividades de desenvolvimento dos sensores bio-eletróquímicos e da plataforma de integração de informação. Foram ainda realizados os testes in situ, na Fábrica de Água de Chelas. Procedeu-se à realização de um filme relativo ao projeto. O projeto terminou em maio de 2021;
- SARS Control - Avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública (Aviso AAC 15/SI/2020): O projeto visa compreender o comportamento de SARS-CoV-2 ao longo da linha de tratamento de águas residuais urbanas (fase líquida e fase sólida) e avaliar em que medida as diferentes etapas de tratamento das FA funcionam como barreiras. Em 2021 procedeu-se à amostragem de lamas e águas residuais, ao balanço mássico da instalação e identificação dos eventos críticos para a remoção de SARS-CoV-2 nas Fábricas de Água de Beirolas e Alcântara. Durante o ano de 2021 procedeu-se ao pedido de prorrogação do prazo do projeto por mais 3 meses, tendo o mesmo sido aceite pela autoridade competente, sendo o final do projeto em 2022;

- TWIST - Estratégia Transnacional para a Inovação no domínio da Água: que visa a criação de um ecossistema colaborativo de inovação para incentivar o investimento privado em I&DI no sector da água, que atraia e retenha capital humano qualificado no sentido de um desenvolvimento baseado no uso eficiente e recuperação de recursos. Deu-se seguimento às atividades previstas no projeto, com as limitações já referidas pela pandemia, deu-se seguimento a alguns dos estudos previstos no living lab e ao lançamento do concurso e estabelecimento de planos de mercado. O projeto terminou em dezembro de 2021;
- CircRural4.0 - Para uma conceção circular e inteligente de gestão de águas residuais em áreas rurais: Este projeto pretendeu contribuir para a transformação no panorama do tratamento de águas residuais nas áreas rurais de acordo com o conceito de economia circular, fazendo a transição destas estações de tratamento em fábricas de recuperação de recursos. Durante 2021 foi implementado um sistema de controlo avançado do tratamento biológico na FA da Charneca, que teve como objetivo a redução do consumo energético. Foi realizada uma avaliação de ciclo de vida ao funcionamento desta solução, da qual se verificou uma melhoria nos indicadores ambientais da FA da Charneca. Adicionalmente foi testado um software de gestão de dados para o apoio na decisão da operação e gestão de ETAR rurais desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Galícia. Por fim foram aplicados modelos matemáticos para a otimização da localização da gestão integrada de águas residuais, lamas e resíduos agroalimentares em zonas rurais. Este projeto terminou em setembro de 2021;
- B-WaterSmart - Accelerating Water Smartness in Coastal Europe: Este projeto visa aplicar uma abordagem sistémica de inovação em larga escala para demonstrar tecnologias e soluções de gestão inteligente de dados para múltiplos utilizadores e setores e criar novos modelos de negócios assentes na economia circular e inteligência hídrica. Em 2021 procedeu-se à contratação do piloto de demonstração de tratamento de água para fins alimentares e foram realizadas três campanhas de monitorização da qualidade e modelação do cloro na rede de distribuição de água+.

Deu-se ainda continuidade aos projetos e estudos em curso e iniciaram-se outros estudos e projetos orientados para as linhas de inovação e investigação da Tejo Atlântico. As diferentes iniciativas que se encontravam em curso são as seguintes:

- Projeto Metric4: Trata-se de um projeto onde se aplicam sensores de imagem, integrados com técnicas de machine learning, para apoio à monitorização e otimização de diferentes processos associados às instalações de tratamento. Numa primeira fase, procurou-se fazer prova de conceito da aplicação destes sensores para a otimização de deslocações às estações elevatórias, através da monitorização do enchimento dos contentores de gradados. A Fase II deste projeto, prevê a instalação de 5 sensores em 4 Estações Elevatórias de um troço do subsistema de Alcântara, para otimizar as deslocações desse mesmo troço, e procura também fazer prova de conceito à otimização e monitorização do enchimento de galerias de lamas através da monitorização do enchimento de galerias na FA de Alcântara. Durante o ano de 2021, o processo de contratação foi concluído e deu-se início à Fase II do projeto. Para tal, procedeu-se a todos os trabalhos de instalação elétrica nos locais onde serão instalados os sensores e aos trabalhos de construção dos sensores;
- Projeto Data+: Trata-se de uma plataforma web para apoio à decisão através da visualização de dados, cálculo de indicadores e produção automática de relatórios. Em 2021, foi colocado o DATA+ em produtivo com o Menu pré-configurado "Operação" e foi apresentado à Operação como ferramenta de visualização dos dados provenientes da BD de Operação. Ainda durante este ano deu-se continuação aos trabalhos de melhoria da usabilidade da plataforma;
- Projeto SMARTShop: Este projeto tem como objetivo agilizar o processo de contratação através da elaboração das peças de procedimento numa plataforma web. Durante o ano de 2021 foram densificados os requisitos da solução e teve início o desenvolvimento da plataforma Smartshop, tendo sido testadas as funcionalidades implementadas num ambiente de qualidade. Durante o primeiro trimestre de 2022 prevê-se ter a primeira versão da plataforma em operação;
- Reutilização de água+: Durante o ano de 2021 deu-se continuação à empreitada do piloto de reutilização da FA de Alcântara e aos processos de avaliação do risco da reutilização e de licenciamento de Frielas. Adicionalmente, deu-se continuidade aos estudos de comparação da rega de espaços verdes com água potável, água subterrânea e água+ no âmbito dos projetos MAARTE e Interreg CEMOWAS2;
- Recuperação de fósforo: Este projeto pretende potenciar os nutrientes libertados na digestão anaeróbia e reduzir os custos de manutenção associados à precipitação de estruvite em tubagens. Em 2021, procedeu-se ao planeamento da operação do piloto para recuperação de fósforo sob a forma de estruvite;
- Peracético: O estudo do ácido peracético como desinfetante alternativo ao cloro permitirá minimizar a formação de subprodutos da desinfecção. Neste sentido, em 2021 iniciou-se o planeamento de um estudo piloto de desinfecção, com vista a avaliar as doses e

tempo de contacto ótimo, e procedeu-se à aquisição dos equipamentos de alimentação deste piloto. Este projeto resulta da colaboração com um parceiro científico e com a entidade fornecedora do reagente:

- Aquacorp: Este projeto tem como objetivo a implementação de um protótipo de um sistema inovador de monitorização e alerta para a caracterização do afluente através da análise fotográfica do mesmo, não requerendo qualquer contacto com a água residual. Durante o ano de 2021, procedeu-se à realização de um acordo de confidencialidade com a empresa detentora da tecnologia - AQUACORP - e à instalação e calibração de uma sonda multiparamétrica de espectrofotometria S::CAN na obra de entrada da Fábrica de Água de S. João da Talha para futura comparação dos valores a registar na sonda AQUACORP;
- Hidrogasmov e Solargasmov: Estes dois projetos visam demonstrar as tecnologias de produção de biometano a partir do biogás produzido na FA de Frielas e de metanação para produzir metano sintético, combinando-o com hidrogénio verde (produzido por eletrólise, a partir de fonte solar e de águas residuais). A empreitada para implementação destes projetos teve início em 2021 e procedeu-se ainda a um evento de lançamento do projeto;
- Plano de biolamas: A preparação deste plano estratégico englobou a análise técnica e económica de soluções de tratamento complementar de lamas desidratadas, incluindo a centralização de lamas, com vista à redução dos encargos associados à gestão deste subproduto e à otimização da produção de biogás. Este trabalho coordenado pela Investigação e Desenvolvimento contou com a colaboração das diferentes unidades orgânicas da empresa, nomeadamente Gestão de Ativos, Operação e Planeamento e Construção.;
- Piloto de compostagem: A compostagem permite a higienização das lamas de FA, dando origem a um composto fertilizante. Este projeto pretende avaliar a compostagem das lamas produzidas na FA de Beirolas e será integrado nas campanhas de educação ambiental.

Outras atividades

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da Tejo Atlântico, interna e externamente, bem como com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades, com destaque para:

- Organização do Caminho da Inovação 2021 transmitido *online* no dia 28 de setembro;
- Participação no ENEG, realizado em novembro, com três apresentações orais:
 - "Solução de controlo avançado para o tratamento biológico de ETAR rurais: o caso de estudo da Fábrica de Água da Charneca;
 - "HIDROGASMOVE / SOLARGASMOVE - Produção de biometano a partir do biogás da Fábrica de Água de Frielas"; e
 - "ECO2COVID - Desenvolvimento de plataformas para deteção e monitorização em águas do CoronaVirus";
- Atribuição dos prémios "Desafio à Inovação" aos seguintes projetos: Sistema Vigilante Ambiental; Reutilização de Águas Residuais na Agricultura; e AIS real time;
- Preparação dos resumos alargados "Protocol for water reclamation by ozone/reverse osmosis for safe direct potable reuse in beer production" e "Microbiology contamination in grass irrigated with different water sources" para serem apresentados na conferência IWA World Water Congress & Exhibition, a realizar-se em 2022;
- Preparação do resumo alargado "Pilot-scale studies of ozonation / reverse osmosis for direct potable water reuse for beer production" para ser apresentado na conferência WEFTEC2022 e do resumo alargado "The role of water reuse in the context of adaptation to climate change in cities - the case of Lisbon" para ser apresentado na conferência IWA Reuse 2022.

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2021 foram submetidas quatro candidaturas a programas de financiamento, nomeadamente, uma ao programa PRIMA, uma ao programa Horizonte Europa e duas candidaturas às Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência, em conjunto com o restante Grupo AdP.

ANO 2022 e futuro

Pretende-se dar continuidade aos projetos e estudos de I&D e Inovação que se encontram em curso, bem como ao desenvolvimento de projetos no âmbito das linhas de investigação otimização da gestão operacional, Águas do Tejo Atlântico 4.0 e economia circular. A elaboração de candidaturas a programas de financiamentos de projetos de I&D e Inovação irá continuar a fazer parte das atividades de I&D.

Irá dar-se continuidade às atividades associadas ao reforço das relações de cooperação com universidades e empresas, incluindo a realização de diversos protocolos. Pretende-se ainda trabalhar na implementação da certificação da norma da Gestão da Inovação - NP 4457 e dinamizar projetos no âmbito da promoção da cultura de inovação interna.

2021
14
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Eventos Posteriores ao Fecho

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu ao Regulador no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

rei


A 28 de fevereiro de 2022 a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, doravante designada por ERSAR, emitiu o projeto de decisão sobre o desvio de recuperação de gastos para o exercício de 2021, que refere uma proposta de ajustamento no montante de 5 373 310 euros, por inaceitação de gastos incorridos. O referido projeto de decisão da ERSAR será objeto de contraditório por parte da AdTA, pelo que, à data da aprovação das demonstrações financeiras, não existe uma tomada de decisão definitiva sobre o valor do Desvio de Recuperação de Gastos relativo a 2021 (DRG 2021).

Neste contexto, e em relação ao projeto de decisão cuja audiência prévia está em curso, acresce que:

- a) As observações da ERSAR, em muitas das situações sublinhadas no projeto de decisão relativo aos gastos de exploração remetem, não para uma conclusão de não aceitação dos gastos, mas para pedidos de esclarecimento em sede de audiência prévia e fundamentação detalhada, que se considera que, em face das evidências que agora serão carreadas, permitirão justificar os gastos adicionais incorridos, nomeadamente:
 - i) Os relacionados com a situação de pandemia persistente em 2021, que resultou num acréscimo de gastos, devidamente apurados, que constituem gastos extraordinários e necessários ao cumprimento da missão da Empresa numa crise de reconhecida criticidade, gastos estes idênticos aos suportados em 2020 e que foram aceites pela ERSAR;
 - ii) Os necessários à operação das infraestruturas e à manutenção do nível de serviço, de forma a assegurar o estrito cumprimento das obrigações legais e contratuais, alguns dos quais que resultam de novos projetos ou novas obrigações, são exemplo os relacionados com o controlo analítico obrigatório resultante de novos TURH e o plano de monitorização dos meios recetores iniciado em 2021, conforme prescrito no artigo 6.º, n.º2, alínea c) do Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, na sua atual redação, e na alínea d) do n.º2 da cláusula 2.ª do Contrato de Concessão, e cuja informação técnica disponível suportará adequadamente os valores incorridos;
 - iii) Os derivados de situações únicas e extraordinárias, decorrentes de disfunções infraestruturais que foram resolvidas ou estão em fase de resolução. É exemplo disso o gasto adicional com o consumo de água potável na ETAR da Guia decorrente de um conjunto de avarias sequenciais, imprevisíveis, e de recuperação demorada face à sua dimensão, nos equipamentos de tratamento dedicados à produção de água reciclada, ou o consumo fora do habitual de determinado tipo de reagente. Gastos estes imprescindíveis, ou seja, cujo gasto não pôde deixar de ocorrer, sob pena de a Empresa vir a incorrer noutros gastos, diretos e indiretos, alguns dos quais não mensuráveis e com consequências significativas e potencialmente irreversíveis, comprometendo a atividade da Empresa.
- b) Sublinha-se que os dados históricos disponíveis do resultado do referido contraditório por parte da AdTA em exercícios anuais anteriores evidenciam uma redução muito significativa do valor do reajustamento final do DRG, sendo convicção da Empresa que o mesmo sucederá para o DRG de 2021 com a disponibilização de evidências e a justificação complementar sobre os gastos incorridos, gastos necessários à execução da missão da Águas do Tejo Atlântico.

Por estas razões, e face aos argumentos da ERSAR, considera-se não ser justificável efetuar ajustamento nas contas e alteração das demonstrações financeiras, dado que o eventual ajustamento final ao Desvio de Recuperação de Gastos após contraditório não deverá ser materialmente relevante e é convicção da Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos relevado nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data.

Para além do exposto, não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

Cumprimento das Orientações Legais

1) Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE)

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

As orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2020-2022, foram aprovados na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação do gestor a realizar anualmente pelos titulares da função acionista, na Assembleia Geral Ordinária da sociedade, terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais (Financeiros, Ambientais e de Serviço) para o período do mandato, cujo modo de avaliação se apresenta no quadro:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Modo de avaliação		
	Não Atingido (1)	Atingido (2)	Superado (3)
Indicadores Financeiros			
Eficiência de Gestão (PRC)	$\Delta PRC < 0,10p.p.$	$-0,10p.p. \leq \Delta PRC \leq +0,10p.p.$	$\Delta PRC < -0,10p.p.$
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDM)	$DCDMA > 105\%$	$95\% \leq DCDMA \leq 105\%$	$DCDMA < 95\%$
Limite ao Endividamento (END)	$END > 2,0\%$	$1,5\% < END \leq 2,0\%$	$END \leq 1,5\%$
Respeito pelos Prazos de Pagamento (PMP) ¹	$\Delta PMP \geq 1$ dia	$\Delta PMP = 1$ dia	$PMP \leq 60$ dias
Rentabilidade (RCI)	$\Delta RL < -5,0\%$	$-5,0\% \leq \Delta RL \leq 5,0\%$	$\Delta RL > 5,0\%$
Indicadores Ambientais e de Serviço			
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	$\Delta PLMP < 80,0\%$	$80,0\% \leq \Delta PLMP < 90,0\%$	$\Delta PLMP \geq 90,0\%$
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	$AQAR < 90,0\%$	$90,0\% \leq AQAR \leq 95,0\%$	$AQAR > 95\%$
Neutralidade Energética (NE) ²	$NE < 75,0\%$	$75,0\% \leq NE < 90,0\%$	$NE \geq 90\%$
Plano de Lamas (PL) ³	$PL < 40,0\%$	$40,0\% \leq NE < 60,0\%$	$NE \geq 60\%$
Reutilização (ApR)	EVEF ApR após 31/03/2022	EVEF ApR até 31/03/2022	EVEF ApR até 31/12/2021
Efluentes Agroindustriais e Agropecuários (EAA)	Pedido ACA após 31/03/2022	Pedido ACA até 31/03/2022	Pedido ACA até 31/12/2021

¹ Escala do modo de avaliação aplicável quando PMP inferior a 60 dias e cumpre a RCM 34/2008.

² Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção face ao previsto no PAO.

³ Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas previstas no PAO, referentes a produção de lamas.

A avaliação é realizada anualmente, em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro:

Grau de Concretização	
$GC < 1,8$	Objetivos não cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos cumpridos
$GC \geq 2,5$	Objetivos superados

O detalhe do apuramento dos objetivos de gestão em 2021 consta do quadro:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Resultado 2021	Atingimento	Grau de Desempenho	Ponderação	Cálculo
Indicadores Financeiros					
Eficiência de Gestão	-0.1 p.p.	Atingido	2	13.3%	0,27
Dívida Comercial de Devedores Municipais	96,7%	Atingido	2	13,3%	0,27
Limite ao Endividamento	-5,4%	Superado	3	13,3%	0,40
Respeito pelos Prazos de Pagamento	-15 dias	Superado	3	13,3%	0,40
Rentabilidade	348,2%	Superado	3	13,3%	0,40
Indicadores Ambientais e de Serviço					
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	97,3%	Superado	3	13,3%	0,40
Qualidade das Águas Residuais	99,2%	Superado	3	20,0%	0,60
Neutralidade Energética	n.a.	-	-	0,0%	-
Plano de Lamas	n.a.	-	-	0,0%	-
Reutilização	n.a.	-	-	0,0%	-
Efluentes Agroindustriais e Agropecuários	n.a.	-	-	0,0%	-
Valor global de atingimento dos objetivos					2,7

Tendo por base o critério corporativo de aplicação dos indicadores dos objetivos de gestão ao ano de 2021, nomeadamente quanto à evolução dos processos dos investimentos associados aos indicadores de Neutralidade Energética, Plano de Lamas, Reutilização, e Efluentes Agroindustriais e Agropecuários, estes não são alvo de avaliação, por não se encontrarem reunidas as bases necessárias para o efeito.

Nesse sentido, o apuramento objetivos de gestão de 2021 foi efetuado considerando uma distribuição equitativa da ponderação dos indicadores não avaliados pelos restantes indicadores.

A avaliação global de atingimento é de 2,7, a que corresponde o grau de concretização de objetivos superados.

Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

O PAO para 2021 foi inicialmente submetido à Tutela em setembro de 2020 e posteriormente reformulado em julho de 2021, em resposta ao Despacho n.º 390/2021-SET – Relatório de Análise n.º 87/2021 da UTAM, tendo sido aprovado pela tutela financeira, despacho interno n.º 260/21/MEF, de 12/11/2021, e pela tutela setorial pelo despacho n.º 199/SEAMB/2021 de 18/11/2021.

Da análise aos resultados da execução do ano de 2021, verifica-se que os Princípios Financeiros de Referência considerados no PAO2021 tiveram constrangimentos de diversa ordem, que passamos a explicitar:

Investimento

Quadro resumo de comparação do valor total do investimento realizado com o previsto em orçamento em 2021:

Investimento	PAO2021 (mEur)	Real2021 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
Empreitadas	29 645,2	16 288,5	-13 356,7	Ver texto com justificações abaixo
Estudos e Projetos	1 835,4	861,7	-973,6	A falta de meios internos comprometeu o cumprimento dos valores de investimento planeados. Destaca-se também alguns estudos e projetos, com forte componente de trabalho no terreno, cuja execução ficou aquém do previsto.
Terrenos	454,1	30,5	-423,6	Nada de relevante a assinalar.
Fiscalização	879,2	340,5	-538,7	O desvio é decorrente de menor execução física e financeira das empreitadas.
Assessorias	91,5	468,7	377,2	Verificou-se a necessidade de realizar investimento associado a assessorias (topografia, prospeção geológica-geotécnica, acompanhamento arqueológico) acima do planeado.
Outros investimentos (1) + (2) + (3) + (4)	6 375,2	3 693,1	-2 682,1	
1. Aquisição de equipamento básico	3 059,7	353,9	-2 705,8	Investimento relativo a equipamento básico cuja concretização teve de ser adiada devido aos constrangimentos da pandemia COVID-19.
2. Aquisições de equipamento administrativo	1 379,9	266,4	-1 113,5	Nada de relevante a assinalar.
3. Capitalização de gastos	1 062,8	901,6	-161,3	Nada de relevante a assinalar.
4. Outros	872,7	2 171,3	1 298,5	Nada de relevante a assinalar.
Total	39 280,6	21 683,0	-17 597,5	

Pese o grande esforço por parte dos técnicos e dirigentes da empresa na preparação de novos estudos e procedimentos, na resposta aos pedidos de esclarecimento e às exigências das entidades licenciadoras e responsáveis pelas respetivas aprovações, o investimento teve uma execução inferior à do plano previsto para 2021, na ordem dos 55%, como consequência de vários fatores, designadamente:

- Vários procedimentos de empreitada que não receberam propostas durante o ano de 2020, o que obrigou a rever as estimativas orçamentais, solicitação ao concedente e entidade reguladora de novas autorizações e ao relançamento dos procedimentos, motivando como tal um desvio significativo nos respetivos processos, que também se repercutiu no ano 2021;
- Falta de meios e disponibilidades internas, falta de mão-de-obra especializada, falta de projetistas conhecedores e de prestadores de serviço para a realização dos estudos e projetos e de empreiteiros disponíveis para a realização de obras complexas, muitas delas de remodelação de infraestruturas;
- Morosidade na obtenção de autorizações, pareceres e aprovações por parte das entidades competentes, prévias ao lançamento dos procedimentos;
- O complexo processo de contratação pública que obriga a mais de cem atividades desde o momento da abertura do procedimento até a publicitação da eficácia do contrato, aspeto que condiciona também o prazo e a eficiência da concretização dos investimentos;
- Morosidade na obtenção de licenciamentos na fase de obra (desvios de trânsito, ligações de energia elétrica), que condicionam a data de conclusão das empreitadas;
- Constrangimentos vários associados aos processos de expropriações e servidões necessárias para executar as empreitadas;
- A pandemia que afetou as empreitadas em curso devido aos constrangimentos colocados ao pessoal, nas deslocações, no alojamento e na alimentação, e até mesmo na movimentação nos locais das obras, assim como, constrangimentos à produção e ao transporte de materiais e de equipamentos. Estas circunstâncias causaram uma redução no rendimento da execução dos trabalhos, gerando atrasos nas obras e dilações na conclusão.
- Foi necessária a execução de obras prioritárias e inadiáveis ao nível da Segurança e Sustentabilidade Empresarial da empresa, não previstas no PAO2021, que obrigaram à afetação de meios humanos, técnicos e financeiros inicialmente previstos para outras empreitadas.

Do investimento total destaca-se:

Investimento Constante do PAO - Fichas de Acompanhamento dos Relatórios de Execução Trimestrais

gen


Codificação	Investimento/Projeto	PAO2021 (mEur)	Real2021 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
TA 219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fabrica de Água de Chelas - Fase I	2 640	4 676	2 036	O desvio positivo deve-se ao facto de o projeto de execução ter sido aprovado no 1º semestre, estando no final do ano 2021 em fase de conclusão a montagem dos principais equipamentos.
TA 086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	1 624	1 163	-461	Foram executados grande parte dos trabalhos estando em estudo uma alternativa ao corte da rede viária para finalização dos mesmos.
TA 124	Sistema de Telegestão das Águas do Tejo Atlântico 1ª Fase	1 385	0	-1 385	Durante o ano de 2021 decorreu o processo de Análise de diversas propostas ao concurso de empreitada.
TA 220	Conceção e construção de Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha - Fase I	1 339	2 216	877	Os trabalhos desenvolvidos durante ano 2021 decorreram de uma forte bastante célere, estando agendada para o início do ano 2022 a vistoria da obra para efeitos de receção provisória.
TA 176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	1 059	133	-926	A empreitada foi consignada no 2º semestre e até ao final do ano foram iniciados os trabalhos de montagem dos equipamentos previstos.
Total (t)		8 046	8 188	142	

peir

Investimento constante do PAO - Em curso a 31.12.2020

Codificação	Investimento/Projeto	PAO2021 (mEur)	Real2021 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
TA 147 A	Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Bami	668	721	53	Nada de relevante a assinalar.
TA 217 D	Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirólas, Frieiras e S. João da Talha - PEPE	622	458	-164	O prazo de conclusão da obra foi prorrogado para o 1º trimestre de 2022.
TA 217 E	Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 2 - Restantes intervenções (TA 217 E 1 - Fomecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na Fábrica de Água de Frieiras)	709	506	-203	Obra concluída no prazo previsto.
TA 227	Conceção/Construção da remodelação do sistema de arreamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	723	423	-300	O prazo de conclusão da obra foi prorrogado para o 1º trimestre de 2022.
TA 028	Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além	165	163	-2	Nada de relevante a assinalar
TA 087	Substituição de equipamento no Subsistema da Costa do Estoril	156	197	41	Nada de relevante a assinalar
TA 102	Fomecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo "bolha fina" para as ETAR de Chelas e Frieiras - Fase II	209	193	-15	Nada de relevante a assinalar
TA 106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirólas - Fase I	0	290	290	Atraso da obra, estava inicialmente prevista terminar durante o ano 2020 e foi efetivamente concluída durante o ano 2021
TA 108	Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	502	212	-290	O presente investimento encontra-se a ser executado pelo Município de Loures ao abrigo de protocolo com a Tejo Atlântico.
TA 110	Construção de by-pass ao poço de grossos da CE da EE 3-Alcântara (integra também a TA 081 Reabilitação de Tubagem na Descarga de Emergência da Falésia)	480	380	-100	Trabalhos concluídos em 2021
TA 238	Execução de Reparações Gerais de Construção Civil - 2021	520	176	-344	Investimento previsto no Plano de Investimentos, mas cujo início da execução física e financeira se manifestou necessário antecipar para 2020 (794,3€), tendo em vista o cumprimento da obrigação expressa na cláusula 14ª do Contrato de Concessão de manutenção dos bens e meios afetos à Concessão. Obra quase concluída, estando em falta as Telas finais.
TA 195/196	Reparações de equipamentos mecânicos, elétricos e eletromecânicos (Reparação e Substituição de Equipamentos nas FA de Encerra, Encamiação e Torres Vedras)	160	53	-107	A consignação foi antecipada em relação ao previsto, o que justifica a maior execução financeira em 2020 e menor em 2021. Já teve a receção provisória no 1º semestre 2021.
TA 174	Fomecimento e Montagem de parafusos de Arquimedes na Fábrica de Água de Beirólas	216	229	13	Nada de relevante a assinalar.
TA 215	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirólas	185	209	24	Nada de relevante a assinalar
TA 228	Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	178	17	-162	Previsão de conclusão em agosto 2022.
	Restantes Investimentos	0	177	177	Nada de relevante a assinalar
Total (II)		5 494	4 405	-1 089	

Investimento Realizado Não Constante do PAO

Codificação	Investimento/Projeto	PAO2021 (mEur)	Real2021 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
TA 007 TA 010	Construção do Sistema de Saneamento de Maxial/Aldeia Grande Construção do Sistema de Saneamento de Alcentre.	0	-632	-632	Investimento fisicamente concluído. Resolução de processo litigioso finalizado no ano 2021. O valor real corresponde à diferença entre o valor resultante do litígio e a cabimentação prevista no contrato de concessão.
TA 263 A TA 263 B	Reabilitação de Tampas do Poço da Estação Elevatória Inicial na FA da Guia FL e Relocalização do Concentrador de Gorduras na FA da Guia FL	0	402	402	Investimento não previsto e realizado com carácter urgente.
Total (IV)		0	-229	-229	
Total Global (I)+(II)+(III)+(IV)		29 645	16 289	13 356	

Níveis de Endividamento

Manutenção do nível de endividamento, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março.

Eficiência Operacional

Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios (GOVN) – a variação do peso dos gastos operacionais no volume de negócios foi de -7,3 p.p., verificando-se o cumprimento da orientação legal.

Conjunto de Encargos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento, e os associados à Frota Automóvel

Verificou-se uma diminuição dos gastos totais face ao previsto em orçamento e ao real de 2020.

No entanto, grande parte da variação positiva destes gastos tem subjacente o efeito da pandemia da COVID-19, devido às medidas restritivas à circulação e ao teletrabalho adotado por uma parte substancial de colaboradores da empresa. Os efeitos afetam diretamente estas rubricas que refletem por natureza a dinâmica da atividade. Ultrapassada a situação de pandemia, considera a Empresa vir a incorrer com gastos desta natureza em linha com anos anteriores e com as suas projeções de orçamento.

Conjunto dos Encargos com Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria

A Empresa despendeu 22 mil euros com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, o que representa uma variação positiva de 78% face ao valor previsto em orçamento.

Número de Viaturas

Em 2021 registou-se uma variação de -7,1%, da qual resultou o incremento de uma viatura da frota operacional, por via da prorrogação do contrato terminado em 2020, conforme autorizado na aprovação do orçamento do ano.

Gastos com Pessoal

Retirando os efeitos das valorizações remuneratórias e do impacto da pandemia por COVID-19, a variação dos gastos com pessoal para o PAO 2021 é de -15,7%, verificando-se o cumprimento da orientação legal.

O valor dos gastos com pessoal incorrido com a pandemia por COVID-19 foi de 388 mil euros do total de 1.640 mil euros de gastos adicionais, que englobam FSE e gastos com pessoal.

2) Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	5 705 685	6 440 711	7 898 592	8 178 038	9 766 285
Taxa média de financiamento (%)	2,8%	3,0%	3,5%	3,5%	4,0%

3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

90%

Variação do Endividamento (execução)	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes) ¹	201 026 069	212 163 543
Capital Social	113 527 680	113 527 680
Novos investimentos em 2021 (com expressão material)	0	0
Variação do endividamento	3%	-

⁽¹⁾ Financiamento BEI

4) Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto Lei n.º 65 A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	25	40	-15	-37,5%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	3 183 823,40	6 147,64	56 191,94	25 188,49	37 360,79
Aq. de Capital	1 243 598,52	16 564,55	0,00	0,00	1 093,84
Total	4 427 421,92	22 712,19	56 191,94	25 188,49	38 454,63

Os valores apresentados em dívida há mais de um ano correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais se aguarda da parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A empresa tem pautado por cumprir a redução legal do PMP a que está acometida sendo estas situações casos pontuais que não consubstanciam atrasos de pagamento.

5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6) Remunerações/ Honorários

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., deu cumprimento a todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;

- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 253-A/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho;
- Ofício Circular n.º3653, de 26 de setembro de 2019.

revisão

As reduções remuneratórias são as indicadas no Quadro Resumo no final do capítulo, apresentando-se a restante informação conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021 – Ofício Circular SAI_DGTF/2022/359 de 20 de janeiro de 2022.

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020-2021	Presidente	Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca	575,00	-
2020-2021	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Ferrandes	470,00	470,00 a)
2020-2021	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00	375,00 a)

a) Valor pago à Águas de Portugal SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 23 de novembro de 2020

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRELO ou Opção pela média dos últimos 3 anos			Entidade Pagadora (CID)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Identificação da data de autorização e Forma		
2020-2021	Presidente executivo	Ana Sofia Pereira da Silveira	AG	23/06/2020	Não	-	23/06/2020 AG	D	1
2020-2021	Presidente executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	AG	29/09/2021	Sim	AdP-SGPS	29/09/2021 Cooptação	D	1
2020-2021	Vice-Presidente	Hugo Filipe Xandres Bento Pereira	AG	23/06/2020	Não	-	-	-	2
2020-2021	Vogal executivo	Ana Margarida Linsares Luis	AG	23/06/2020	Sim	EPAL	23/06/2020 AG	D	1
2020-2021	Vogal executivo	Ana Carmen Monteiro do Carmo Cisa	AG	29/09/2021	Não	AdP-SGPS	29/09/2021 Cooptação	D	1
2020-2021	Vogal não executivo	Simone Ferreira Pio	AG	23/06/2020	n.a.	n.a.	-	n.a.	1
2020-2021	Vogal não executivo	Sónia Raquel Conchinha Pacifico	AG	23/06/2020	n.a.	n.a.	-	n.a.	1
2020-2021	Vogal não executivo	José Manuel da Costa Baptista Alves	AG	23/06/2020	n.a.	n.a.	-	n.a.	2
2020-2021	Vogal não executivo	Armário Jorge Paulino Domingos	AG	23/06/2020	n.a.	n.a.	-	n.a.	2

Referência: 2021/01/11

Acumulação de Funções

Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
Armário Jorge Paulino Domingos	Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Presidente da Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Público	23/06/2020 AG
Simone Ferreira Pio	Águas Púlicas do Alentejo, S.A.	Vice-Presidente Executiva	Público	23/06/2020 AG
Sónia Raquel Conchinha Pacifico	AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	Diretora Financeira	Público	23/06/2020 AG

Membro do CA	FGP		
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal Despesas Representação
Ana Sofia Pereira da Silveira	S	B	4 864,34 - 945,73
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Ser	S	B	5 722,75 - 1 022,25
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	B	4 372,90 - 1 751,16
Ana Margarida Linares Luis	S	B	5 722,75 - 1 072,25
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	S	B	3 891,47 - 1 556,59
José Manuel da Costa Baptista Alves	S	a)	-
Armando Jorge Paulino Domingos	S	a)	-
Simone Ferreira Pio	S	b)	972,87
Sónia Raquel Conchinha Pacifico	S	b)	972,87

a) Os Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos.
b) Valor pago à Águas de Portugal SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 23 de novembro de 2020

aci
M
A
S
A

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa ¹ (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias ² (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Ana Sofia Pereira da Silveira	68 673,01	-	68 673,01	3 433,65	65 239,36
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Ser	23 556,87	-	23 556,87	1 177,84	22 379,03
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	82 304,52	-	82 304,52	4 115,23	78 189,29
Ana Margarida Linares Luis	61 234,33	-	61 234,33	3 061,72	58 172,61
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	19 462,36	-	19 462,36	973,12	18 489,24
José Manuel da Costa Baptista Alves	-	-	-	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	-	-	-	-	-
Simone Ferreira Pio	13 620,18	-	13 620,18	-	13 620,18
Sónia Raquel Conchinha Pacifico	13 620,18	-	13 620,18	-	13 620,18
			282 471,45	12 761,56	269 709,89

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Redução prevista no artigo 1.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar Valor
Ana Sofia Pereira da Silveira	7,14	1 349,46	SS	16 155,35	305,85	1 088,32	- -
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Ser	7,14	449,82	SS	5 391,23	193,84	953,44	- -
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	7,14	1 735,02	SS	19 326,46	1 122,97	1 325,71	- -
Ana Margarida Linares Luis	7,14	1 349,46	SS	14 492,28	1 333,71	897,83	- -
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	7,14	449,82	SS	4 681,17	96,92	742,69	- -
		5 333,58	-	60 046,49	3 053,29	5 007,99	- -

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Vatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da vatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Ana Sofia Pereira da Silveira	S	S	34 724,17	AOV	2020	2021	478,82	4 309,38	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Ser	S	S	34 724,17	AOV	2021	2022	478,82	1 436,46	5
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	S	35 400,19	AOV	2018	2022	482,41	5 789,16	5
Ana Margarida Linares Luis	S	S	35 400,19	AOV	2020	2021	448,08	4 032,72	-
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	S	S	35 400,19	AOV	2021	2022	448,08	1 344,24	5

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)				
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Gasto total com viagens (€)
Ana Sofia Pereira da Silveira	1 513,60	198,00	253,49	-	1 965,09
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Ser	65,37	77,00	0,00	-	142,37
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	10,10	154,00	0,00	-	164,10
Ana Margarida Linares Luis	272,72	0,00	0,00	-	272,72
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	208,52	77,00	0,00	-	285,52
José Manuel da Costa Baptista Alves	422,95	0,00	0,00	-	422,95
	2 493,26	506	253,49	0,00	3 252,75

Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estábulo Remuneratório - Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2019 - 2021	Presidente	Armando José de Sousa Resende	AG	05/04/2019	1162,01	1
2019 - 2021	Vogal	Catarina Alexandra Carvalho Fins	AG	05/04/2019	1021,51	1
2019 - 2021	Vogal	Carlos Manuel Antunes Bernardes a)	AG	05/04/2019	1021,51	1
2019 - 2021	Suplente/Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caidinha b)	AG	05/04/2019	1021,51	1

a) Cessou funções por óbito datado de 3 de maio de 2021.

b) Passou a assegurar o cargo de vogal efetivo a 19 de maio de 2021. Já em cessação de funções de Carlos Manuel Antunes Bernardes.

Membro do Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)		
	Bruto(1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Armando José de Sousa Resende	19 068,14	953,41	18 114,73
Catarina Alexandra Carvalho Fins	14 301,14	715,06	13 586,08
Carlos Manuel Antunes Bernardes	-	-	-
Patrícia Isabel Sousa Caidinha	9 530,54	476,80	9 053,74
		2 145,27	40 754,55

Revisor Oficial de Contas - ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROCK		Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade	
		Nome	N.º de inscrição na UROCK	N.º Registo na CMMVM	Forma (1)	Data			Data do Contrato
2019 - 2021	Presidente ROC	PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Responsabilidade Limitada	181	20161485	AG	05/04/2019	02/08/2019	1	1
2019 - 2021	ROC	João Alves Barros Duarte	193	20030001	AG	05/04/2019	02/08/2019	2	2
2019 - 2021	ROC Suplente	Carlos José Fernandes Rodrigues	111	20161481	AG	02/04/2019	02/08/2019	1	1

Revisor Oficial de Contas	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
PricewaterhouseCoopers & Associados SROC, SA	11 204,97		11 204,97	Auditoria Projecto ECOVAL	800,00		800,00

7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Ana Sofia Pereira da Silveira	80,00	292,78	1 janeiro a 28 setembro de 2021
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	80,00	7,68	29 setembro a 31 dezembro de 2021
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	80,00	285,47	1 janeiro a 31 dezembro de 2021
Ana Margarida Linares Luis	80,00	226,87	1 janeiro a 28 setembro de 2021
Ana Cármen Monteiro do Carmo Gsa	80,00	32,82	29 setembro a 31 dezembro de 2021
		<u>845,62</u>	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Ana Sofia Pereira da Silveira	486,43	1.310,69	395,30	1.705,99	1 janeiro a 28 setembro de 2021
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	486,43	943,02	251,20	1.194,22	29 setembro a 31 dezembro de 2021
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	437,79	875,02	295,65	1.170,67	1 janeiro a 28 setembro de 2021
Ana Margarida Linares Luis	389,15	1.051,68	420,55	1.472,23	1 janeiro a 28 setembro de 2021
Ana Cármen Monteiro do Carmo Gsa	389,15	528,86	201,30	730,16	29 setembro a 31 dezembro de 2021
				<u>6.175,27</u>	

8) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSP e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdTA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9) Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdTA promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio "Valorizamos a relação com os colaboradores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

10) Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

A empresa adotou desde 2017 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet <https://aguasdoitejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corupcao-e-infracoes-conexas>

No decurso de 2021 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada em 16 de fevereiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais *stakeholders*. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Tejo Atlântico procede à avaliação anual do PGRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas do Tejo Atlântico e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a Tejo Atlântico uma das empresas que subscreeveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

11) Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transaccional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a "aprendizagem" do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habitação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

12) Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a

captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13) Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

No exercício de 2021 o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, cresceu 3,1 p.p. e 5,4 p.p. para 2020 e 2019, respetivamente, conforme se apresenta no quadro seguinte:

PRC	2021 Exec.	2021 Orc.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(a) EBITDA ajustado	34 431 034,18	29 311 052,91	38 167 274,74	41 458 093,55	3 736 240,56	5,8%	7 027 059,37	16,9%
(i) OIM/OTC	3 700 268,83	3 490 078,12	3 296 143,96	3 132 269,83	404 124,89	12,9%	367 999,02	11,6%
(ii) IM	32 175 306,22	35 644 588,90	30 135 850,89	27 502 499,66	2 039 655,33	6,6%	4 673 006,56	17,0%
(1) Gastos com pessoal	11 439 426,24	13 689 069,24	11 272 892,63	10 842 321,39	166 533,61	1,5%	597 104,65	5,5%
(1a) Remunerações (salário, prémios)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
(1b) Substituições em férias	36 502,00	169 796,00	86 134,78	53 847,47	49 632,78	91,6%	17 345,47	32,2%
(1c) Impostos de Retenção (IR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
(ii) Gastos com pessoal sem impacto no EBITDA	11 402 924,24	13 519 273,24	11 186 757,85	10 788 474,12	216 166,39	1,9%	614 450,12	5,7%
(i) Prémios de administração (CCN/319) (iii) Gastos Operacionais	1 640 179,60	997 113,00	1 211 778,80	0,00	428 400,80	35,4%	1 640 179,60	133,0%
(ii) Gastos com despesas de representação de filiação com conta (11132)(113) (2)	45 675 021,71	51 776 623,26	43 493 108,68	41 477 091,08	2 181 913,03	5,0%	4 197 930,63	10,1%
(1) Impostos de Imposto de Selo	82 676 422,55	82 717 802,26	83 460 019,07	83 215 482,86	783 596,52	0,9%	539 060,31	0,6%
(1a) Substituições em férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
(1b) Impostos de Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
(1c) Perda de negócios com impacto positivo no CCN/319	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
(1d) Salários de pessoal com efeitos de pagamento de férias com ponto (11132)	82 676 422,55	82 717 802,26	83 460 019,07	83 215 482,86	783 596,52	0,9%	539 060,31	0,6%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	55,25%	62,59%	52,11%	49,84%	3,1 p.p.		5,4 p.p.	
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	18 256,11	122 924,00	62 428,50	123 750,68	44 172,39	35,8%	105 494,57	85,2%
(iii) Gastos com Ajuda de custo (G.C.) Pessoal	1 403,74	9 106,00	1 225,85	9 105,81	177,89	1,8%	7 702,07	84,6%
(iv) Gastos associados à frota automóvel	785 420,00	864 538,00	728 875,27	756 693,69	56 544,73	7,4%	28 726,31	3,8%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	805 079,85	996 568,00	792 529,62	889 550,18	12 550,23	1,6%	84 470,33	9,5%
(12) Variação com o ano base de resultados operacionais (11132)	21 834,66	101 504,00	105 646,45	105 072,54	83 811,79	79,7%	83 237,88	79,2%
Quantos trabalhadores admitidos em 2021	393	447	380	378	15	3,9%	15	4,0%
N.º Oportunidade (OS)	10	10	10	9	0	0,0%	1	11,1%
N.º Cargos de Trabalho (CD)	7	6	7	6	0	0,0%	1	14,3%
N.º Indicações com Obj. em 1.º Tr.	376	431	363	363	13	3,5%	13	3,6%
N.º Indicações em 1.º Tr.	54	72	52	61	2	3,7%	7	11,5%
N.º Indicações	144	155	143	144	1	0,7%	0	0,0%

(1) G.C. = Imposto de Selo com efeitos de pagamento de férias com ponto (11132)

Em 2021 verificou-se o aumento de 13 trabalhadores, operado com base na autorização concedida pelo Despacho Interno nº 260/21/MEF de 12/11/2021 que aprova o PAO 2021 da AdTA pela Tutela Financeira, e no qual está autorizada a contratação de 15 colaboradores.

Salienta-se que a morosidade na aprovação do PAO de 2021 condicionou a concretização das admissões previstas no ano levando à sua transição para 2022. Das 15 admissões aprovadas a AdTA concretizou 13 ainda em 2021.

14) Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
 - a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta;
 - b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2020 e artigo 115.º do DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo AdP aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2021, no valor de 70 milhões de Euros, com vencimento em 3 de janeiro de 2022.

O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:

- Despacho SGC nº 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Despacho SGC nº 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:
- Valores arrecadados pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP.

	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BST	12 017,76	4 748,31	1 893,28	8 989,29
BPI	359 089,30	251 091,16	446 764,62	206 880,01
CGD	669 932,75	657 054,97	63 666,92	87 256,34
Novo Banco	55 429,69	40 913,16	25 057,12	28 886,99
Bankinter	23 601,82	420 406,64	424 055,82	425 619,76
BBV	8 723,49	8 133,21	7 594,53	7 060,66
BCP	10 316,20	10 316,20	10 316,20	10 316,20
Total	1 139 111,01	1 392 663,65	979 348,49	775 009,25
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

16) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

17) Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

A empresa procedeu à elaboração do Plano para a Igualdade para 2021 e à respetiva comunicação às entidades competentes, bem como à divulgação do mesmo na página de internet da empresa, em <https://www.aguasdoatejoatlantico.adp.pt/content/igualdade-de-genero>

18) Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.º2 dos mencionados artigos

A empresa apresenta nos capítulos de Sustentabilidade e de Capital Humano deste Relatório de Gestão, informação sobre questões ambientais e questões relativas a trabalhadores.

19) Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2021 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF a AdTA não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Quadro Resumo do cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais:

COI - Cumprimento das Orientações legais 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos de gestão para o mandato 2020-2022			Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Eficiência de Gestão	S	-0,1 p.p.	Grau de atingimento: Atingido
Dívida Comercial de Devedores Municipais	S	96,7%	Grau de atingimento: Atingido
Limite ao Endividamento	S	-5,4%	Grau de atingimento: Superado
Respeito pelos Prazos de Pagamento	S	15 dias	Grau de atingimento: Superado
Rentabilidade	S	348,2%	Grau de atingimento: Superado
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	S	97,3%	Grau de atingimento: Superado
Qualidade das Águas Residuais	S	99,2%	Grau de atingimento: Superado
Neutralidade Energética	na		Não avaliado em 2021
Plano de Lamas	na		Não avaliado em 2021
Reutilização	na		Não avaliado em 2021
Efluentes Agroindustriais e Agropecuários	na		Não avaliado em 2021
Metas a Atingir constantes no PAO2021			
Investimento	S	55,0%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Níveis de endividamento	S	-0,03 p.p.	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOF			
Gestão do Risco Financeiro	S	2,8%	Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-3,4%	Ponto 3 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Evolução do PMP a fornecedores	S	-37,5%	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	109,7%	Dívida vencida 2021 = 143m€, 2020=68m€, Ponto 4 do COI
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	na		Não foram emitidas recomendações
Reservas emitidas na última CIC	na		
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021	S	12 761,56 €	Reduções remuneratórias efetuadas em 2020
Faculdade (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	2 145,27 €	Reduções remuneratórias efetuadas em 2020
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	na		A Empresa não tem Auditor Externo
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Os membros do CA não dispõem de cartão de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Não ocorreram reembolsos de despesas de representação pessoal
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSP e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Não ocorreram despesas não documentadas ou confidenciais
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações - pagas a mulheres e homens	S		Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		https://guasdotlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-ricos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	na		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	0	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N		Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLIO 2019)	S		Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,04%	Porcentagem de meios junto do IGCP a 31/12/2020
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	775 009 €	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Juros auferidos em incumprimento da LITE e entregues em Receta do Fisco	na	0,00 €	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendações	na		
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S		Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Apresentação da demonstração não financeira	S		Ponto 18 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"

aei



Águas do Tejo Atlântico

Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o desempenho dos Administradores Executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS
SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

[Handwritten initials]

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2021.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, nada chegou ao nosso conhecimento que inviabilize uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Lisboa, aos 07 de março de 2022

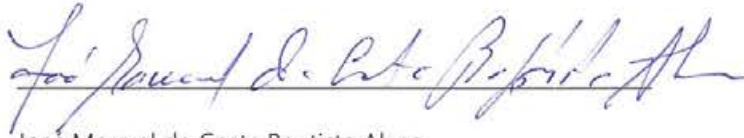
Os Administradores Não Executivos

[Handwritten signature]

Simone Ferreira Pio



Sónia Raquel Conchinha Pacífico



José Manuel da Costa Baptista Alves



Armando Jorge Paulino Domingues

Perspetivas futuras

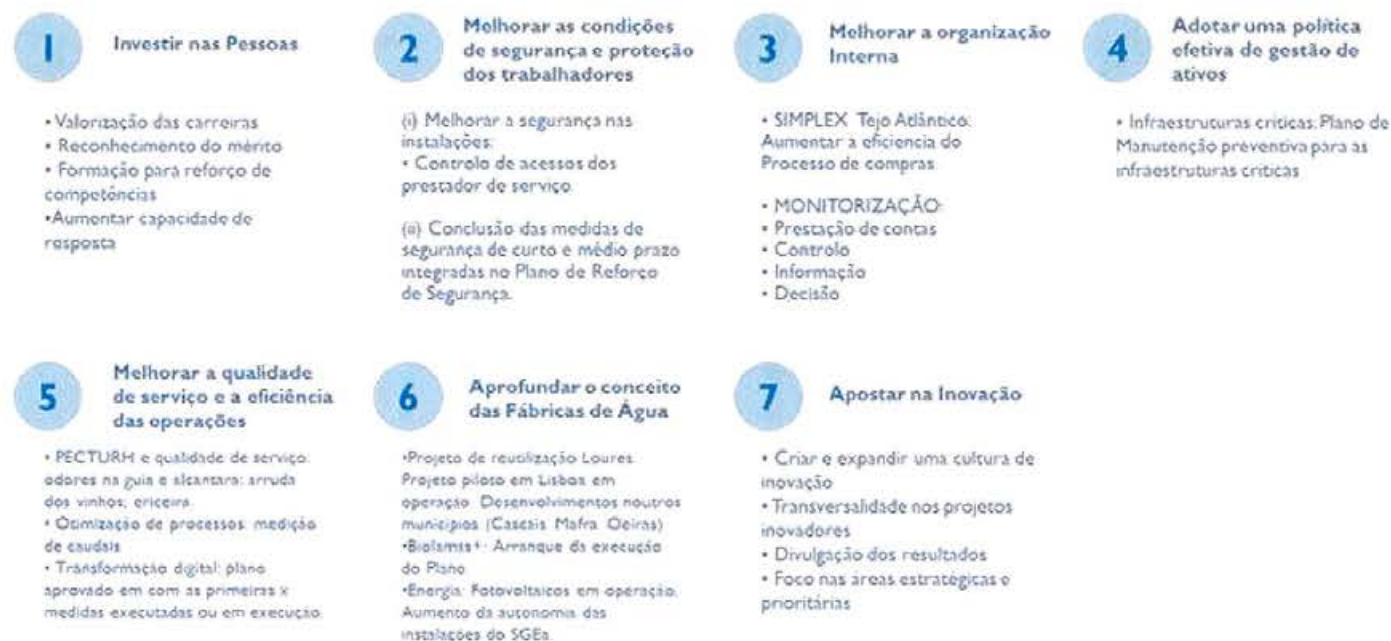
Para o futuro a AdTA recentra prioridades, definindo um conjunto de objetivos alinhados com o Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP de onde decorre a visão da empresa para 2025: **Ser reconhecida a nível europeu como um exemplo inspirador a seguir, ser reconhecida na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste como uma empresa essencial na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento sustentável da região e ser reconhecida pelos municípios acionistas como um parceiro de referência nos novos paradigmas da circularidade, resiliência e descarbonização.**

Este Quadro Estratégico de Compromisso define as linhas gerais de orientação estratégica, em três eixos fundamentais: a cultura de grupo com foco nas pessoas e na organização, a excelência de serviço com foco no cliente e no utilizador e a utilidade social com foco no ambiente e na sociedade, que englobam 12 desafios estratégicos, materializados num programa de atuação para o triénio 2020-2022.

Este é o lema com que a AdTA perspetiva avançar e consolidar o futuro priorizando para 2022:

"JUNTOS, a construir um futuro com futuro".

No respeito pelos valores do quadro estratégico foi definido um sistema de gestão empresarial que envolve 7 objetivos estratégicos para o mandato, atendendo às características do serviço prestado, ao grau de maturidade do sistema, ao estado de desenvolvimento da empresa e às condicionantes das circunstâncias atuais. Estes 7 objetivos estratégicos materializam-se em objetivos e metas a concretizar em 2022.



Neste enquadramento, para 2022 foram definidas as seguintes 10 prioridades operacionais:

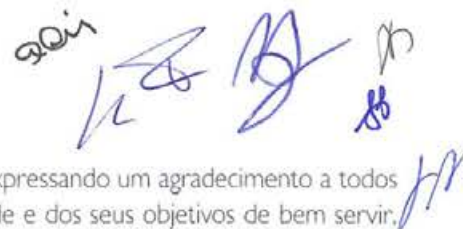
Handwritten notes:
10
11
12
13
14

1 OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS  Revisão (EVEZ) INVESTIMENTOS, MEDIÇÃO DE CAUDAL, CADASTRO	2 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL  Plano Estratégico aprovado em ACE e com as primeiras X medidas executadas ou em execução.	3 SIMPLEXTEJO  Processo de compras	4 TELEGESTÃO  1ª fase em execução	5 ÁGUA+  Projeto de reutilização Loures em conclusão. Tribos em operação. Casran. Mobra. Orens
6 BIOLAMAS+  Avanço da execução do Plano	7 AFLUÊNCIAS INDEVIDAS  Plano de ação air em pleno e já com quasi-wins, plano de ação costa do estuário para afluentes próximos	8 INFRAESTRUTURA CRÍTICAS  Plano de Manutenção preventiva para as infraestruturas críticas	9 ENERGIA  Fotovoltaicos em operação. Aumento da autonomia das estações de UST	10 PECTURH  Qualidade de serviço: odores na grelha e alcantara, aridade dos vinhos, etc.

A inovação continuará a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma no ano de 2022. É objetivo reforçar as áreas de investigação associadas à economia circular e à descarbonização do saneamento. Haverá um foco especial no potencial de replicação dos casos de sucesso conseguidos em 2021, e procurar-se-á escalar estas experiências para outras instalações. A multiplicação de projetos de demonstração a realizar nas instalações da empresa, centrados nas prioridades definidas, será também um objetivo em 2022. Para além da inovação operacional, 2022 será um ano de transversalidade na inovação. Nesse sentido, destaca-se o Plano de Transição Digital, que abrange todas as áreas operacionais e de suporte da empresa.

2022 será o primeiro ano da era pós-covid, e são já perceptíveis algumas das consequências que irão afetar com maior ou menor impacto da atividade da Águas do Tejo Atlântico. Os contextos cada vez mais complexos, mais multifacetados e também mais desafiantes irão exigir novas abordagens e maior entrosamento entre equipas. O valioso capital humano desta empresa permite encarar o próximo ano com entusiasmo e motivação para superar os desafios que se perspetivam, mantendo o rumo traçado de evolução para o novo paradigma do saneamento 4.0.

Considerações finais



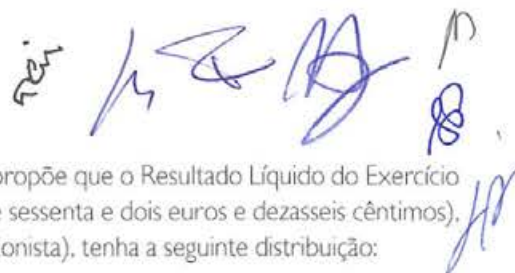
O Conselho de Administração da AdTA encerra o quinto ano de atividade da Tejo Atlântico expressando um agradecimento a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o cumprimento da missão da sociedade e dos seus objetivos de bem servir, salientando:

- Os Colaboradores, cujo empenho, esforço, dedicação e profissionalismo constituíram a base do sucesso alcançado, num cenário de exigência, em que tiveram de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável;
- O Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, à Senhora Secretária de Estado do Ambiente e à sua equipa Ministerial pelo interesse e apoio sempre manifestados;
- A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, pela importante colaboração prestada;
- Os Acionistas Águas de Portugal e Municípios, pelas orientações recebidas e pelo empenho, confiança e apoio patentes, aos respetivos Dirigentes e Técnicos cuja colaboração foi muito importante para o crescimento da AdTA;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pela forma como acompanharam a atividade da AdTA;
- As Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da AdTA, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;
- Os Prestadores de Serviços, Consultores, Fornecedores, Projetistas, Empreiteiros e demais Organizações que trabalharam com a AdTA e cuja atividade concorreu para o bom desempenho da sociedade;
- De uma forma geral, a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da AdTA, para que pudessem ser alcançados os objetivos definidos.

Com uma atividade de importância vital para a saúde e bem-estar das populações, do ambiente e da sustentabilidade da região servida, a AdTA continuará a cumprir o seu dever com responsabilidade.

Proposta de aplicação de resultados

rei



Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 3.750.162,16 € (três milhões, setecentos e cinquenta mil, cento e sessenta e dois euros e dezasseis cêntimos), apurado conforme explicitado na nota 33 das demonstrações financeiras (remuneração acionista), tenha a seguinte distribuição:

- 187 508,11 euros (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oito euros e onze cêntimos), para constituição da Reserva Legal;
- 3 562 654,05 euros (três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros e cinco cêntimos), para distribuição de Dividendos.

Anexo ao relatório

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2021:

	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas (n.º)	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921 €
Alcobaça	899 856	899 856	0,79%	899 856 €
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003 €
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431 €
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542 €
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735 €
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998 €
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253 €
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244 €
Lisboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618 €
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708 €
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165 €
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724 €
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237 €
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004 €
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768 €
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438 €
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623 €
Vila Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638 €
Ações próprias da sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
TOTAL	113 527 680	113 527 680	100,00%	113 527 680 €

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and several smaller ones.